



Demonstrações Contábeis Completas em IFRS

30 de Setembro de 2012

ITAÚSA

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a setembro de 2012**

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a setembro de 2012, elaborados de acordo com a Legislação Societária e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa contemplam o padrão internacional de reporte IFRS (International Financial Reporting Standards) e as normas estabelecidas pela CVM.

1) DESTAQUES**Itaúsa**

Pelo nono ano a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal ranking de sustentabilidade empresarial do mundo. Em sua edição 2012/2013, a carteira é integrada por 340 empresas de 30 países, das quais apenas nove brasileiras – entre elas o Itaú Unibanco Holding S.A., a Redecard S.A. e a Duratex S.A. Outros destaques na participação da Itaúsa são:

- Líder em Serviços Financeiros, pelo sexto ano consecutivo;
- Maior nota do setor em 12 quesitos: Política anticrime e fraudes; Gerenciamento da marca; *Customer Relationship Management (CRM)*; Engajamento com públicos estratégicos; Gerenciamento de fornecedores; Riscos e oportunidades nos negócios; Política ambiental; Temas controversos; Inclusão financeira; Desenvolvimento do capital humano; Indicadores de práticas laborais e direitos humanos; e Retenção e atração de talentos.

O DJSI é composto por empresas reconhecidas como capazes de criar valor para os acionistas a longo prazo. O índice considera principalmente a qualidade da gestão, com a integração de valor econômico a fatores como transparência, governança corporativa e responsabilidade social e ambiental como forma de assegurar a perenidade do negócio. A participação no Dow Jones Sustainability reflete o compromisso de longo prazo da Itaúsa em manter o crescimento sustentado, direcionado à criação de valor para os acionistas e para a sociedade.

Itaú Unibanco Holding

Em 24 de setembro, o Itaú Unibanco adquiriu, através de leilão na Bolsa de Valores, 298.989.137 ações ordinárias de emissão da Redecard, representativas de 44,4% do capital social, destacando-se:

- Todas as aquisições de ações ocorridas a partir de 24 de setembro e até a data deste relatório, equivalem ao investimento de R\$ 11,3 bilhões;
- Com as aquisições mencionadas a participação do Itaú Unibanco na Redecard atingiu 98,0%;
- O Itaú Unibanco tem expectativa de concluir a compra de 100% dos minoritários até o final de 2012;
- No dia 18 de outubro de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) cancelou o registro da Redecard como companhia aberta.

A Redecard continuará independente, atuando em parceria com outros bancos, com maior flexibilidade na precificação e com sinergias originadas da integração. Além disso, o uso combinado das infraestruturas da Redecard e do Itaú Unibanco trará maior flexibilidade e agilidade às operações, tanto para os produtos de pagamentos oferecidos aos clientes, quanto para a oferta aos comerciantes.

De acordo com o CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas - alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente à participação dos não-controladores deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Desta forma, o efeito no patrimônio líquido da Itaúsa referente à operação Redecard foi de R\$ 2.423 milhões.

No final de setembro, o Itaú anunciou um dos maiores investimentos privados em prol da economia brasileira, no montante de R\$ 10,4 bilhões em tecnologia, inovação e atendimento a ser realizado no período de 2012 a 2015, dos quais:

- R\$ 2,7 bilhões em sistemas de processamento de dados;
- R\$ 0,8 bilhão para aquisição de programas computacionais (“softwares”);
- R\$ 4,6 bilhões em desenvolvimento de sistemas; e
- R\$ 2,3 bilhões em um novo Data Center em Mogi Mirim (em construção).

Em 23 de outubro, o Itaú Unibanco anunciou a assinatura de “Contrato de Compra e Venda de Ações” com a Experian, no qual compromete-se a alienar à Experian a totalidade de sua participação na Serasa. A Experian pagará R\$ 1,7 bilhão ao Itaú Unibanco, em dinheiro, por 601.403 ações da SERASA, representativas de 16,14% do capital da companhia. O resultado no Itaú Unibanco, decorrente dessa alienação, é estimado em R\$ 1,5 bilhão (antes de impostos), no quarto trimestre de 2012.

Duratex

A Duratex deu mais um passo na implementação de sua estratégia de ampliar mercados de atuação e anunciou, em setembro, a assinatura de proposta vinculativa para a aquisição da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda, especializada na fabricação de chuveiros eletrônicos e sistemas de aquecimento solar. A Thermosystem é uma empresa inovadora, que lançou a primeira ducha eletrônica do país e vem crescendo em atributos como design, inovação e valor agregado, que são muito valorizados pela Duratex e presentes nos produtos Deca e Hydra. A transação tem valor estimado em R\$ 63 milhões e depende da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Elekeiroz

No período de janeiro a setembro de 2012, a empresa investiu R\$ 32 milhões, sendo R\$ 20 milhões na ampliação de 30% da capacidade da unidade de Resinas de Poliéster Insaturado no site de Várzea Paulista (SP), com previsão de partida para o final de outubro deste ano.

Itautec

De acordo com o Plano Estratégico da Companhia, foram investidos no ano R\$ 58 milhões, dos quais R\$ 50 milhões em pesquisa e desenvolvimento, em sua maior parte direcionados ao desenvolvimento de produtos nos segmentos de automação bancária e automação comercial, incluindo *hardware* e *software*, e R\$ 8 milhões em imobilizado operacional.

O portfólio de Computação foi atualizado, incorporando as últimas tecnologias disponíveis, inclusive de TI Verde, aumentando o desempenho e reduzindo o consumo de energia dos produtos. Foram lançados dois novos modelos de desktops para o mercado corporativo, com recursos avançados de processamento, e o Notebook W7730, para as pequenas e médias empresas e para o segmento de Computação Pessoal. Foram também lançados cinco novos modelos de servidores de alta performance e segurança.

Ao término do trimestre, a linha de produtos incluía seis plataformas de desktops e All-in-Ones, seis plataformas de notebooks e seis de servidores.

2) DESEMPENHO ECONÔMICO

O lucro líquido recorrente acumulado de janeiro a setembro de 2012 foi de R\$ 3.661 milhões com rentabilidade recorrente anualizada sobre o patrimônio líquido médio de 16,4%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 3.502 milhões com rentabilidade anualizada de 15,7%.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Lucro Líquido	3.502	3.499	399	390	3.901	3.889
Lucro Líquido Recorrente	3.661	3.665	396	374	4.057	4.039
Patrimônio Líquido	29.479	28.328	2.713	2.872	32.192	31.200
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	15,7%	17,2%	18,5%	18,1%	15,9%	17,3%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	16,4%	18,0%	18,4%	17,3%	16,5%	17,9%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	30/09/2012	30/09/2011	Evolução %
Indicadores por ação - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	0,72	0,72	(0,3)
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,76	0,76	(0,5)
Valor Patrimonial da Controladora	6,08	5,84	4,1
Dividendos/JCP Líquido	0,17	0,17	(0,8)
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	8,99	8,59	4,6
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	43.579	41.644	4,6

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 26 de abril de 2012.

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o Lucro Líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2011
Lucro Líquido	3.502	3.499	399	390	3.901	3.889
Exclusão dos Efeitos não Recorrentes	159	166	(3)	(16)	156	149
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	160	174	-	-	160	174
Movimentação de Ações em Tesouraria	13	207	-	-	13	207
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei nº 11.941/09	-	(187)	-	-	-	(187)
Venda de Participação / Ajuste a Valor de Mercado - BPI	104	78	-	-	104	78
Provisão para contingências - Planos Econômicos	43	76	-	-	43	76
Decorrentes de Participação nas demais empresas controladas	(1)	(8)	(3)	(16)	(4)	(25)
Outros	(1)	(8)	(3)	(16)	(4)	(25)
Lucro Líquido Recorrente	3.661	3.665	396	374	4.057	4.039

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	janeiro a setembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO IFRS (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A. (IFRS)	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itaotec S.A.	
Ativos Totais	2012	878.838	7.485	685	1.083	334.701
	2011	789.670	6.695	644	1.176	301.529
Receitas Operacionais (3)	2012	93.942	2.458	658	1.167	39.973
	2011	92.283	2.201	563	1.074	38.544
Lucro Líquido	2012	9.715	310	(5)	(18)	3.901
	2011	10.186	295	17	30	3.889
Patrimônio Líquido	2012	74.610	3.946	471	524	32.192
	2011	71.364	3.638	478	538	31.200
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2012	17,2%	10,9%	-1,3%	-4,6%	15,9%
	2011	19,8%	11,1%	4,9%	7,6%	17,3%
Geração Interna de Recursos (5)	2012	36.233	700	30	0	13.998
	2011	29.672	635	33	52	10.966

(1) O consolidado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas e a consolidação proporcional à participação detida das empresas controladas em conjunto.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa em setembro de 2012 de 36,78% (36,83% em setembro de 2011).

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho/(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e Comercialização e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itaotec S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun + set)/4).

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.1) ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco Holding

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,78% detida pela Itaúsa.

Resultados

O lucro líquido do período de janeiro a setembro de 2012 atribuível aos acionistas controladores foi 4,6% menor que o mesmo período do ano anterior e totalizou R\$ 9,7 bilhões, com rentabilidade anualizada de 17,2% sobre o patrimônio líquido médio (19,8% entre janeiro e setembro de 2011). O lucro líquido recorrente do Itaú Unibanco no acumulado até setembro de 2012 alcançou R\$ 10,1 bilhões, uma evolução de 0,1% em relação ao mesmo período de 2011, e teve retorno sobre o patrimônio líquido médio de 17,9%.

O produto bancário do Itaú Unibanco entre janeiro e setembro de 2012 atingiu R\$ 60 bilhões e apresentou crescimento de 10% em relação ao mesmo período de 2011, com destaque para as receitas e despesas de juros e rendimentos, que nos nove primeiros meses de 2012 cresceram 16,7% em relação ao mesmo período de 2011. O total das receitas do Itaú Unibanco adicionadas ao controle das despesas gerais e administrativas, que cresceram apenas 1,8% de janeiro a setembro de 2012, contribuíram para o resultado apresentado.

Ativos

O total de ativos consolidados alcançou R\$ 878,8 bilhões e o patrimônio líquido dos acionistas controladores totalizou R\$ 74,6 bilhões em 30 de setembro de 2012, com crescimento de 11,3% e 4,5% em relação ao saldo de 30 de setembro de 2011, respectivamente, e de 7,4% e 0,9% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2011.

A diversificação dos negócios do Itaú Unibanco Holding se reflete na composição da carteira de crédito e da captação junto a clientes, reduzindo os riscos a segmentos específicos, que possam ser mais impactados pela volatilidade da economia, conforme segue:

Carteira de Crédito e Inadimplência

Em 30 de setembro de 2012 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 418,4 bilhões, com crescimento de 5,2% e 9,3% em relação a 31 de dezembro e 30 de setembro de 2011, respectivamente, conforme tabela abaixo:

R\$ milhões

	30/set/12	31/dez/11	30/set/11	Variação	
				set/12- dez/11	set/12- set/11
Pessoas Físicas	156.194	154.809	147.868	0,9%	5,6%
Cartão de Crédito	36.699	38.961	35.586	-5,8%	3,1%
Crédito Pessoal	38.604	35.520	33.307	8,7%	15,9%
Veículos	54.489	60.463	60.431	-9,9%	-9,8%
Crédito Imobiliário	16.687	13.450	12.599	24,1%	32,4%
Argentina/Chile/Uruguai/Paraguai	9.715	6.415	5.945	51,4%	63,4%
Pessoas Jurídicas	262.225	242.985	234.798	7,9%	11,7%
Grandes Empresas	155.038	139.899	134.742	10,8%	15,1%
Micro, Pequenas e Médias Empresas	89.448	88.823	86.868	0,7%	3,0%
Argentina/Chile/Uruguai/Paraguai	17.739	14.263	13.188	24,4%	34,5%
Total com Avais e Fianças	418.419	397.794	382.666	5,2%	9,3%

Pessoas Físicas - No Brasil, a Carteira de Crédito para Pessoas Físicas alcançou R\$ 156,2 bilhões em 30 de setembro de 2012, 0,9% maior que o valor registrado em 31 de dezembro de 2011, efeito da alteração da composição da carteira visando a redução de risco. Destaques:

- A carteira de Crédito Imobiliário apresentou crescimento de 24,1% em comparação a dezembro de 2011. A oferta de crédito imobiliário é promovida pela rede de agências, incorporadoras e corretoras, bem como por meio de nossas parcerias com a Lopes (LPS Brasil – Consultoria de Imóveis S.A.) e com a Coelho da Fonseca Empreendimentos Ltda, dentre outras.
- A carteira de Crédito Pessoal, que inclui o saldo de Empréstimos Consignados próprios, apresentou relevante crescimento.

- O Itaú Unibanco Holding é líder nos segmentos de Financiamento para Aquisição de Veículos e de Cartão de Crédito, com saldos em 30 de setembro de 2012 de R\$ 54,5 bilhões e R\$ 36,7 bilhões, respectivamente.

Pessoas Jurídicas - No Brasil, a Carteira de Crédito para Pessoas Jurídicas, atingiu R\$ 262,2 bilhões em 30 de setembro de 2012, apresentando crescimento de 7,9% em relação a 31 de dezembro de 2011, e de 11,7% em relação a 30 de setembro de 2011. No segmento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, são atendidas companhias com faturamento de até R\$ 150 milhões ao ano, com estrutura dedicada, com produtos e serviços específicos. O Itaú BBA atende cerca de 2.500 dos maiores grupos empresariais presentes no Brasil, com uma carteira de crédito composta por empréstimos em moeda nacional e em moeda estrangeira, créditos direcionados (repasses do BNDES, Crédito Rural e Imobiliário) e garantias.

No exterior, as carteiras de Crédito das Operações no Mercosul (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai), apresentaram crescimento significativo no segmento de pessoas físicas e jurídicas.

Inadimplência - O índice de inadimplência total, considerando-se o saldo das operações em atraso há mais de 90 dias, alcançou 5,1% em 30 de setembro de 2012, apresentando um aumento de 0,2 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2011, e melhora de 0,1 p.p. em relação a 30 de junho de 2012. Este indicador atingiu 7,5% para carteira de clientes pessoas físicas e 3,3% para carteira de clientes pessoas jurídicas ao final de setembro de 2012.

Captações

O Itaú Unibanco Holding possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 460,1 bilhões de reais em 30 de setembro de 2012 e teve evolução de 12,1% em relação a setembro de 2011 e evolução de 2,7% em 2012.

Solidez do Capital

O Índice de Basiléia atingiu 17,4% ao final de setembro, apresentando aumento de 2,3 p.p. em relação ao mesmo período de 2011, fato que evidencia a solidez da base de capital do Itaú Unibanco Holding.

Notas Subordinadas – No período de janeiro a setembro de 2012, foram realizadas novas emissões de dívida subordinada nível II que incrementaram significativamente a base de capital. No mercado local, foi emitido um total de R\$ 10,1 bilhões em letras financeiras subordinadas e, no exterior, foram realizadas três captações, no montante de US\$ 550 milhões em janeiro, de US\$ 1.250 milhões em março e de US\$ 1.375 milhões em julho, totalizando US\$ 3,2 bilhões. Este valor representa aproximadamente 29% do total das emissões externas em dólar por instituições financeiras brasileiras no mercado de capitais, o que demonstrou ao longo do período em questão, o elevado interesse dos investidores pelas emissões do Itaú Unibanco Holding.

2.2) ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

O volume recorde de expedição nas Divisões Deca e Madeira, tanto no trimestre como nos nove primeiros meses do ano, impulsionou a receita líquida para R\$ 2.458 milhões no acumulado janeiro a setembro de 2012, 11,7% acima do mesmo período do ano anterior. O EBITDA recorrente evoluiu 17,9%, para R\$ 720 milhões, com margem de 29,3% (27,7% de janeiro a setembro de 2011). O lucro líquido recorrente, de R\$ 306 milhões, apresentou crescimento de 13,2% e corresponde a um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 10,9%.

Na Divisão Deca o volume de expedição somou 19,1 milhões de peças no acumulado do ano. Esse desempenho juntamente com o crescimento de 5,1% da receita líquida unitária garantiu expansão da receita líquida em 7,3% nos nove primeiros meses do ano. O ganho de escala e as ações direcionadas à redução das despesas operacionais permitiram que o EBITDA recorrente no acumulado de janeiro a setembro de 2012 atingisse R\$ 208 milhões, com margem EBITDA recorrente de 24,1%.

As expedições da Divisão Madeira totalizaram 1.935,1 mil m3 no acumulado de janeiro a setembro de 2012 (alta 13,0% em relação ao mesmo período do ano anterior). A combinação de ganhos de escala com aumento da receita líquida unitária acima dos custos permitiu evolução de 26,9% do EBITDA recorrente em relação à igual período de 2011, para R\$ 511 milhões.

Elekeiroz

A receita líquida de janeiro a setembro de 2012 totalizou R\$ 658 milhões, 16,8% superior ao mesmo período de 2011. No mercado interno, responsável por 83,0% das vendas, a alta foi de 9,7% e no mercado externo de 69,1%.

Esse acréscimo da receita, entretanto, não foi acompanhado por elevação das margens, que continuaram muito pressionadas pelo aumento dos insumos e pela forte concorrência de importações, fazendo com que o lucro bruto, no acumulado dos nove meses, chegasse a R\$ 64,9 milhões, 6,6% inferior ao mesmo período de 2011.

Em consequência, a empresa apresentou prejuízo líquido de R\$ 5 milhões no período de janeiro a setembro de 2012, ante um lucro líquido de R\$ 17 milhões nos nove primeiros meses do ano anterior.

O EBITDA somou R\$ 19 milhões nos nove primeiros meses do ano, queda de 31,6% sobre o mesmo período de 2011, com margem EBITDA de 2,9% (5,0% no ano anterior).

Itautec

No acumulado até setembro de 2012, a receita líquida consolidada de vendas e serviços foi de R\$ 1.167 milhões, crescendo 8,6% com relação ao mesmo período de 2011. A receita líquida da Unidade Soluções de Automação atingiu R\$ 279 milhões, superior em 12,9%, resultado da expedição de 5,5 mil ATMs, volume 11,4% maior em relação aos nove primeiros meses de 2011, e pelo reconhecimento, no terceiro trimestre, de parcela da receita referente ao Projeto Biometria para um banco privado nacional. A receita líquida da Unidade Serviços Tecnológicos atingiu R\$ 362 milhões, 12,8% maior em relação ao mesmo período de 2011, resultado da ampliação de serviços de logística e de suporte e manutenção multimarca. Na Unidade Soluções de Computação, a venda acumulada de computadores até setembro, medida em número de unidades expedidas, cresceu 15,8% em comparação ao mesmo período de 2011, mostrando a aceitação do mercado, principalmente consumidor, ao portfólio da Companhia. A receita líquida da venda de computadores até setembro de 2012 cresceu 3,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 526 milhões.

O lucro bruto acumulado de janeiro a setembro foi de R\$ 173 milhões, 18,4% inferior em relação ao mesmo período de 2011, com margem bruta de 14,9% ante 19,8% no mesmo período do ano anterior. A redução do lucro bruto deve-se ao aumento do custo dos insumos e mão-de-obra, principalmente em razão da desvalorização cambial, e à renegociação de preços e condições em contratos com bancos.

No terceiro trimestre, a Itautec iniciou o reposicionamento de preços dos equipamentos de Computação, principalmente no varejo, para contrapor o aumento dos custos devido à desvalorização cambial que impactou significativamente o resultado do segundo trimestre de 2012. Realizou ainda ações associadas à área industrial, com destaque para a redução de custo fixo de fabricação em 13,4% em relação ao segundo trimestre de 2012, à intensificação nas negociações relacionadas à compra de componentes e de operações de logística, que incluíram a normalização dos preços de HDs, insumos que apresentaram expressiva evolução de preços após os desastres naturais na Tailândia.

Como resultado dos eventos descritos acima, o EBITDA e o resultado líquido consolidado do terceiro trimestre de 2012 apresentaram melhora significativa. No acumulado de 2012, o EBITDA foi negativo em R\$ 4 milhões e o resultado líquido foi um prejuízo de R\$ 18 milhões.

A continuidade da eficaz gestão do capital de giro teve grande importância para a manutenção da saúde financeira da Itautec. No final do trimestre, as disponibilidades financeiras eram de R\$ 178 milhões e o saldo da dívida bruta

era de R\$ 155 milhões, fazendo com que a Companhia mantivesse uma dívida líquida negativa (excesso de caixa) de R\$ 23 milhões.

3) GESTÃO DE PESSOAS

As empresas do Conglomerado Itaúsa contavam com 113,7 mil colaboradores ao final de setembro, sendo que 6,9 mil estavam no exterior. A remuneração fixa dos colaboradores somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 7,4 bilhões no período. Os benefícios sociais proporcionados aos colaboradores e seus dependentes somaram R\$ 1,2 bilhões. Além disso, foram investidos aproximadamente R\$ 177,7 milhões em programas de formação, treinamento e desenvolvimento.

4) SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco Holding

O Itaú Unibanco foi selecionado pela 13ª vez consecutiva para compor o *Dow Jones Sustainability World Index* (DJSI), principal índice de sustentabilidade do mundo, em sua edição 2012/2013.

O Itaú Unibanco é o único banco latino-americano a participar da composição do índice desde sua criação.

Nesta edição, o Itaú Unibanco atingiu a nota máxima (100%) do setor de bancos nos quesitos “Desenvolvimento do Capital Humano”, “Engajamento com públicos estratégicos” e “Políticas / Ações anti-crime e fraudes”, além de figurar com pontuação acima da média do setor em todos os itens de avaliação.

O Itaú Unibanco disponibilizou em agosto o novo portal de uso consciente do dinheiro (www.itau.com.br/usoconsciente), uma inovadora ferramenta de educação financeira que tem o objetivo de ajudar as pessoas a usarem melhor o dinheiro nos diferentes momentos de vida. Clientes e não clientes do banco têm acesso a temas que abordam de forma simples situações cotidianas, como: dicas para sair do vermelho; economizar sem abrir mão do consumo; falar sobre dinheiro em família, entre outros, além de poder enviar dúvidas que serão respondidas por especialistas da instituição.

No dia 25 de setembro, o Itaú Unibanco realizou pelo décimo sétimo ano consecutivo a reunião Apimec São Paulo, ao todo estavam presentes no evento 572 pessoas, entre acionistas, analistas, e demais interessados, além de mais de 500 pessoas que acompanharam o evento ao vivo pela internet.

Duratex

Em setembro, a Duratex foi selecionada para integrar, pela primeira vez, a carteira do *Dow Jones Sustainability World Index*. No processo de avaliação a Companhia obteve a nota absoluta de 79 o que a posiciona entre as 10% melhores, com aproveitamento de 93% com melhor nota do setor em 5 critérios dentre os quais destacamos “Gestão de Riscos e Crises”, “Engajamento dos Stakeholders” e “Normas Internacionais de Produção”. A Duratex foi a única empresa latino-americana do setor de materiais de construção incluída no índice.

A Empresa ampliou as ações direcionadas ao meio ambiente, no período de janeiro a setembro de 2012, foram investidos R\$ 20 milhões, 9,1% acima dos recursos destinados no mesmo período de 2011. Os destaques foram os investimentos em tratamento de efluentes, coleta de resíduos e manutenção de áreas florestais. Reunindo aspectos ambientais e sociais, entre os projetos apoiados pela Duratex estão a Área de Vivência Ambiental Piatan e o Centro de Educação Socioambiental Buriti, localizados respectivamente em Agudos (SP) e Estrela do Sul (MG), com objetivo de difundir o manejo de plantações florestais sustentáveis, com visitas monitoradas de escolas, clientes e comunidade.

Elekeiroz

O sistema de coleta e recuperação de gás carbônico para venda a terceiros do site de Camaçari foi responsável pela redução da emissão de 4 mil toneladas de CO₂ para a atmosfera até setembro de 2012.

A Elekeiroz tem todas as suas linhas de produção certificadas pela ISO 9001 e coloca em prática o Programa de Atuação Responsável do *International Council of Chemical Associations*, que é administrado no Brasil pela Abiquim.

Itautec

A Itautec em parceria com uma grande rede varejista de equipamentos de informática e outros bens duráveis, lançou um programa destinado a reduzir o impacto ambiental provocado pelo descarte inadequado de produtos de informática. Com a parceria, o público pode levar seus equipamentos eletroeletrônicos às lojas participantes, para que sejam enviados para o Centro de Reciclagem da Itautec, onde passarão pelo processo de desmontagem, descaracterização e segregação para a reinserção em novos ciclos produtivos.

5) INVESTIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS

Itaú Unibanco Holding

O Itaú Unibanco, no período de janeiro a setembro de 2012, investiu R\$ 131 milhões em ações educacionais, culturais e esportivas.

As principais iniciativas no período de janeiro a setembro foram:

- Instituto Unibanco: no 3º trimestre de 2012, o Instituto Unibanco realizou dois encontros nacionais de formação, reunindo aproximadamente 600 pessoas integrantes das sete Secretarias de Estado de Educação que desenvolvem o Projeto Jovem de Futuro. Além disso, nos respectivos estados, foram realizadas 27 formações com aproximadamente 1.300 gestores escolares, e três formações com 400 alunos integrantes do programa Agentes Jovens.
- Fundação Itaú Social: durante os meses de agosto e setembro aconteceram as inscrições para as organizações não governamentais buscarem recursos do Fundo Itaú Excelência Social (Fies). O Fundo investirá em 2012 o montante de R\$ 2,4 milhões em até 14 ONGs que atuam na área de educação. Cada instituição selecionada receberá também apoio financeiro, além de suporte técnico, monitoramento e formação de seus gestores oferecidos pela Fundação Itaú Social.
- Itaú Cultural: de janeiro a setembro de 2012, cerca de 198 mil pessoas visitaram o Itaú Cultural, o site do instituto obteve 9 milhões de acessos, dos quais 7 milhões acessaram as enciclopédias virtuais. O Auditório Ibirapuera recebeu neste mesmo período mais de 117 mil visitantes, entre apresentações internas e externas, e realizou 31 espetáculos. A instituição investiu mais de R\$ 37,7 milhões em projetos e iniciativas culturais, dos quais R\$ 13,2 milhões (35%) via Lei Rouanet.

Duratex

De janeiro a setembro de 2012, a Duratex destinou R\$ 6 milhões a ações com foco educacional, socioambiental, de incentivo à cultura e ao esporte. Entre os projetos concluídos no ano, estiveram instalação e revitalização de bibliotecas comunitárias no interior dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

A cultura é um dos aspectos fortemente valorizados pela Duratex, com o apoio contínuo ao Museu de Arte Moderna de São Paulo e outras instituições ligadas à arte. Tem destaque ainda a educação profissional, incentivada por meio de escolas e centros de formação, principalmente no campo de marcenaria, em consonância com o negócio da companhia. São apoiados ainda diversos projetos esportivos que integram saúde e cidadania, propiciando condições de treinamento a diferentes públicos, como portadores de deficiência e crianças e adolescentes carentes.

Elekeiroz

A Elekeiroz fez doação para recuperar o acervo da Biblioteca Municipal de Várzea Paulista.

No auxílio à inserção dos jovens no mercado de trabalho, foi uma das patrocinadoras da 15ª Semana da Engenharia Química da Unicamp. Também apoia o Programa Construindo o Futuro, uma ação do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), em parceria com as Secretarias de Educação de Camaçari e Dias D'Ávila, que visa despertar o interesse desses alunos em trabalhar na indústria.

Itautec

No acumulado no ano, foram repassados R\$ 805 mil ao Instituto Ayrton Senna, entidade que compartilha dos mesmos princípios da Itautec de que o investimento em educação de qualidade é capaz de transformar realidades. Desde setembro de 2010, a Itautec destina parte da renda de cada computador vendido no varejo ao Instituto.

6) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Itaú Unibanco Holding

- *Institutional Investor Magazine* – de oito prêmios ficamos em primeiro colocado em seis: Melhor Relações com Investidores pelos *Sell e Buy Sides*; Melhor CEO pelos *Sell e Buy Sides*; Melhor CFO pelo *Buy Side* e Melhor Profissional de Relações com Investidores pelo *Buy Side*.
- 1º lugar entre as instituições financeiras da América Latina no Top 1000 World Banks 2012 (Revista The Banker - Financial Times);
- Reconhecido na categoria Bancos no Anuário Época Negócios 360º (Revista Época Negócios) e As Melhores da Dinheiro 2012 (Revista Isto É Dinheiro);
- 1º lugar na Melhores e Maiores da Exame 2012 (Revista Exame) na lista dos 50 maiores bancos brasileiros por patrimônio;
- 1º lugar desde 2007 na categoria Bancos do Prêmio Top of Mind Internet (Datafolha-UOL), pesquisa que premia profissionais e marcas que valorizam a mídia online;
- Reconhecido como uma das 10 melhores ouvidorias do País, no Prêmio de Ouvidorias Brasil 2012;
- Negócios - o Itaú BBA foi reconhecido pela terceira vez como Most Innovative Investment Bank in Latam, banco de investimentos mais inovador da América Latina (Revista The Banker - Financial Times), pela quinta vez consecutiva como Best Cash Management Brasil (Revista Euromoney), e eleito como Best Investment Bank in Brazil 2012 (Euromoney Awards for Excellence 2012);
- Pessoas - reconhecido como uma das Melhores Empresas para Trabalhar (Great Place to Work em parceria com Revista Época), Empresa dos Sonhos dos Jovens (Cia. de Talentos), e As Melhores Empresas para Você Trabalhar (Guia Você S/A) entre 150 empresas;
- Sustentabilidade - Prêmio Green Project Awards Brasil pela melhor campanha de mobilização com o projeto Bike Rio, Prêmio Época Empresa Verde (Revista Época), como uma das empresas com boas práticas ambientais, e premiado em três categorias no Prêmio Empresário Amigo do Esporte (Ministério do Esporte), sendo uma das quatro empresas que mais investiram no setor por meio da Lei de Incentivo.

Duratex

- A Duratex foi a vencedora do Prêmio Abrasca na categoria Destaque Setorial 2012 – Papel e Celulose, como melhor caso de criação de valor no ano de 2011;

- Conquistou pela quinta vez consecutiva o prêmio Top Móbile, um dos mais importantes do setor moveleiro do País. A empresa obteve a primeira colocação nas categorias Painéis de MDP e Painéis de MDF, do segmento Fornecedores da Indústria;
- As marcas Deca e Durafloor foram “as mais lembradas” pelo público em seus segmentos de atuação na 15ª edição do Prêmio Top of Mind promovido pela Revista CASA&mercado;
- Melhor empresa do segmento Materiais de Construção e Decoração do primeiro Anuário Época NEGÓCIOS 360º, especial da Editora Globo;
- Campeã do setor de Materiais de Construção e Decoração da 12ª edição do anuário Valor 1000, publicação do jornal Valor Econômico;
- Melhor empresa do segmento de Materiais de Construção e Decoração de As Melhores da Dinheiro 2012, publicação especial da Isto É Dinheiro;
- A área Florestal da Duratex foi eleita a melhor empresa do setor de madeira e celulose no *ranking* Melhores e Maiores 2012 elaborado pela revista Exame.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a setembro de 2012, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 24 de janeiro de 2012 - análise de vulnerabilidade e testes de intrusão de aplicações do perímetro internet;
- 17 de fevereiro e 02 de agosto de 2012 – revisão dos aspectos relacionados ao programa de continuidade de negócios;
- 23 de fevereiro, 29 de março, 04 de julho e 31 de julho de 2012 - aquisição de materiais técnicos;
- 28 de fevereiro de 2012 – consultoria para obtenção da certificação GIPS (Global Investment Performance Standards);
- 06 de março, 12 de junho e 10 de agosto de 2012 – participações em cursos abertos ao público, relacionados a finanças e contabilidade; e
- 27 de abril e 07 de agosto de 2012 – consultoria no pedido de autorização ao órgão regulador para abertura de uma subsidiária.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas/coligadas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 29/10/2012).

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

CARLOS DA CAMARA PESTANA

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

PAULO SETUBAL

RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

RICARDO EGYDIO SETUBAL

RICARDO VILLELA MARINO

CONSELHO FISCAL

Presidente

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

Conselheiros

JOSÉ CARLOS DE BRITO E CUNHA

PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Conselheiros Suplentes respectivos

JOSÉ ROBERTO BRANT DE CARVALHO

LUIZ ANTONIO CARELI

JOÃO COSTA

Contador

REGINALDO JOSÉ CAMILO

CT-CRC-1SP - 114.497/O – 9

DIRETORIA

Diretor Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Diretores Vice-Presidentes

HENRI PENCHAS (*)

JAIRO CUPERTINO

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

PEDRO MOREIRA SALLES

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

CANDIDO BOTELHO BRACHER

DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO

GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA

HENRI PENCHAS

ISRAEL VAINBOIM

NILDEMAR SECCHES

PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES

RICARDO VILLELA MARINO

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA

Membros

ALKIMAR RIBEIRO MOURA

EDUARDO AUGUSTO DE ALMEIDA GUIMARÃES

GUY ALMEIDA ANDRADE

LUIZ ALBERTO FIORE

CONSELHO FISCAL

Presidente

IRAN SIQUEIRA LIMA

Conselheiros

ALBERTO SOZIN FURUGUEM

LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL (*)

CANDIDO BOTELHO BRACHER

Diretores Executivos

CAIO IBRAHIM DAVID

CLAUDIA POLITANSKI

MARCOS DE BARROS LISBOA

RICARDO BALDIN

SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

Diretores

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES

ANA TEREZA DE LIMA E SILVA PRANDINI

EDUARDO HIROYUKI MIYAKI

EMERSON MACEDO BORTOLOTO

ROBERT GEORGE STRIBLING (**)

RODRIGO LUIS ROSA COUTO

ROGÉRIO PAULO CALDERÓN PERES

(*) Diretor de Relações com Investidores

(**) Eleito em Rca de 23/07/2012. Aguardando homologação do Bacen.

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

SALO DAVI SEIBEL

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
ÁLVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA
ANDREA LASERNA SEIBEL
FABIO SCHVARTSMAN
PAULO SETUBAL
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

HELIO SEIBEL
OLAVO EGYDIO SETUBAL JUNIOR
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

HENRI PENCHAS

Diretores Executivos

ALEXANDRE COELHO NETO DO NASCIMENTO
ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA
ANTONIO MASSINELLI
FLÁVIO MARASSI DONATELLI (*)
JOÃO JACÓ HAZARABEDIAN
MONICA RAMOS PINTO
RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO
RENATO AGUIAR COELHO
ROBERTO SZACHNOWICZ

Diretores Gerentes

FLÁVIO DIAS SOARES
FRANCISCO DE ASSIS GUIMARÃES
MARCO ANTONIO MILLEO
RONEY ROTENBERG

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RICARDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Conselheiros

MARIO ANSELONI NETO
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
REINALDO RUBBI
RENATO ROBERTO CUOCO
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MARIO ANSELONI NETO (*)

Diretores Vice-Presidentes

CLÁUDIO VITA FILHO
JOSÉ ROBERTO FERRAZ DE CAMPOS
RICARDO HORÁCIO BLOJ
SILVIO ROBERTO DIREITO PASSOS
WILTON RUAS DA SILVA

Diretor

GUILHERME TADEU PEREIRA JÚNIOR

(*) Diretor de Relações com Investidores

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RODOLFO VILLELA MARINO

Vice-Presidente

OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR

Conselheiros

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ EDUARDO SENISE
REINALDO RUBBI
RICARDO EGYDIO SETUBAL
ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MARCOS ANTONIO DE MARCHI (*)

Diretores

CARLOS CALVO SANZ
RICARDO JOSÉ BARALDI

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A**Balço Patrimonial Consolidado em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	30/09/2012	31/12/2011
Disponibilidades	4	4.855	3.994
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	23.674	36.105
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	6.680	10.244
Aplicações no Mercado Aberto	6	54.463	35.001
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	48.110	45.049
Dados em Garantia		4.465	4.471
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		43.645	40.578
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado	7b	136	69
Derivativos	8 e 9	3.766	3.240
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	24.289	17.805
Dados em Garantia		4.566	3.113
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		19.723	14.692
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	1.164	1.144
Dados em Garantia		59	85
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		1.105	1.059
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	12	123.177	118.710
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		132.654	127.501
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(9.477)	(8.791)
Outros Ativos Financeiros	22a	15.225	14.925
Estoques	14	815	771
Investimentos em Empresas não Consolidadas	15 II	1.294	938
Imobilizado, Líquido	16	5.318	5.085
Ativos Biológicos	17	1.103	1.094
Ativos Intangíveis, Líquidos	18	3.156	3.012
Ativos Fiscais		12.767	10.716
Imposto de Renda e Contribuição Social - a Compensar		1.238	1.364
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	26b	11.136	9.006
Outros		393	346
Bens Destinados a Venda		40	31
Outros Ativos	22a	4.669	4.069
TOTAL DO ATIVO		334.701	312.002

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A**Balço Patrimonial Consolidado em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011***(Em milhões de Reais)*

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30/09/2012	31/12/2011
Recursos Captados		226.641	212.890
Depósitos	19	85.194	89.326
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	20	244	1.037
Captações no Mercado Aberto	21a	80.718	68.273
Recursos de Mercados Interbancários	21a	35.713	33.323
Recursos de Mercados Institucionais	21c	24.772	20.931
Derivativos	8	3.341	2.486
Outros Passivos Financeiros	22b	16.550	16.246
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c III	31.039	26.108
Passivos de Planos de Capitalização		1.067	1.045
Provisões	32	6.748	6.221
Obrigações Fiscais		4.336	4.449
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.133	707
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	26b	2.656	3.133
Outras		547	609
Outros Passivos	22b	12.787	10.267
Total do Passivo		302.509	279.712
Patrimônio Líquido			
Capital Social	23a	16.500	13.678
Ações em Tesouraria	23a	-	(80)
Reservas	23c	12.828	16.083
Resultado Abrangente Acumulado		151	(340)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		29.479	29.341
Participações de Acionistas não Controladores		2.713	2.949
Total do Patrimônio Líquido		32.192	32.290
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		334.701	312.002

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Demonstração Consolidada do Resultado

Períodos Findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
Vendas de Produtos e Serviços		1.342	4.022	1.139	3.709
Custo dos Produtos e Serviços		(968)	(2.721)	(461)	(2.349)
Receita de Juros e Rendimentos		8.579	26.611	9.839	26.999
Despesas de Juros e Rendimentos		(4.026)	(13.654)	(7.180)	(15.674)
Receita de Dividendos		19	69	21	71
Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos financeiros		371	952	(139)	(150)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		8	1.119	1.388	1.745
Receita de Prestação de Serviços Financeiros		1.731	5.188	1.911	5.263
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros		566	1.650	256	1.454
Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30	2.282	6.477	1.697	4.796
Resseguros de Prêmios	30	(108)	(325)	(118)	(271)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(1.652)	(4.638)	(1.108)	(3.205)
Receita de Operações de Capitalização		44	136	(215)	134
Outras Receitas Operacionais	25a	116	362	372	1.198
Perdas com Créditos e Sinistros		(1.938)	(5.885)	(1.546)	(4.609)
Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(2.158)	(6.598)	(1.783)	(5.314)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		426	1.279	487	1.432
Despesas com Sinistros		(258)	(791)	(250)	(854)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		52	225	-	127
Outras Despesas Operacionais	25b	(776)	(2.516)	(848)	(2.819)
Despesas Gerais e Administrativas	25c	(2.837)	(8.849)	(3.228)	(8.868)
Despesas Tributárias		(436)	(1.364)	(368)	(1.248)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas Não Consolidadas	15b	38	57	(122)	(145)
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.789	5.041	1.034	4.577
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	26	(854)	(2.653)	(625)	(2.046)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26	408	1.513	864	1.358
LUCRO LÍQUIDO		1.343	3.901	1.273	3.889
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		1.210	3.502	1.123	3.499
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		133	399	150	390
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO					
Ordinárias	27	0,25	0,72	0,23	0,72
Preferenciais	27	0,25	0,72	0,23	0,72
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída					
Ordinárias		1.866.289.554	1.866.289.554	1.866.289.554	1.856.615.118
Preferenciais		2.981.170.193	2.981.460.193	2.986.073.526	2.973.681.296

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011
 (Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
LUCRO LÍQUIDO		1.343	3.901	1.273	3.889
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		215	519	(124)	(216)
Variação de Valor Justo		416	1.019	(138)	(165)
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao resultado por alienação	10	(90)	(233)	(50)	(162)
Efeito fiscal		(111)	(267)	64	111
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		45	154	153	127
Hedge de fluxo de caixa		(20)	(182)	(123)	(104)
Variação de Valor Justo		(30)	(276)	(186)	(158)
Efeito fiscal		10	94	63	54
Total do Resultado Abrangente		1.583	4.392	1.179	3.696
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores		1.450	3.993	1.029	3.306
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores		133	399	150	390

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Períodos Findos em 30 de Setembro de 2012 e de 2011

(Em milhões de Reais)

	Nota	01/07 a 30/09/12	01/01 a 30/09/12	01/07 a 30/09/11	01/01 a 30/09/11
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		4.439	13.998	2.724	10.966
Lucro Líquido		1.343	3.901	1.273	3.889
Ajustes ao Lucro Líquido:		3.096	10.097	1.451	7.077
Opções Outorgadas Reconhecidas	24a II.IV	17	49	17	46
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(319)	(460)	(796)	(712)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	2.158	6.598	1.783	5.314
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		354	1.242	687	1.244
Despesa de Juros de Operações com Debêntures e Notas Promissórias		32	95	50	133
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		1.652	4.638	1.108	3.205
Resultado de Operações de Capitalização		(44)	(136)	215	(134)
Depreciações, Amortizações e Exaustão	16, 17 e 18	348	1.061	504	1.081
Tributos Diferidos		(408)	(1.513)	(864)	(1.358)
Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas		(38)	(57)	122	145
Ganho com Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	(90)	(233)	(51)	(162)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(421)	(1.364)	(811)	(1.124)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(60)	(148)	(52)	(119)
Ganho na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 a e b	(2)	(6)	(1)	(13)
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 a e b	2	122	(2)	(2)
(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado	25 a e b	1	4	(12)	(20)
Perda nos Distratos de Operações Intangíveis		1	1	-	-
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado e Intangível	18	-	1	-	5
Juros, Variações Cambiais e Monetárias, líquidas		44	133	54	130
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos		(28)	(105)	12	(100)
Provisões		12	12	106	106
Outros		(115)	163	(618)	(588)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES		(2.800)	815	5.245	(10.714)
Aumento em Ativos		(16.420)	(10.834)	(485)	(23.981)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		(291)	(691)	1.850	(444)
Aplicações no Mercado Aberto		(13.993)	(8.366)	6.234	(2.870)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		3.535	12.456	(2.021)	(4.246)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(1.804)	(3.170)	784	789
Derivativos (Ativos/Passivos)		353	351	317	59
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo		(59)	(67)	11	48
Operações de Crédito		(2.694)	(10.224)	(7.750)	(18.894)
Estoques		(4)	(48)	(4)	(134)
Outros Ativos Financeiros		51	(153)	315	1.416
Outros Ativos Fiscais		(1.115)	(531)	(236)	714
Outros Ativos		(399)	(391)	15	(419)
Aumento em Passivos		13.620	11.649	5.730	13.267
Depósitos		(1.437)	(4.906)	3.623	6.163
Captações no Mercado Aberto		13.113	12.490	(860)	(1.508)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		12	(792)	625	402
Recursos de Mercados Interbancários		842	2.308	3.611	7.567
Outros Passivos Financeiros		(102)	281	(213)	(1.631)
Provisão de Seguros e Previdência		77	319	573	646
Passivos de Planos de Capitalização		54	159	74	214
Provisões		186	358	(199)	(95)
Obrigações Fiscais		789	1.975	646	(532)
Outros Passivos		488	1.521	(1.867)	3.120
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(402)	(2.064)	(283)	(1.079)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.639	14.813	7.969	252
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas Não Consolidadas		-	3	13	18
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(2.248)	(9.891)	(2.717)	(8.818)
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		1.399	5.411	2.315	10.444
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		-	-	-	(45)
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		42	126	83	206
Alienação de Bens Destinados a Venda		5	26	9	47
Alienação de Investimentos		-	-	10	14
Aquisição de Investimentos		(2)	(309)	(1)	(7)
Alienação de Imobilizado de Uso	16	7	91	(182)	5
Aquisição de Imobilizado de Uso	16	(276)	(901)	(225)	(799)
Distrato de Contratos do Intangível		-	-	9	11
Alienação de Intangível	18	(2)	(14)	(118)	11
Aquisição de Intangível	18	(161)	(477)	(308)	(842)
(Aquisição)/Alienação e Formação de Ativo Biológico	17	(16)	(57)	(72)	(63)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.252)	(5.992)	(1.184)	182
Captação em Mercados Institucionais		2.806	7.607	1.156	4.872
Resgate em Mercados Institucionais		(193)	(5.007)	(1.400)	(3.875)
Variação da Participação dos Acionistas Não Controladores		961	635	510	395
Aquisição de Participação não-controladora na Redecard S.A.	3c	(3.671)	(3.671)	-	-
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		2	73	29	86
Integralização de Ações		-	-	-	412
Ações em Tesouraria		-	-	(80)	(80)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores		(69)	(276)	(106)	(226)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		86	(993)	(450)	(1.726)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(78)	(1.632)	(341)	(142)
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		309	7.189	6.444	292
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	21.118	14.097	10.754	16.990
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		319	460	796	712
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	21.746	21.746	17.994	17.994
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa					
Juros Recebidos		17.842	34.930	10.455	27.051
Juros Pagos		22.093	30.380	4.751	12.927
Transações Não Monetárias					
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	-	-	1
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e ainda Não Pagos		253	872	(103)	544

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Valor Adicionado Consolidada

Períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011

(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2012	%	01/01 a 30/09/2012	%	01/07 a 30/09/2011	%	01/01 a 30/09/2011	%
RECEITAS	11.000		34.653		13.851		36.757	
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.342		4.022		1.139		3.709	
Resultado Financeiro e de Valores Mobiliários	8.959		28.683		11.088		28.594	
Resultado das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	566		1.650		606		1.804	
Juros, Rendimentos, Dividendos e Prestação de Serviços Financeiros	1.749		5.256		1.932		5.334	
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.731)		(5.319)		(1.285)		(3.882)	
Outras	115		361		371		1.198	
DESPESAS	(5.454)		(18.001)		(8.589)		(20.088)	
Juros e Rendimentos	(4.026)		(13.654)		(7.180)		(15.674)	
Sinistros	(206)		(566)		(250)		(727)	
Outras	(1.222)		(3.781)		(1.159)		(3.687)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.971)		(6.128)		(1.569)		(5.534)	
Custos dos Produtos, Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(883)		(2.500)		(317)		(2.117)	
Materiais, Energia, Serviços e Outros	(30)		(110)		(43)		(123)	
Serviços de Terceiros	(326)		(954)		(360)		(886)	
Outras	(732)		(2.564)		(849)		(2.408)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(142)		(741)		(295)		(865)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(91)		(272)		(120)		(284)	
Instalações, Conservação e Manutenção de Bens	(83)		(271)		(104)		(257)	
Transporte	(56)		(175)		(89)		(193)	
Segurança	(45)		(142)		(44)		(132)	
Viagens	(19)		(53)		(20)		(52)	
Legais e Judiciais	(182)		(512)		(59)		(209)	
Outras	(114)		(398)		(118)		(416)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.575		10.524		3.693		11.135	
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(355)		(1.061)		(504)		(1.082)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	3.220		9.463		3.189		10.053	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	38		57		(122)		(145)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	38		57		(122)		(145)	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.258		9.520		3.067		9.908	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.258	100,00%	9.520	100,00%	3.067	100,00%	9.908	100,00%
Pessoal	777	23,85%	2.373	24,93%	1.383	45,09%	3.309	33,40%
Remuneração Direta	602		1.762		1.114		2.595	
Benefícios	103		380		199		508	
F.G.T.S.	72		231		70		206	
Impostos, Taxas e Contribuições	1.050	32,23%	2.983	31,33%	322	10,50%	2.453	24,76%
Federais	955		2.713		217		2.183	
Estaduais	28		73		25		64	
Municipais	67		197		80		206	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	88	2,70%	263	2,76%	89	2,90%	257	2,59%
Remuneração de Capitais Próprios	1.343	41,22%	3.901	40,98%	1.273	41,51%	3.889	39,25%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	326		940		303		945	
Lucros Retidos do Período	883		2.561		820		2.554	
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	134		400		150		390	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanco Patrimonial Individual****Períodos Findos em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	30/09/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros		522	802
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		372	317
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	12
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio a Receber		150	473
Ativos Fiscais		781	618
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		166	160
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		615	458
Investimentos		29.247	29.000
Participação em Controladas	15	29.243	28.996
Outros Investimentos		4	4
Imobilizado, Líquido		71	72
Ativos Intangíveis	18	463	460
Outros Ativos não Financeiros		103	91
Depósitos em Garantia		101	91
Outros Créditos Diversos		2	-
TOTAL DO ATIVO		31.187	31.043

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balço Patrimonial Individual****Períodos Findos em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011***(Em milhões de Reais)*

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30/09/2012	31/12/2011
Notas Promissórias		203	-
Recursos Captados em Mercados Institucionais - Debêntures	21b	360	751
Obrigações Fiscais		127	112
Provisões		140	58
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio a Pagar		872	776
Outros passivos não financeiros		6	5
TOTAL DO PASSIVO		1.708	1.702
Patrimônio Líquido	23	29.479	29.341
Capital Social		16.500	13.678
(-) Ações em Tesouraria		-	(80)
Reservas		12.828	16.083
Resultado Abrangente Acumulado		151	(340)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.187	31.043

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Resultado Individual

Períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e de 2011

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
RECEITAS OPERACIONAIS (Líquidas)		1.224	3.644	1.176	3.668
Ganhos Líquidos com Ativos Financeiros		6	31	2	47
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	1.218	3.610	1.159	3.605
Outras Receitas Operacionais		-	3	15	16
DESPESAS OPERACIONAIS		(40)	(192)	(56)	(221)
Despesas Gerais e Administrativas		(9)	(27)	(8)	(27)
Outras Despesas Operacionais		(19)	(119)	(26)	(113)
Despesas Financeiras		(12)	(46)	(22)	(81)
RESULTADO OPERACIONAL		1.184	3.452	1.120	3.447
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		1.184	3.452	1.120	3.447
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		26	50	3	52
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(104)	(105)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		130	155	3	52
LUCRO LÍQUIDO		1.210	3.502	1.123	3.499
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO / DILUÍDO					
Ordinárias	27	0,25	0,72	0,23	0,72
Preferenciais	27	0,25	0,72	0,23	0,72
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - BÁSICA / DILUÍDA					
Ordinárias	27	1.866.289.554	1.866.289.554	1.866.289.554	1.856.615.118
Preferenciais	27	2.981.170.193	2.981.460.193	2.986.073.526	2.973.681.296

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração Resultado Abrangente Individual
Períodos Findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011
 (Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
LUCRO LÍQUIDO		1.210	3.502	1.123	3.499
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		215	519	(124)	(216)
Variação de Valor Justo		415	1.019	(138)	(165)
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao resultado por alienação	10	(90)	(233)	(50)	(162)
Efeito fiscal		(110)	(267)	64	111
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		45	154	153	127
Hedge de fluxo de caixa		(20)	(182)	(123)	(104)
Variação de Valor Justo		(30)	(276)	(186)	(158)
Efeito fiscal		10	94	63	54
Total do Resultado Abrangente		1.450	3.993	1.029	3.306

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 22)
Períodos Fintos em 30 de Setembro de 2012 e de 2011
 (Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores						Resultado Abrangente			Total do Patrimônio Líquido Acionistas Controladores	Total do Patrimônio Líquido Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas Integralizadas/ De Capital e de Lucros	Reservas a Integralizar	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Disponível para Venda	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa			
Saldo ajustado em 01/01/2011	13.266	-	11.579	1.008	445	-	245	(391)	7	26.159	2.877	29.036
Transações com os Acionistas Controladores	412	-	46	-	(445)	(945)	-	-	-	(1.012)	-	(1.012)
Subscrição de Ações	412	-	-	-	-	-	-	-	-	412	-	412
(-) Ações em Tesouraria	-	(80)	-	-	-	-	-	-	-	(80)	-	(80)
Outorga de Opções	-	-	46	-	-	-	-	-	-	46	-	46
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(945)	-	-	-	(945)	-	(945)
Dividendo - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(445)	-	-	-	-	(445)	-	(445)
Varição da Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(395)	(395)
Outros	-	-	(125)	-	-	-	-	-	-	(125)	-	(125)
Transferências	-	-	1.008	(1.008)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	3.499	(216)	127	(104)	3.306	390	3.696
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	3.499	-	-	-	3.499	390	3.889
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(216)	127	(104)	(193)	-	(193)
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	175	-	-	(175)	-	-	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	2.379	-	(2.379)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2011	13.678	(80)	12.683	2.379	-	-	29	(264)	(97)	28.328	2.872	31.200
Saldo em 01/01/2012	13.678	(80)	11.788	3.744	551	-	40	(276)	(104)	29.341	2.949	32.290
Transações com os Acionistas Controladores	2.822	80	(2.852)	-	(551)	(940)	-	-	-	(1.441)	-	(1.441)
Aumento de Capital com Reservas	2.822	-	(2.822)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	80	(80)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outorga de Opções	-	-	50	-	-	-	-	-	-	50	-	50
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(940)	-	-	-	(940)	-	(940)
Dividendo - excedente ao mínimo obrigatório exercício anterior	-	-	-	-	(551)	-	-	-	-	(551)	-	(551)
Varição da Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(330)	(330)
Aquisição de Participação não-controladora na Redecard S.A. (Nota 3)	-	-	(2.423)	-	-	-	-	-	-	(2.423)	(305)	(2.728)
Outros	-	-	9	-	-	-	-	-	-	9	-	9
Transferências	-	-	3.744	(3.744)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	3.502	519	154	(182)	3.993	399	4.392
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	3.502	-	-	-	3.502	399	3.901
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	519	154	(182)	491	-	491
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	175	-	-	(175)	-	-	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	2.387	-	(2.387)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2012	16.500	-	10.441	2.387	-	-	559	(122)	(286)	29.479	2.713	32.192

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual
Períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e de 2011
(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	(125)	(215)	(16)	(76)
Lucro Líquido	1.210	3.502	1.123	3.499
Ajustes ao Lucro Líquido:	(1.335)	(3.717)	(1.139)	(3.575)
Juros sobre Debêntures	7	41	22	81
Juros sobre Notas Promissórias	5	5	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.218)	(3.610)	(1.159)	(3.605)
Tributos Diferidos	(130)	(155)	(3)	(52)
Depreciação e Amortizações	1	2	1	1
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(548)	(266)	(39)	140
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(63)	(92)	(19)	(482)
(Redução) Aumento em Provisões, Contas a Pagar e Outros Passivos	(306)	(130)	(59)	433
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	(1)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	(179)	(44)	39	190
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(673)	(481)	(55)	64
Alienação de Investimentos	-	-	10	14
Aquisição de Investimentos	(8)	(8)	-	(4)
Aquisição de Imobilizado	(1)	(1)	-	(66)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	556	1.894	531	1.682
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	547	1.885	541	1.626
Integralização de Ações	-	-	-	412
Aquisição de Ações para Tesouraria	-	-	(80)	(80)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(72)	(1.170)	(406)	(1.606)
Pagamento de Debêntures	-	(432)	-	(416)
Emissão de Notas Promissórias	400	400	-	-
Pagamento de Notas Promissórias	(202)	(202)	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	126	(1.404)	(486)	(1.690)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	-	-	-	-

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Valor Adicionado Individual

Períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011

(Em milhões de Reais)

	01/07 a 30/09/2012	%	01/01 a 30/09/2012	%	01/07 a 30/09/2011	%	01/01 a 30/09/2011	%
RECEITAS	6		34		18		63	
Ganhos Líquidos com Ativos Financeiros	6		31		3		47	
Outras Receitas Operacionais	-		3		15		16	
DESPESAS	(13)		(50)		(24)		(85)	
Outras Despesas	(13)		(50)		(24)		(85)	
Financeiras	(12)		(46)		(23)		(81)	
Outras	(1)		(4)		(1)		(4)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3)		(13)		(4)		(15)	
Serviços de Terceiros	(2)		(3)		(1)		(4)	
Outras	(1)		(10)		(3)		(11)	
Convênio de Rateio de Custo Comum	(2)		(8)		(3)		(9)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	-		(1)		-		(1)	
Outras	1		(1)		-		(1)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	(10)		(29)		(10)		(37)	
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(1)		(2)		(1)		(1)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(11)		(31)		(11)		(38)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.218		3.610		1.159		3.605	
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.218		3.610		1.159		3.605	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.207	100,00%	3.579	100,00%	1.148	100,00%	3.567	100,00%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.207		3.579		1.148		3.567	
Pessoal	3	0,25%	8	0,22%	2	0,17%	7	0,20%
Remuneração Direta	3		8		2		7	
Impostos, Taxas e Contribuições	(6)	-0,50%	69	1,93%	23	2,00%	61	1,71%
Federais	(6)		69		23		61	
Remuneração de Capitais Próprios	1.210	100,25%	3.502	97,85%	1.123	97,82%	3.499	98,09%
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio	326		940		303		945	
Lucros Retidos do Período	884		2.562		820		2.554	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 30 de setembro de 2012 e de 2011
(Em milhões de Reais)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controlada em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 32 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,1% das ações ordinárias e 17,9% das ações preferenciais, 34,5% do total.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 29 de outubro de 2012.

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária com a opção de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas completas em vez das demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de setembro de 2012

- Alteração do IFRS 7 - "*Financial Instruments: Disclosures*" – Em outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos financeiros com risco remanescentes. Os efeitos dos requerimentos de divulgação estão apresentados na Nota 11.
- Alteração do IAS 12 – "*Income taxes*" - em Dezembro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento inserindo uma exceção na mensuração dos ativos e passivos de impostos diferidos, referente a investimentos em propriedades mensuradas pelo valor justo. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.
- Alterações do IFRS 7 – “*Financial Instruments: Disclosures*” – Em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados.
- IFRS 9 – “*Financial Instruments*” – O pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “*Financial Instruments: Recognition and Measurement*”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB, mas vedada pelo Banco Central do Brasil.
- Alteração do IAS 19 – “*Employee Benefits*” – Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do “corredor” e requer que todas as movimentações devam ser lançadas em Outros Resultados Abrangentes Acumulados. É efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.
- IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Na ITAÚSA não houve impacto na avaliação do controle das controladas e controladas em conjunto.
- IFRS 11 – “*Joint Arrangements*” – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “*Joint Arrangements*” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “*Joint Arrangements*” em duas formas: “*Joint Operations*” e “*Joint Ventures*”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “*Joint Ventures*”, a consolidação proporcional não é mais permitida. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Na ITAÚSA o impacto será a não consolidação das empresas com controle conjunto (Itaú Unibanco Holding e IUPAR – Itaú Unibanco Participações), ambas serão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, abaixo os principais impactos nas demonstrações:

Posição Financeira	Apresentação atual	Parcela não consolidada	Apresentação futura
Ativo	334.701	(296.614)	38.087
Passivo	302.509	(296.494)	6.015
PL	32.192	(120)	32.072
DRE			
Receita de Juros e Rendimentos	26.611	(26.447)	164
Despesa de Juros e Rendimentos	(13.654)	13.608	(46)
Resultado de Empresas não consolidadas	57	3.490	3.547
Lucro Líquido acionistas controladores	3.502	-	3.502
Lucro Líquido Consolidado	3.901	(201)	3.700
Fluxos de Caixa			
Atividades Operacionais	14.813	(7.164)	7.649
Atividades de Investimentos	(5.992)	7.248	1.256
Atividades de Financiamentos	(1.632)	375	(1.257)

- IFRS 12 – “*Disclosures of Interests in Other Entities*” – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “*Joint Arrangements*”, associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. O maior impacto será nas notas explicativas, onde as informações da controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding serão apresentadas de forma resumida na nota de investimentos e informações selecionadas.
- IFRS 13 – “*Fair Value Measurement*” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos da adoção do pronunciamento estão sendo avaliados.
- Annual Improvements cycle (2009-2011) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – “*First-time adoption of IFRS*”, IAS 1 – “*Presentation of Financial Statements*”, IAS 16 – “*Property, Plant and Equipment*”, IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” e IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*”. As alterações não são efetivas antes de 1º de janeiro de 2013. Não esperamos que existam impactos relevantes.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de operações de créditos a cliente para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante com provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, a ITAÚSA e suas controladas exercem seus julgamentos considerando se existem evidências objetivas que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes em provisões face à experiência de perda incorrida.

O montante de provisão em 30 de setembro de 2012 era de R\$ 9.477 (R\$ 8.791 em 31/12/2011).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa seria aumentada ou diminuída em R\$ 1.232 (R\$ 1.187 em 31/12/2011).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4o, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 26. O montante de ativo fiscal diferido era de R\$ 11.136 (R\$ 9.006 em 31/12/2011).

c) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo em 30 de setembro de 2012 totalizam ativos no valor de R\$ 76.301 (R\$ 66.163 em 31/12/11) (dos quais R\$ 3.766 são derivativos) (R\$ 3.240 em 31/12/2011) e passivos no valor de R\$ 3.585 (R\$ 3.523 em 31/12/2011) (dos quais R\$ 3.341 são derivativos) (R\$ 2.486 em 31/12/11). O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 31.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 31.

d) Planos de pensão de benefício definido

Em 30 de setembro de 2012 o montante de R\$ 159 (R\$ 36 em 31/12/2011) relacionado aos Planos de Pensão de Benefício Definido foi reconhecido no Balanço Patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de

desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A ITAÚSA e suas controladas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a ITAÚSA e suas controladas consideram as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão aumentaria em aproximadamente R\$ 584.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa se razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis, são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O valor contábil dessas provisões em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 6.748 (R\$ 6.221 em 31/12/11).

f) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 17. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta própria no demonstrativo de resultado.

g) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações das controladas da ITAÚSA para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da ITAÚSA CONSOLIDADO, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo período.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de controle financeiro e operacional com o objetivo de obter os benefícios de suas atividades e que normalmente detêm participação superior a 50% em seu capital votante.

II. Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”)

De acordo com SIC 12 – “Consolidation – Special Purpose Entities”, consolidamos as sociedades de propósito específico, quando a substância do relacionamento entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e as SPEs indica que elas são controladas pela ITAÚSA CONSOLIDADO. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor da ITAÚSA CONSOLIDADO, de acordo com as necessidades específicas do negócio e a ITAÚSA CONSOLIDADO obtém benefícios de sua operação.
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de delegar tais poderes.
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e por conseqüência pode estar exposto aos riscos inerentes as suas atividades.
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

III. Entidades sob Controle Conjunto (Joint Ventures)

O CPC 19 – Investimento em Empreendimento controlado em conjunto (“Joint Ventures”), define entidades sob controle conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detêm controle compartilhado em entidades ou têm operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que as afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Ainda de acordo com o CPC 19: o tratamento contábil das entidades sob controle conjunto pode ser consolidado proporcional ou pelo método de equivalência patrimonial”. A ITAÚSA CONSOLIDADO optou pela consolidação proporcional.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA CONSOLIDADO que são consolidadas proporcionalmente nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 30/09/2012	Porcentagem do capital em 30/09/2011
Áreas de Serviços Financeiros - Controle Conjunto				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	36,78%	36,83%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,52%	35,40%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	94,01%	94,01%

A tabela abaixo apresenta os valores incluídos nos balanços patrimoniais consolidados e nas demonstrações do resultado de entidades controladas em conjunto (Joint Ventures) consolidadas proporcionalmente pela ITAÚSA:

	30/09/2012	30/09/2011	31/12/2011
Total de Ativos	878.860	-	818.146
Total de Passivos	805.140	-	744.076
Total de Receitas	97.050	96.841	-
Total de Despesas	(86.893)	(86.213)	-

Consolidação Proporcional do Itaú Unibanco Holding

Consolidação proporcional é o método de contabilização pelo qual a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto são combinadas, linha a linha, com itens similares nas demonstrações contábeis do empreendedor, ou em linhas separadas nessas demonstrações contábeis.

Pelos termos definidos no Acordo de Acionistas da IUPAR (Itaú Unibanco Participações), a ITAÚSA e a Família Moreira Salles exercem o controle compartilhado da ITAÚ UNIBANCO HOLDING, com plenos direitos de sócios, que asseguram de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da Assembléia Geral e o poder de eleger a maioria dos administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas, usando efetivamente seu poder para dirigir todas as suas atividades.

Em decorrência da consolidação proporcional do Itaú Unibanco Holding e para melhor entendimento, as notas explicativas cujos valores têm maior correlação com a atividade financeira estão sendo apresentadas com os valores integrais do Itaú Unibanco Holding com a indicação do valor correspondente à participação da ITAÚSA. Para as demais notas, os valores já estão apresentados na proporção da participação societária.

IV. Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 (R) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 (R), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio. O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4(I). Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II) Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, e totalizavam R\$ 548 para o período de 01/01 a 30/09/12 (R\$ 715 de 01/01 a 30/09/11).

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como Caixa e Equivalentes a Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 04.

d) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

Os Bancos Centrais dos países, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera, impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos

a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) VENDAS COM COMPROMISSO DE RECOMPRA E COMPRAS COM COMPROMISSO DE REVENDA

A ITAÚSA CONSOLIDADO dispõe de operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador. A ITAÚSA CONSOLIDADO monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação.
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento.
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis.
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

A ITAÚSA categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

A ITAÚSA CONSOLIDADO classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4(e)), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixados, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando a ITAÚSA e suas controladas transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do CPC 38. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, a ITAÚSA e suas controladas devem avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. A ITAÚSA e suas controladas optaram por divulgar os derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e as perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de juros e rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de juros e rendimentos.

II. Ativos e passivos financeiros designados a valor justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o CPC 38, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas em Receita de Juros e Rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

A ITAÚSA e suas controladas designam certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III. Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros exceto se a Administração optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e podem ser qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item objeto de *hedge* o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do CPC 38 são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com o CPC 38, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos.
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

O CPC 38 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operações no exterior.

A ITAÚSA e suas controladas utilizam-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido de operações no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de valor justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a. o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b. o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

“Hedge” de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada na demonstração do resultado abrangente – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no patrimônio e subsequentemente

reclassificado para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em resultado abrangente acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em resultado abrangente acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

“Hedge” de investimento líquido em operação no exterior

O *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao “Hedge” de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em resultado abrangente acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Patrimônio Líquido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação, na alienação total ou parcial da operação no exterior.

IV. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros a valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como “Receita de dividendos” quando é provável que se estabeleça o direito da ITAÚSA CONSOLIDADO de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado em relação com instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

De acordo com o CPC 38 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que a ITAÚSA CONSOLIDADO tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI. Operações de crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, que é o valor para originá-las ou comprá-las, incluindo quaisquer custos de transação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A ITAUSA Classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para credores de liquidação duvidosa.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING o segmento de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. A carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. A carteira de Micro/Pequenas e Médias Empresas corresponde a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. O segmento de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, o Itaú Unibanco Holding tem duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita em nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em

nível detalhado por segmento, por entender as razões relacionadas às estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII. Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um crédito no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pela ITAÚSA CONSOLIDADO são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido na ITAÚSA CONSOLIDADO e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Juros e Rendimentos.

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Geral

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária caso exista a evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a adequada provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui julgamento da administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pela ITAÚSA CONSOLIDADO para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem em uma deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteira de varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que aqueles observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que aqueles observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* é de, no máximo 12 meses considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente, para créditos que sejam individualmente significativos, ou coletivamente, para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, utilizamos metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração, não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas), descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida, reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que eventualmente serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável, de forma a refletir (i) os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e (ii) excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, nós classificamos essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo nosso Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. Estimamos perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, a qual utiliza a nossa experiência histórica dos últimos anos para construir modelos internos usados tanto para estimar a PD (probabilidade de “default”) quanto para estimar a LGD (perda dado o “default”).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida por nossas áreas de risco de crédito e de finanças nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada um dos segmentos: Grandes empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro / Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada um dos quatro segmentos responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é ainda dividido em grupos: Os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada um dos quatro segmentos.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial e prazo esperado de recuperação de créditos inadimplentes (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de diferentes variáveis para cada classe, que incluem receitas,

patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que ele não está capturando em um relativo curto espaço de tempo efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o modelo é validado por meio de “*back-testing*”, que é o processo de testar periodicamente os modelos por meio de sua aplicação a dados históricos. São aplicados métodos estatísticos para mensurar a performance do modelo, através da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado para chegar na atualização do modelo, esse detalhamento permite que uma área independente consiga replicar o processo. Essa validação é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu. A área de validação dos modelos emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática usada para alterar o modelo. O parecer técnico posteriormente é submetido ao CTAM (Comissão técnica de avaliação de modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada um dos segmentos (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro/ Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), equipes diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada um desses quatro segmentos. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada um dos quatro segmentos resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada segmento de portfólio na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, são utilizados dados e informações diferentes para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda) - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o nosso histórico de relacionamento do cliente, os resultados da análise das demonstrações financeiras da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é também aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- Pessoas Físicas – Os fatores considerados e as informações utilizadas são principalmente o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- Micro/Pequenas e Médias Empresas – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem, além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- Unidades Externas América Latina – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencidos” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, *Write-off* e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são consideradas inadimplentes, mas consideradas como novos empréstimos. Em períodos posteriores se o ativo for considerado como tal, será divulgado como inadimplente, quando os termos renegociados não forem honrados.

IX. Outros ativos financeiros

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta estes ativos, cuja composição estão apresentadas na Nota 21a, em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimento.

X. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em Despesas de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 19).
- Captações no mercado aberto (conforme descrito anteriormente no item f).
- Recursos de mercados interbancários.
- Recursos de mercados institucionais.
- Obrigações de planos de capitalização.
- Outros passivos financeiros (Nota 22b).

h) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão-de-obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

i) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

Empresas não consolidadas (termo que a ITAÚSA CONSOLIDADO utiliza para associadas, conforme definido pelo CPC 18) são aquelas empresas nas quais o investidor têm influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não

consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

j) COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatária)

Como arrendatária, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

A ITAÚSA CONSOLIDADO arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o Itaú Unibanco Holding detém substancialmente todos os riscos e benefício de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros passivos financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As operações realizadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO classificadas como arrendamentos operacionais têm sua despesa reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

k) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 16.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa

independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

A ITAUSA CONSOLIDADO reconheceu no período findo em 30/09/2012 perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 4 referente ao Imobilizado de Uso, por conta dos resultados obtidos serem inferiores aos benefícios econômicos previstos. (Em 30/09/2011 não reconhecemos perdas por redução ao valor recuperável).

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas Operacionais ou Despesas Gerais e Administrativas.

I) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em empresas não consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

m) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAUSA e suas controladas avaliam semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode

ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

No período findo em 30/09/2012 a ITAÚSA CONSOLIDADO reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 1, referente a associações para promoção e oferta de produtos e serviços financeiros, causadas por resultados inferiores aos previstos (R\$ 6 de 30/09/2011 referente aos direitos de aquisição de folha de pagamento e associações).

Conforme previsto pelo CPC 4, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

n) BENS DESTINADOS A VENDA

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Outras despesas operacionais. Em caso de recuperação do valor justo, menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

o) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social a compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e contribuição social diferidos e Obrigações fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

2012 e 2011

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (*)	9%

(*) A partir de 01/05/2008, para as empresas financeiras e equiparadas, a alíquota foi alterada de 9% para 15% conforme artigos 17 e 41 da Lei nº 11.727 de 24/06/2008.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

p) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O CPC 11 – Contratos de Seguros define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contra parte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

A ITAÚSA CONSOLIDADO, por meio das subsidiárias do Itaú Unibanco Holding, emite contratos a clientes que contem riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual a ITAÚSA CONSOLIDADO aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de previdência privada

Segundo o CPC 11, um contrato de seguro é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo somente, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, pois a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante

fixo a ser pago de forma vitalícia não é oferecida, havendo em todos os contratos o direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, a ITAÚSA CONSOLIDADO constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos no resultado durante o mesmo período em que os prêmios dos seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

No curso normal dos negócios, a ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). A ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura a maior parte de seus riscos junto ao IRB Brasil Resseguros S.A., entidade controlada pelo governo brasileiro. Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados após 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação destes. Em caso de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados, e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas provisões de seguros e previdência privada.

Derivativos Embutidos

A ITAÚSA efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do CPC 11.

Teste de adequação do passivo

O CPC 11 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. A ITAÚSA efetua o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes para fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstre que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, é contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira. O teste abrange tanto seguros de danos como seguros de vida e previdência.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação do passivo estão detalhadas no Nota 30.

q) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

A ITAÚSA através do Itaú Unibanco Holding comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil eles são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o CPC 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que a ITAÚSA tem a obrigação de reembolsar. Reconhecemos como despesa, o valor do passivo constituído para pagamento de prêmios em dinheiro mensurados atuarialmente.

r) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A ITAÚSA e suas controladas são obrigadas a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 407 de 01/01 a 30/09/2012 (R\$ 389 de 01/01 a 30/09/2011).

Adicionalmente, a ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, contabilizados de acordo com o CPC 33.

Planos de pensão – planos de benefício definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro, denominados em reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de aposentadoria e benefícios pós-aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes à diferença entre os retornos esperados e os efetivos.
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais.
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Custo de serviço passado - é a alteração no valor presente das obrigações por benefícios definidos pelo serviço do empregado em períodos anteriores, que afeta o período corrente.
- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o CPC 33, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e, portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou uma perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) do reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) da alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação do plano, um ganho ou uma perda será reconhecido.

Planos de pensão - contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pela ITAÚSA e suas controladas são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas das empresas adquiridas pela ITAÚSA ou por suas controladas ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e a ITAÚSA está comprometida pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o CPC 33, de forma semelhante aos planos de benefício definido.

s) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 – “Pagamentos baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo Itaú Unibanco Holding correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 24.

t) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica “Outros passivos”, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado

pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de prestação de serviços financeiros.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

u) **PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES**

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando a Administração da ITAÚSA entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

v) **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA**

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

w) **DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração consolidada do resultado.

x) **LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,015 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

A ITAÚSA outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações da ITAÚSA.

y) **RECEITAS**

l) Venda de produtos e serviços

A receita de venda é apurada em conformidade com o regime contábil de competência.

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Vendas de serviços

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através da sua subsidiária Itaotec S.A., presta serviços no segmento de automações e computação. A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços realizados até o momento.

II) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O Itaú Unibanco Holding presta diversos serviços a seus clientes tais como, administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado, de custódia e relacionadas a cartões de crédito, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

z) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: Área de Serviços Financeiros e área Industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 33.

NOTA 3 – DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS**a) BSF Holding S.A**

Em 14 de abril de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. e o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. (“Carrefour”) firmaram contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 49% do BSF Holding S.A. (“Banco Carrefour”), entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Brasil operados com a bandeira “Carrefour” no Brasil. A consumação da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 23 de abril de 2012 e à transferência das ações da BSF ao Itaú Unibanco Holding S.A., a qual foi efetuada em 31 de maio de 2012.

Como resultado dessa transação, passamos a contabilizar esta participação na BSF pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13) e as transações entre partes relacionadas (Nota 35).

Concluiremos no decorrer do 2º semestre de 2012 a alocação final do diferencial entre o valor pago para BSF Holding e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo.

b) Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“FAI”)

Em 09 de agosto de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. informou que irá encerrar sua parceria com a LOJAS AMERICANAS S.A. (“LASA”), celebrada em 2005, para a oferta, distribuição e comercialização, com exclusividade pela FAI (entidade controlada em conjunto por ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. e LASA), de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários aos clientes da LASA e de suas afiliadas.

Em consequência de referido encerramento, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. e LASA celebraram, nesta data, contrato de compra e venda e outras avenças por meio do qual a LASA concordou em (i) vender para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. a totalidade da participação que detém no capital social da FAI, pelo valor aproximado de R\$ 83 milhões; e (ii) adquirir o direito de lavra detido pela FAI, relativo à exclusividade para a oferta, distribuição e comercialização dos Produtos e Serviços Financeiros por meio dos canais de distribuição da LASA e/ou de suas afiliadas, pelo valor aproximado de R\$ 112 milhões.

A conclusão da operação está sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil.

c) Redecard

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. detinha 46,4% do capital votante da Redecard S.A. Em 30 de março de 2009 adquiriu 3,61% de participação e passou a ser seu acionista controlador, com 50,01% de participação no capital votante.

Em 24 de setembro de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. concluiu o leilão de oferta pública de ações (OPA) para fins de cancelamento do registro de companhia aberta da Redecard, nos termos do edital da OPA publicado em 23 de agosto de 2012.

Como resultado do leilão, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. adquiriu, por meio de sua subsidiária não financeira Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda., 298.989.237 ações ordinárias de emissão da Redecard, representativas de 44,4% do capital social, passando a deter 635.474.593 ações ordinárias, representativas de 94,4% de seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 35,00, totalizando o valor de R\$ 10.469.

De acordo com o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não-controladores deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

As alterações no patrimônio líquido atribuível ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., em virtude da compra de ações de não controladores da Redecard, são demonstradas abaixo:

	2012
Efeito da alteração de participação ⁽¹⁾	(9.979)
Efeitos Fiscais ⁽²⁾	3.393
Diminuição do patrimônio líquido pela compra de ações da Redecard	<u>(6.586)</u>

(1) Refletidos no consolidado da ITAÚSA proporcionalmente: (R\$ 3.671).

(2) Para as controladas não financeiras a alíquota da Contribuição Social é de 9%.

d) Associação com o Banco BMG S.A.

Em 09 de julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou o Contrato de Associação com o Banco BMG S.A. ("BMG"), visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados. A conclusão da operação depende de aprovação do BACEN.

e) Subscrição de Capital Tablemac S.A

Em agosto de 2012 a Duratex S.A, por meio de suas subsidiárias indiretas Duratex Europe NV., e Duratex Belgium NV., efetivou a subscrição de 25% do capital social da Tablemac S.A. empresa líder no mercado colombiano na fabricação de painéis de madeira industrializada, por meio de uma emissão primária de ações. Esse evento representou um aporte de R\$ 116,1 milhões na empresa colombiana, equivalente a R\$ 116,6 em 31 de julho, sendo R\$ 107,4 relativos à participação adquirida e R\$ 9,2 relativo à compra de opção de subscrição de 15% adicionais de ações da Tablemac, opção essa que possui um prazo de dois anos (registrada na rubrica outras contas a receber no ativo não circulante). Esta operação se enquadra nas regras do CPC 18 R1 aprovada pela Deliberação CVM nº 688 de 4 de outubro de 2012. Dessa forma, a companhia apurou o valor justo da sua participação sobre os ativos e passivos registrados ou não contabilmente pela Tablemac, apurando ágio no valor de R\$ 28.

Adicionalmente à aquisição acima, encontra-se em andamento no mercado colombiano uma Oferta Pública para aquisição de uma participação adicional na Tablemac de até 12% das ações emitidas, pelo valor fixo unitário de COP 12 (doze pesos colombianos). A Oferta Pública deverá ser encerrada até 30 de outubro de 2012.

Os detalhes dos valores justos adquiridos e o ágio são como seguem:

	Valor Justo
Ativos	530.638
Caixa e equivalentes de caixa	116.943
Contas a receber de clientes	25.829
Estoques	30.646
Impostos e contribuições a recuperar	2.834
Imobilizado	305.670
Ativos Biológicos (1)	12.058
Relação contratual com cliente	36.658
Passivos	211.211
Fornecedores	15.620
Instituições financeiras	132.922
Obrigações com pessoal	1.474
Contas a pagar circulante	24.277
Impostos e contribuições	3.759
Contingências	7.357
I. Renda e C. Social diferidos	16.557
Contas a pagar não circulante	9.245
Total dos ativos líquidos	319.427
Percentual adquirido = 25%	79.857
Goodwill	27.510
Valor pago na aquisição	107.367

(1) Após aplicação da metodologia de avaliação de floresta na Colômbia identificamos que o valor justo é muito próximo ao custo histórico. Isto deve-se principalmente ao baixo incremento médio anual (IMA) na região em decorrência dos fatores geográficos, espécie e dos níveis de oferta superiores aos níveis de demanda. O país conta com uma área plantada extensa o que permitiu nos últimos anos que a Tablemac suprisse sua necessidade de madeira preponderantemente por meio de compra de terceiros, sendo assim entendemos que os valores de balanço representam o valor justo desse ativo.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/09/2012	31/12/2011
Disponibilidades	4.855	3.994
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.624	6.967
Aplicações em Operações Compromissadas - Mercado Aberto	14.267	3.136
Total	21.746	14.097

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes de caixa são de R\$ 4.056 (R\$ 3.277 em 31/12/2011) e R\$ 39.171 (R\$ 31.865 em 31/12/2011), respectivamente.

NOTA 05 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

	30/09/2012	31/12/2011
Não Remunerados	1.785	2.110
Remunerados	21.889	33.995
Total	23.674	36.105

NOTA 6 - APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	17.714	447	18.161	25.384	2.437	27.821
Aplicações no Mercado Aberto (*)	145.273	-	145.273	92.248	-	92.248
Total	162.987	447	163.434	117.632	2.437	120.069
Participação Itaúsa		36,78%			36,82%	
	59.954	164	60.118	43.314	897	44.212
Itaúsa e Empresas Industriais	1.025	-	1.025	1.033	-	1.033
Total	60.979	164	61.143	44.347	897	45.245

(*) O montante de R\$ 8.868 (R\$ 7.046 em 31/12/2011) está dado em garantia de operações na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 72.922 (R\$ 49.701 em 31/12/2011) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na nota 2.4f, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: R\$ 3.262 (R\$ 2.595 em 31/12/2011) e R\$ 26.824 (R\$ 18.301 em 31/12/2011).

NOTA 07 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.975	36	(3)	2.008
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	93.809	546	(7)	94.348
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.680	49	-	1.729
Títulos Públicos - Outros Países (1b)	1.448	20	(6)	1.462
Argentina	139	7	(5)	141
Estados Unidos	305	11	-	316
México	618	1	(1)	618
Chile	136	-	-	136
Uruguai	39	-	-	39
Colômbia	170	1	-	171
Outros	41	-	-	41
Títulos de Dívida de Empresas (1c)	30.917	165	(115)	30.967
Ações Negociáveis	2.469	120	(100)	2.489
Certificado de Recebíveis Imobiliários	29	-	-	29
Certificado de Depósito Bancário	5.483	-	-	5.483
Debêntures	3.832	6	-	3.838
Euro Bonds e Assemelhados	1.611	39	(15)	1.635
Letras Financeiras	16.381	-	-	16.381
Notas Promissórias	305	-	-	305
Outros	807	-	-	807
TOTAL	129.829	816	(131)	130.514
Participação Itaúsa - 36,78%	47.757	300	(48)	48.009
Outras Empresas	93	11	(3)	101
TOTAL	47.850	311	(51)	48.110

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira em 30/06/2012 eram: a) R\$ 11.327, b) R\$ 788 e c) R\$ 23, totalizando R\$ 12.138, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 4.167, b) R\$ 290 e c) R\$ 8, totalizando R\$ 4.465.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.326	35	(22)	1.339
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	93.914	184	(184)	93.914
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	868	42	-	910
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	787	28	(13)	802
Argentina	226	12	(13)	225
Estados Unidos	280	12	-	292
México	201	4	-	205
Chile	50	-	-	50
Uruguai	27	-	-	27
Outros	3	-	-	3
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	24.965	84	(125)	24.924
Ações Negociáveis	2.325	69	(97)	2.297
Certificado de Recebíveis Imobiliários	23	1	-	24
Certificado de Depósito Bancário	7.820	-	-	7.820
Debêntures	3.525	2	(1)	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	1.446	12	(27)	1.431
Letras Financeiras	8.973	-	-	8.973
Outros	853	-	-	853
TOTAL	121.860	373	(344)	121.889
Participação Itaúsa - 36,82%	44.871	137	(127)	44.882
Outras Empresas	169	50	(52)	167
TOTAL	45.040	187	(179)	45.049

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira em 31/12/2011 eram: a) R\$ 12.010, b) R\$ 84 e c) R\$ 48, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 4.422, b) R\$ 31 e c) R\$ 18.

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2012	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação				
Ganhos	1.048	1.899	1.900	2.412
Perdas	(124)	(2.031)	(2.031)	(3.484)
TOTAL	924	(132)	(131)	(1.072)
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,83% em Set/11	340	(49)	(48)	(395)
TOTAL	340	(49)	(48)	(395)

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012		31/12/2011	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Circulante	28.952	29.036	37.701	37.706
Sem vencimento	4.446	4.497	3.650	3.635
Até um ano	24.506	24.539	34.051	34.071
Não Circulante	100.877	101.478	84.159	84.183
De um a cinco anos	79.872	80.213	72.064	72.088
De cinco a dez anos	13.446	13.593	8.570	8.550
Após dez anos	7.559	7.672	3.525	3.545
TOTAL	129.829	130.514	121.860	121.889
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82% em Dez/11	47.757	48.009	44.871	44.882
Outras Empresas	93	101	169	167
	47.850	48.110	45.040	45.049

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A, com um valor justo de R\$ 69.857 (R\$ 57.734 em 31/12/2011), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente R\$ 25.696 e (R\$ 21.259 em 31/12/2011). O retorno de tais ativos (positivo e negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos de PGBL e VGBL cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimentos.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo por meio do resultado são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012			Valor Justo
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	365	3	-	368
Participação Itaúsa - 36,78%	135	1	-	136
TOTAL	135	1	-	136

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			Valor Justo
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	182	4	-	186
Participação Itaúsa - 36,82%	68	1	-	69
TOTAL	68	1	-	69

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2012	30/09/2012	31/09/2011	30/09/2011
Ganhos	4	13	5	15
TOTAL	4	13	5	15
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,83% em Set/11	1	5	2	5
TOTAL	1	5	2	5

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo por meio do resultado foram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012		31/12/2011	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Não Circulante	365	368	182	186
Após dez anos	365	368	182	186
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82% em Dez/11	135	136	68	69
TOTAL	135	136	68	69

NOTA 08 – DERIVATIVOS

A ITAÚSA por intermédio principalmente de sua controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições. Os principais instrumentos negociados são:

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou Títulos são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a Termo de Títulos são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicados sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo como Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pela ITAÚSA e suas controladas proporcionais à participação era de R\$ 1.257 em 30/09/2012 (R\$ 3.029 em 31/12/2011) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	30/09/2012	30/09/2012	30/09/2012	30/09/2012
Contratos de futuros	430.313	(23)	(72)	(95)
Compromissos de Compra	195.443	(16)	-	(16)
Moeda Estrangeira	9.049	6	-	6
Mercado Interfinanceiro	163.060	(16)	-	(16)
Índices	19.036	(6)	-	(6)
Títulos	3.861	-	-	-
Commodities	433	-	-	-
Outros	4	-	-	-
Compromissos de Venda	234.870	(7)	(72)	(79)
Moeda Estrangeira	51.634	2	(73)	(71)
Mercado Interfinanceiro	147.528	4	-	4
Índices	29.203	(12)	1	(11)
Títulos	5.984	-	-	-
Commodities	518	(1)	-	(1)
Outros	3	-	-	-
Contratos de Swaps		(396)	(531)	(927)
Posição Ativa	123.302	2.093	1.403	3.496
Moeda Estrangeira	13.246	622	99	721
Mercado Interfinanceiro	43.897	324	70	394
Prefixados	33.773	390	331	721
Pós-Fixados	4.060	11	3	14
Índices	27.745	699	878	1.577
Títulos	577	47	19	66
Commodities	4	-	-	-
Outros	-	-	3	3
Posição Passiva	123.698	(2.489)	(1.934)	(4.423)
Moeda Estrangeira	18.500	(950)	(167)	(1.117)
Mercado Interfinanceiro	26.894	(87)	(5)	(92)
Prefixados	36.747	(426)	(541)	(967)
Pós-Fixados	6.175	(65)	(1)	(66)
Índices	34.789	(861)	(1.241)	(2.102)
Títulos	511	(100)	21	(79)
Commodities	53	-	-	-
Outros	29	-	-	-
Contratos de Opções	1.402.560	(156)	(51)	(207)
De Compra - Posição Comprada	376.144	445	(132)	313
Moeda Estrangeira	18.257	242	(96)	146
Mercado Interfinanceiro	60.637	50	(44)	6
Pós-Fixados	272	2	(2)	-
Índices	295.681	126	(37)	89
Títulos	645	9	44	53
Commodities	577	14	1	15
Outros	75	2	2	4
De Venda - Posição Comprada	373.374	1.029	210	1.239
Moeda Estrangeira	8.366	111	(7)	104
Mercado Interfinanceiro	43.647	123	19	142
Pós-Fixados	951	1	-	1
Índices	315.525	580	150	730
Títulos	3.208	184	56	240
Commodities	1.523	19	(11)	8
Outros	154	11	3	14
De Compra - Posição Vendida	188.041	(591)	175	(416)
Moeda Estrangeira	8.828	(265)	69	(196)
Mercado Interfinanceiro	32.186	(37)	25	(12)
Índices	146.217	(269)	134	(135)
Títulos	581	(9)	(48)	(57)
Commodities	154	(9)	(3)	(12)
Outros	75	(2)	(2)	(4)
De Venda - Posição Vendida	465.001	(1.039)	(304)	(1.343)
Moeda Estrangeira	6.655	(150)	76	(74)
Mercado Interfinanceiro	94.628	(116)	(94)	(210)
Índices	361.745	(565)	(231)	(796)
Títulos	1.633	(184)	(57)	(241)
Commodities	186	(13)	5	(8)
Outros	154	(11)	(3)	(14)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos de futuros	268.806	75	(49)	26
Compromissos de Compra	251.094	75	19	94
Moeda Estrangeira	59.087	(1)	12	11
Mercado Interfinanceiro	144.154	1	-	1
Índices	41.365	75	7	82
Títulos	6.338	-	-	-
Commodities	122	-	-	-
Outros	28	-	-	-
Compromissos de Venda	17.712	-	(68)	(68)
Moeda Estrangeira	15.796	-	(63)	(63)
Mercado Interfinanceiro	52	-	-	-
Índices	1.106	-	-	-
Títulos	230	-	(3)	(3)
Commodities	513	-	(2)	(2)
Outros	15	-	-	-
Contratos de Swaps	-	72	(120)	(48)
Posição Ativa	94.806	2.155	595	2.750
Moeda Estrangeira	9.883	605	7	612
Mercado Interfinanceiro	39.936	545	50	595
Prefixados	16.808	227	241	468
Pós-Fixados	3.809	3	-	3
Índices	23.995	739	312	1.051
Títulos	28	23	(26)	(3)
Commodities	3	-	-	-
Outros	344	13	11	24
Posição Passiva	94.734	(2.083)	(715)	(2.798)
Moeda Estrangeira	11.171	(608)	22	(586)
Mercado Interfinanceiro	24.958	(100)	10	(90)
Prefixados	21.733	(325)	(301)	(626)
Pós-Fixados	6.144	(133)	2	(131)
Índices	29.225	(816)	(477)	(1.293)
Títulos	112	(85)	34	(51)
Commodities	108	(1)	(4)	(5)
Outros	1.283	(15)	(1)	(16)
Contratos de Opções	1.108.517	576	(739)	(163)
De Compra - Posição Comprada	237.863	1.122	(373)	749
Moeda Estrangeira	17.481	887	(289)	598
Mercado Interfinanceiro	36.911	65	(36)	29
Pós-Fixados	278	1	(1)	-
Índices	181.517	124	(58)	66
Títulos	1.162	31	11	42
Commodities	501	14	-	14
Outros	13	-	-	-
De Venda - Posição Comprada	354.697	1.457	237	1.694
Moeda Estrangeira	7.635	149	(41)	108
Mercado Interfinanceiro	27.212	293	(49)	244
Prefixados	2	-	1	1
Pós-Fixados	218	1	-	1
Índices	315.903	915	(2)	913
Títulos	2.821	82	317	399
Commodities	768	14	-	14
Outros	138	3	11	14
De Compra - Posição Vendida	174.398	(778)	47	(731)
Moeda Estrangeira	10.325	(454)	(97)	(551)
Mercado Interfinanceiro	23.954	(47)	11	(36)
Índices	139.248	(258)	144	(114)
Títulos	795	(15)	(13)	(28)
Commodities	65	(4)	2	(2)
Outros	11	-	-	-
De Venda - Posição Vendida	341.559	(1.225)	(650)	(1.875)
Moeda Estrangeira	10.757	(309)	113	(196)
Mercado Interfinanceiro	35.433	(178)	(239)	(417)
Prefixados	2	-	(1)	(1)
Índices	293.394	(647)	(197)	(844)
Títulos	1.636	(79)	(316)	(395)
Commodities	197	(9)	1	(8)
Outros	140	(3)	(11)	(14)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de		Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Compensação				
	Valor Referencial				
	30/09/2012	30/09/2012	30/09/2012	30/09/2012	
Contratos a Termo	14.801	1.280	(6)	1.274	
Compras a Receber	5.214	991	(21)	970	
Moeda Estrangeira	4.483	283	(21)	262	
Prefixados	278	278	-	278	
Pós-Fixados	429	429	-	429	
Commodities	24	1	-	1	
Obrigações por Compra a Pagar	2.865	(748)	-	(748)	
Moeda Estrangeira	2.787	(34)	-	(34)	
Prefixados	-	(278)	-	(278)	
Pós-Fixados	-	(430)	-	(430)	
Commodities	78	(6)	-	(6)	
Vendas a Receber	4.068	1.635	5	1.640	
Moeda Estrangeira	2.421	20	3	23	
Mercado Interfinanceiro	9	9	-	9	
Prefixados	285	307	-	307	
Pós-Fixados	260	260	-	260	
Índices	2	2	-	2	
Títulos	1.044	1.036	-	1.036	
Commodities	47	1	2	3	
Obrigações por Venda a Entregar	2.654	(598)	10	(588)	
Moeda Estrangeira	2.579	(84)	10	(74)	
Prefixados	-	(251)	-	(251)	
Pós-Fixados	-	(260)	-	(260)	
Commodities	75	(3)	-	(3)	
Derivativos de Crédito	7.102	103	63	166	
Posição Ativa	2.396	192	63	255	
Prefixados	1.176	192	45	237	
Títulos	914	-	15	15	
Outros	306	-	3	3	
Posição Passiva	4.706	(89)	-	(89)	
Prefixados	3.513	(89)	18	(71)	
Títulos	883	-	(15)	(15)	
Outros	310	-	(3)	(3)	
Operações de Forwards	35.957	(24)	77	53	
Posição Ativa	18.693	339	50	389	
Moeda Estrangeira	18.269	330	50	380	
Pós-Fixados	407	8	-	8	
Índices	17	1	-	1	
Posição Passiva	17.264	(363)	27	(336)	
Moeda Estrangeira	17.249	(363)	27	(336)	
Mercado Interfinanceiro	14	-	-	-	
Índices	1	-	-	-	
Swap com Verificação	1.085	(1)	(32)	(33)	
Posição Ativa	542	-	-	-	
Mercado Interfinanceiro	531	-	-	-	
Prefixados	11	-	-	-	
Posição Passiva	543	(1)	(32)	(33)	
Moeda Estrangeira	466	(1)	(30)	(31)	
Mercado Interfinanceiro	66	-	(2)	(2)	
Prefixados	11	-	-	-	
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	550	-	38	38	
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	6.058	700	95	795	
Posição Ativa	5.577	1.680	121	1.801	
Moeda Estrangeira	710	83	136	219	
Prefixados	1.663	1.180	(2)	1.178	
Pós-Fixados	284	254	-	254	
Títulos	2.920	163	(13)	150	
Posição Passiva	481	(980)	(26)	(1.006)	
Moeda Estrangeira	319	(83)	(26)	(109)	
Prefixados	-	(613)	2	(611)	
Pós-Fixados	-	(284)	(2)	(286)	
Títulos	162	-	-	-	
	ATIVO	8.404	1.737	10.141	
	PASSIVO	(6.921)	(2.156)	(9.077)	
	TOTAL	1.483	(419)	1.064	
Ativo - Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12		3.091	639	3.730	
Passivo - Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12		(2.546)	(793)	(3.339)	
TOTAL		546	(154)	391	
Empresas Industriais Ativo		22	14	36	
Empresas Industriais Passivo		(2)	-	(2)	
ATIVO		3.113	653	3.766	
PASSIVO		(2.548)	(793)	(3.341)	
TOTAL		566	(140)	425	

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	30/09/2012
Futuros	33.146	176.825	104.533	115.809	430.313
Swaps	5.176	31.332	26.420	58.281	121.209
Opções	95.240	1.000.877	243.226	63.217	1.402.560
Termo	3.244	6.462	2.914	2.181	14.801
Derivativos de Crédito	-	1.539	599	4.964	7.102
Forwards	9.135	19.884	4.019	2.919	35.957
Swaps com Verificação	-	-	11	531	542
Verificação de Swap	-	-	11	539	550
Outros	143	2.659	352	2.904	6.058

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de		Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Compensação				
	Valor Referencial	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos a Termo	17.248	1.092	(31)	1.061	
Compras a Receber	8.702	921	(62)	859	
Moeda Estrangeira	7.883	623	(62)	561	
Mercado Interfinanceiro	520	-	-	-	
Prefixados	-	35	-	35	
Pós-Fixados	262	262	-	262	
Commodities	37	1	-	1	
Obrigações por Compra a Pagar	1.351	(324)	(9)	(333)	
Moeda Estrangeira	1.218	(43)	(8)	(51)	
Pós-Fixados	-	(262)	-	(262)	
Commodities	131	(19)	(1)	(20)	
Outros	2	-	-	-	
Vendas a Receber	2.230	1.013	7	1.020	
Moeda Estrangeira	1.181	24	9	33	
Mercado Interfinanceiro	48	1	-	1	
Prefixados	148	148	(1)	147	
Pós-Fixados	110	110	-	110	
Títulos	731	726	(1)	725	
Commodities	12	4	-	4	
Obrigações por Venda a Entregar	4.965	(518)	33	(485)	
Moeda Estrangeira	4.905	(342)	32	(310)	
Prefixados	-	(54)	-	(54)	
Pós-Fixados	-	(110)	-	(110)	
Commodities	60	(12)	1	(11)	
Derivativos de Crédito	7.194	153	136	289	
Posição Ativa	3.659	242	157	399	
Moeda Estrangeira	117	-	1	1	
Prefixados	1.820	226	134	360	
Pós-Fixados	-	5	11	16	
Índices	-	11	(1)	10	
Títulos	1.721	-	12	12	
Outros	1	-	-	-	
Posição Passiva	3.535	(89)	(21)	(110)	
Moeda Estrangeira	117	-	(1)	(1)	
Prefixados	2.900	(89)	(8)	(97)	
Títulos	517	-	(12)	(12)	
Outros	1	-	-	-	
Operações de Forwards	31.285	69	56	125	
Posição Ativa	16.257	421	30	451	
Moeda Estrangeira	15.862	415	30	445	
Mercado Interfinanceiro	19	-	-	-	
Pós-Fixados	376	6	-	6	
Posição Passiva	15.028	(352)	26	(326)	
Moeda Estrangeira	14.946	(348)	26	(322)	
Mercado Interfinanceiro	13	-	-	-	
Pós-Fixados	69	(1)	-	(1)	
Índices	-	(1)	-	(1)	
Títulos	-	(2)	-	(2)	
Swap com Verificação	102	-	(2)	(2)	
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	51	-	-	-	
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	51	-	(2)	(2)	
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	53	-	4	4	
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.894	695	20	715	
Posição Ativa	4.640	769	33	802	
Moeda Estrangeira	608	55	31	86	
Prefixados	973	521	-	521	
Títulos	3.054	193	2	195	
Outros	5	-	-	-	
Posição Passiva	254	(74)	(13)	(87)	
Moeda Estrangeira	118	(74)	(11)	(85)	
Títulos	75	-	-	-	
Outros	61	-	(2)	(2)	
ATIVO	8.175	579	8.754		
PASSIVO	(5.443)	(1.304)	(6.747)		
TOTAL	2.732	(725)	2.007		
Ativo - Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11		3.010	214	3.224	
Passivo - Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11		(2.004)	(480)	(2.484)	
TOTAL		1.006	(266)	740	
Empresas Industriais Ativo		7	9	16	
Empresas Industriais Passivo		(3)	1	(2)	
ATIVO		3.017	223	3.240	
PASSIVO		(2.007)	(479)	(2.486)	
TOTAL		1.010	(256)	754	
Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:					
Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2011
Futuros	75.850	67.789	36.072	89.095	268.806
Swaps	9.939	16.691	19.679	46.342	92.651
Opções	846.277	58.377	176.965	26.898	1.108.517
Termo	3.393	7.970	3.626	2.259	17.248
Derivativos de Crédito	88	1.902	1.025	4.179	7.194
Forwards	6.636	14.066	6.899	3.684	31.285
Swaps com Verificação	-	-	-	51	51
Verificação de Swap	-	-	-	53	53
Outros	112	1.372	760	2.650	4.894

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	30/09/2012							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
ATIVO								
Prêmios de Opções	1.552	15,4	112	132	901	238	123	46
BM&F Bovespa	979	9,7	33	76	710	101	59	-
Instituições Financeiras	242	2,4	61	45	62	49	20	5
Empresas	331	3,3	18	11	129	88	44	41
Operações a Termo	2.610	25,7	676	693	163	340	53	685
BM&F Bovespa	1.048	10,3	364	612	70	2	-	-
Instituições Financeiras	298	2,9	260	1	37	-	-	-
Empresas	1.263	12,5	52	80	56	338	53	684
Pessoas Físicas	1	0,0	-	-	-	-	-	1
Swaps - Ajuste a Receber	3.496	34,5	82	263	382	400	628	1.741
BM&F Bovespa	451	4,4	13	14	15	22	130	257
Instituições Financeiras	432	4,3	11	64	158	34	26	139
Empresas	2.571	25,4	58	178	204	339	463	1.329
Pessoas Físicas	42	0,4	-	7	5	5	9	16
Derivativos de Crédito	255	2,5	-	2	1	1	26	225
Instituições Financeiras	44	0,4	-	2	1	1	1	39
Empresas	211	2,1	-	-	-	-	25	186
Forwards	389	3,8	67	75	69	63	66	49
Instituições Financeiras	218	2,1	49	41	42	23	39	24
Empresas	171	1,7	18	34	27	40	27	25
Verificação de Swap - Empresas	38	0,4	-	-	-	-	-	38
Outros	1.801	17,7	142	634	779	66	9	171
BM&F Bovespa	83	0,8	83	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	1.342	13,2	59	606	472	66	8	131
Empresas	376	3,7	-	28	307	-	1	40
Total (*)	10.141	100,0	1.079	1.799	2.295	1.108	905	2.955
% por prazo de vencimento			10,6%	17,7%	22,6%	10,9%	8,9%	29,1%
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12	3.730		397	662	844	408	333	1.087
Empresas Industriais	36		-	-	-	-	36	-
TOTAL	3.766		397	662	844	408	369	1.087

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 2.310 referem-se ao circulante e R\$ 1.456 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011							
	Valor Justo	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720
ATIVO								
Futuros	26	0	1	51	5	(1)	(3)	(27)
BM&F Bovespa	31	0	1	57	5	(1)	(4)	(27)
Instituições Financeiras	(4)	-	-	(2)	-	(2)	-	-
Empresas	(1)	-	-	(4)	-	2	1	-
Prêmios de Opções	2.443	27,9	1.252	182	223	660	113	13
BM&F Bovespa	1.689	19,3	1.162	11	35	471	10	-
Instituições Financeiras	286	3,3	45	67	59	87	27	1
Empresas	468	5,3	45	104	129	102	76	12
Operações a Termo	1.879	21,3	644	384	156	209	146	340
BM&F Bovespa	727	8,3	461	219	47	-	-	-
Instituições Financeiras	80	0,9	74	-	1	2	3	-
Empresas	1.072	12,1	109	165	108	207	143	340
Swaps - Ajuste a Receber	2.750	31,4	230	351	168	502	534	965
BM&F Bovespa	332	3,8	13	25	31	61	22	180
Instituições Financeiras	259	3,0	29	63	13	28	49	77
Empresas	2.155	24,6	187	262	122	413	463	708
Pessoas Físicas	4	-	1	1	2	-	-	-
Derivativos de Crédito	399	4,6	-	15	17	6	52	309
Instituições Financeiras	95	1,1	-	15	17	2	2	59
Empresas	304	3,5	-	-	-	4	50	250
Forwards	451	5,2	96	101	73	67	44	70
Instituições Financeiras	279	3,2	83	73	45	31	8	39
Empresas	172	2,0	13	28	28	36	36	31
Swaps com Verificação - Empresas	4	0,0	-	-	-	-	-	4
Outros	802	9,2	54	470	3	30	74	171
Instituições Financeiras	778	8,9	54	467	1	11	74	171
Empresas	24	0,3	-	3	2	19	-	-
Total (*)	8.754	100,0	2.277	1.554	645	1.473	960	1.845
% por prazo de vencimento			26,0%	17,8%	7,4%	16,8%	11,0%	21,1%
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	3.224	37	838	572	238	542	353	679
Empresas Industriais	16	-	-	-	-	-	16	-
TOTAL	3.240	37	838	572	238	542	369	679

(*) Do total do valor justo da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ 2.191 referem-se ao circulante e R\$ 1.049 ao não circulante.

ITAU UNIBANCO HOLDING	30/09/2012							
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Futuros	(95)	1,0	(19)	(6)	-	(14)	(19)	(37)
BM&F Bovespa	(95)	1,0	(19)	(6)	-	(14)	(19)	(37)
Prêmios de Opções	(1.759)	19,4	(97)	(143)	(1.077)	(272)	(120)	(50)
BM&F Bovespa	(1.162)	12,9	(49)	(109)	(888)	(64)	(52)	-
Instituições Financeiras	(458)	5,0	(44)	(26)	(146)	(156)	(45)	(41)
Empresas	(139)	1,5	(4)	(8)	(43)	(52)	(23)	(9)
Operações a Termo	(1.336)	14,7	(282)	(33)	(14)	(315)	(10)	(682)
Instituições Financeiras	(262)	2,9	(261)	-	-	(1)	-	-
Empresas	(1.074)	11,8	(21)	(33)	(14)	(314)	(10)	(682)
Swaps - Ajuste a Pagar	(4.423)	48,8	(78)	(185)	(438)	(769)	(807)	(2.146)
BM&F Bovespa	(734)	8,1	(1)	(17)	(13)	(151)	(144)	(408)
Instituições Financeiras	(1.135)	12,5	(49)	(80)	(225)	(190)	(120)	(471)
Empresas	(2.506)	27,7	(26)	(78)	(181)	(420)	(536)	(1.265)
Pessoas Físicas	(48)	0,5	(2)	(10)	(19)	(8)	(7)	(2)
Derivativos de Crédito	(89)	1,0	-	(11)	(1)	(1)	(6)	(70)
Instituições Financeiras	(84)	0,9	-	(11)	-	-	(5)	(68)
Empresas	(5)	0,1	-	-	(1)	(1)	(1)	(2)
Forwards	(336)	3,7	(87)	(89)	(78)	(31)	(48)	(3)
Instituições Financeiras	(251)	2,8	(65)	(62)	(65)	(18)	(41)	-
Empresas	(85)	0,9	(22)	(27)	(13)	(13)	(7)	(3)
Swaps com Verificação - Empresas	(33)	0,4	-	-	-	-	-	(33)
Outros	(1.006)	11,0	-	(296)	(611)	(83)	(5)	(11)
Instituições Financeiras	(685)	7,5	-	(286)	(305)	(83)	-	(11)
Empresas	(321)	3,5	-	(10)	(306)	-	(5)	-
Total (*)	(9.077)	100,0	(563)	(763)	(2.219)	(1.485)	(1.015)	(3.032)
% por prazo de vencimento			6,2%	8,4%	24,4%	16,4%	11,2%	33,4%
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12	(3.339)		(207)	(281)	(816)	(546)	(373)	(1.115)
Outras Empresas	(2)		-	-	-	-	(2)	-
TOTAL	(3.341)		(207)	(281)	(816)	(546)	(375)	(1.115)

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (1.850) referem-se ao circulante e R\$ (1.491) ao não circulante.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011							
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Prêmios de Opções	(2.606)	38,6	(1.205)	(289)	(235)	(712)	(153)	(12)
BM&F Bovespa	(1.768)	26,2	(1.114)	(87)	(20)	(484)	(63)	-
Instituições Financeiras	(687)	10,2	(86)	(185)	(180)	(162)	(63)	(11)
Empresas	(151)	2,2	(5)	(17)	(35)	(66)	(27)	(1)
Operações a Termo	(818)	12,1	(42)	(92)	(194)	(56)	(99)	(335)
Instituições Financeiras	(67)	1,0	(6)	(31)	(30)	-	-	-
Empresas	(751)	11,1	(36)	(61)	(164)	(56)	(99)	(335)
Swaps - Ajuste a Pagar	(2.798)	41,5	(211)	(177)	(116)	(534)	(497)	(1.263)
BM&F Bovespa	(518)	7,7	(6)	(11)	(24)	(131)	(102)	(244)
Instituições Financeiras	(682)	10,1	(134)	(75)	(13)	(41)	(110)	(309)
Empresas	(1.557)	23,1	(70)	(89)	(73)	(342)	(274)	(709)
Pessoas Físicas	(41)	0,6	(1)	(2)	(6)	(20)	(11)	(1)
Derivativos de Crédito	(110)	1,7	-	(5)	(9)	(7)	(8)	(81)
Instituições Financeiras	(106)	1,6	-	(5)	(9)	(5)	(7)	(80)
Empresas	(4)	0,1	-	-	-	(2)	(1)	(1)
Forwards	(326)	4,8	(68)	(67)	(61)	(49)	(47)	(34)
Instituições Financeiras	(246)	3,6	(55)	(51)	(40)	(33)	(38)	(29)
Empresas	(80)	1,2	(13)	(16)	(21)	(16)	(9)	(5)
Swaps com Verificação - Empresas	(2)	0,0	-	-	-	-	-	(2)
Outros	(87)	1,3	-	-	-	(6)	(81)	-
Instituições Financeiras	(80)	1,2	-	-	-	-	(80)	-
Empresas	(7)	0,1	-	-	-	(6)	(1)	-
Total (*)	(6.747)	100,0	(1.526)	(630)	(615)	(1.364)	(885)	(1.727)
% por prazo de vencimento			22,60%	9,3%	9,1%	20,2%	13,1%	25,6%
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	(2.484)		(562)	(232)	(226)	(502)	(326)	(636)
Outras Empresas	(2)	-	-	-	-	-	(2)	-
TOTAL	(2.486)	-	(562)	(232)	(226)	(502)	(328)	(636)

(*) Do total do valor justo da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (1.523) referem-se ao circulante e R\$ (964) ao não circulante.

Ganhos e Perdas Realizados e não Realizados na Carteira de Derivativos

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
Swap	(273)	(730)	630	1.545
Termo	19	54	(192)	(110)
Futuro	145	(1.545)	(870)	(608)
Opções	276	620	173	397
Derivativos de Crédito	86	140	58	117
Outros	(499)	205	(413)	(1.359)
Total	(246)	(1.256)	(614)	(18)
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,83% em Set/11	(90)	(462)	(226)	(7)
TOTAL	(90)	(462)	(226)	(7)

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

A ITAÚSA e suas controladas compram e vendem proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos públicos do governo brasileiro e títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando a ITAÚSA e suas controladas vendem proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que a ITAÚSA e suas controladas são vendedores de proteção são *credit default swaps*, *total return swaps* e *credit-linked notes*. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a ITAÚSA e suas controladas não tinham contratos em aberto referentes a proteção de crédito na forma de *credit-linked notes*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual a ITAÚSA e suas controladas vendem proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

30/09/2012						
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	4.706	1.472	1.931	1.100	203	(79)
TRS	-	-	-	-	-	(10)
Total por Instrumento	4.706	1.472	1.931	1.100	203	(89)
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12	1.731	541	710	405	75	(33)
TOTAL	1.731	541	710	405	75	(33)
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	4.706	1.472	1.931	1.100	203	(89)
Total por Risco	4.706	1.472	1.931	1.100	203	(89)
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12	1.731	541	710	405	75	(33)
TOTAL	1.731	541	710	405	75	(33)
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	4.706	1.472	1.931	1.100	203	(89)
Total por Entidade	4.706	1.472	1.931	1.100	203	(89)
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12	1.731	541	710	405	75	(33)
TOTAL	1.731	541	710	405	75	(33)
31/12/2011						
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.526	1.290	1.106	990	140	(101)
TRS	9	-	-	9	-	(9)
Total por Instrumento	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.302	475	407	368	52	(41)
TOTAL	1.302	475	407	368	52	(41)
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Total por Risco	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.302	475	407	368	52	(41)
TOTAL	1.302	475	407	368	52	(41)
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Total por Entidade	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.302	475	407	368	52	(41)
TOTAL	1.302	475	407	368	52	(41)

A ITAÚSA e suas controladas avaliam o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). A ITAÚSA e suas controladas, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor nocional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, a ITAÚSA e suas controladas não incorreram em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor *nominal* dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que a ITAÚSA e suas controladas atuam como vendedor da proteção.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(4.706)	2.386	(2.320)
TRS	-	10	10
Total	(4.706)	2.396	(2.310)
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12	(1.731)	881	(850)
TOTAL	(1.731)	881	(850)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.526)	2.471	(1.055)
TRS	(9)	1.188	1.179
Total	(3.535)	3.659	124
Participação Itaúsa - 36,82 em Dez/11	(1.302)	1.347	46
TOTAL	(1.302)	1.347	46

NOTA 09 – HEDGE CONTÁBIL

O hedge contábil varia de acordo com a natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem ser qualificada como instrumento de hedge para fins contábeis se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding utiliza: (i) contratos de futuros DI negociados na BM&FBOVESPA relativos a certos passivos pós fixados, denominados em reais, e (ii) swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

As estratégias de hedge de fluxo de caixa consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR; e
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis) e 2010 (Hedge de Depósitos denominados em reais e operações compromissadas), sendo que os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2012 e 2017. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração do resultado são:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos/recebidos diariamente;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos/recebidos semestralmente;
- Hedge de CDB subordinado: juros pagos/recebidos no final da operação.

As estratégias de investimento líquido no exterior da ITAÚSA e de suas controladas consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior, em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, ativos financeiros e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e REAL. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF e ativos financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a MOEDA FUNCIONAL e o Dólar.

A ITAÚSA CONSOLIDADO aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em BRL (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO adota o Dollar Offset Method. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2012, sendo que o vencimento dos instrumentos de hedge ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em que se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

A estratégia de hedge de valor justo da ITAÚSA CONSOLIDADO consiste em um hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativos a ativos reconhecidos.

Para proteger a variação no valor justo de recebimentos de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO utiliza contratos de swaps de taxa de juros, relativos a certos ativos pré-fixados, denominados em UF (unidade de fomento), emitidos no Chile.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela ICPR (Índice de Camera Promédio Real) e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

A ITAÚSA CONSOLIDADO aplica o hedge de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo da taxa ICPR.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessa estratégia, a ITAÚSA CONSOLIDADO adota o método percentagem approach. O método percentagem approach é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de hedge) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2012, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão em 2042. Período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado será mensal.

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais e apresentam a **posição total** mantida pela controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding:

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	30/09/2012			31/12/2011		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	(393)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	1	(282)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	1
Swap de Taxa de Juros	(32)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(30)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-
Total	(425)		1	(312)		1

(*) Em 30 setembro de 2012, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 640 (R\$ 167 em 31/12/2011).

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	30/09/2012			31/12/2011		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DDI (1)	(1.418)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	66	(890)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	42
Forward	154	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	21	130	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	19
NDF (2)	133	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	3	335	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	2
Ativos Financeiros	(7)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(10)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-
Total	(1.138)		90	(435)		63

(1) Futuro DDI é um contrato de Futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DI) e um vencimento posterior.

(2) NDF (Non Deliverable Forward), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Valor Justo	30/09/2012		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida no Resultado Instrumento de Hedge	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida no Resultado Objeto de Hedge (Parcela Efetiva)	Ganho ou (Perda) reconhecido no Resultado (Parcela Inefetiva)
Swap de Taxa de Juros	3	(2)	1
Total	3	(2)	1

As tabelas abaixo apresentam para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos derivativos e o valor contábil do objeto de *Hedge* em 30/09/2012:

Estratégias	30/09/2012			31/12/2011		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de <i>Hedge</i>	Instrumentos de Hedge		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
<i>Hedge</i> de depósitos e operações compromissadas	36.345	(4)	35.480	19.113	(4)	19.083
<i>Hedge</i> de ações preferenciais resgatáveis	798	(32)	798	737	(37)	737
<i>Hedge</i> de CDB subordinado	87	-	127	87	-	118
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações no Exterior (*)	7.455	15	4.473	6.886	31	4.131
<i>Hedge</i> de Valor Justo de recebimento de juros	477	3	477	-	-	-
<i>Hedge</i> de Valor Justo	45.162	(18)	41.355	26.823	(10)	24.069

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 40%, referente impostos.

Prazo de vencimento	Estratégias					Total
	Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Hedge de Ações Preferências Resgatáveis	Hedge de CDB Subordinado	Hedge de Investimento de Operações no Exterior	Hedge de Valor Justo	
2012	-	-	-	7.455	-	7.455
2013	29.480	-	-	-	-	29.480
2014	6.066	-	87	-	-	6.153
2015	-	798	-	-	-	798
2016	-	-	-	-	-	-
2017	799	-	-	-	-	799
2027	-	-	-	-	477	477
Total	36.345	798	87	7.455	477	45.162

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Valor Justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012				31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	868	5	-	873	802	4	-	806
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	7.757	589	30	8.376	12.296	183	(55)	12.424
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	13.632	767	(15)	14.384	5.667	240	(1)	5.906
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	6.419	7	(30)	6.396	4.327	5	(15)	4.317
Estados Unidos	511	-	-	511	-	-	-	-
México	-	-	-	-	10	1	-	11
Dinamarca	1.721	-	-	1.721	1.949	-	-	1.949
Espanha	-	-	-	-	418	-	-	418
Coréia	1.672	-	-	1.672	295	-	-	295
Chile	1.805	3	(2)	1.806	992	4	(1)	995
Paraguai	316	-	(28)	288	358	-	(14)	344
Uruguai	300	3	-	303	268	-	-	268
Belgica	68	-	-	68	-	-	-	-
França	26	1	-	27	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	37	-	-	37
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	33.814	1.708	(145)	35.377	23.174	1.699	(816)	24.057
Ações Negociáveis	3.613	496	(114)	3.995	3.458	698	(178)	3.978
Certificado de Recebíveis Imobiliários	7.903	763	(4)	8.662	7.806	707	(499)	8.014
Certificado de Depósito Bancário	449	-	-	449	274	-	-	274
Debêntures	10.438	184	(12)	10.610	7.165	139	(68)	7.236
Euro Bonds e Assemelhados	5.071	243	(14)	5.300	3.554	152	(68)	3.638
Notas Promissórias	1.376	-	-	1.376	646	-	-	646
Letras Financeiras	3.938	-	(1)	3.937	-	-	-	-
Outros	1.026	22	-	1.048	271	3	(3)	271
TOTAL	62.490	3.076	(160)	65.406	46.266	2.131	(887)	47.510
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82 em Dez/11	22.987	1.131	(59)	24.059	17.036	785	(327)	17.494
Empresas Industriais	211	19	-	230	270	41	-	311
TOTAL	23.198	1.150	(59)	24.289	17.306	826	(327)	17.805

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/09/2012 eram: a) R\$ 1.690 (R\$ 2.208 em 31/12/2011), b) R\$ 8.552 (3.880 em 31/12/2011), c) R\$ 270 (R\$ 12 em 31/12/2011) e d) R\$ 1.900 (R\$ 2.355 em 31/12/2011, totalizando R\$ 12.412 (R\$ 8.455 em 31/12/11), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 822 (R\$ 812 em 31/12/2011), b) R\$ 3.146 (1.427 em 31/12/2011), c) R\$ 99 (R\$ 4 em 31/12/2011) e d) R\$ 699 (R\$ 866 em 31/12/2011, totalizando R\$ 4.566 (R\$ 3.109 em 31/12/11)).

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2012	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda				
Ganhos	309	809	188	564
Perdas	(64)	(175)	(53)	(124)
Total	245	634	135	440
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,83% em Set/11	90	233	50	162
Total	90	233	50	162

O custo ou custo amortizado e o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, por vencimento, são os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012		31/12/2011	
	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo
Circulante	18.760	19.308	13.239	13.904
Sem Vencimento	4.477	4.865	4.257	4.779
Até um ano	14.283	14.443	8.982	9.125
Não Circulante	43.730	46.098	33.027	33.606
De um a cinco anos	17.382	17.850	16.875	17.042
De cinco a dez anos	15.904	16.455	9.792	9.655
Após dez anos	10.444	11.793	6.360	6.909
Total	62.490	65.406	46.266	47.510
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82% em Dez/11	22.987	24.059	17.036	17.494
Empresas Industriais	211	230	270	311
TOTAL	23.198	24.289	17.306	17.805

Durante o período findo em 30/09/2012 e 31/12/2011 a ITAÚSA e suas controladas não reconheceram perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 11 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012	31/12/2011
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.970	2.812
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1a)	120	196
Títulos Públicos - Outros Países	20	-
Títulos de Dívida de Empresas (1b)	54	97
Debêntures	-	30
Euro Bonds e Assemelhados	51	65
Certificado de Recebíveis Imobiliários	3	2
Total	3.164	3.105
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82% em Dez/11	1.164	1.144
TOTAL	1.164	1.144

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/09/2012 eram: a) R\$ 116 (R\$ 189 em 31/12/11) e b) R\$ 44 (R\$ 41 em 31/12/2011), totalizando R\$ 160 (R\$ 230 em 31/12/2011), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 43 (R\$ 70 em 31/12/11) e b) R\$ 16 (R\$ 15 em 31/12/2011), totalizando R\$ 59 (R\$ 85 em 31/12/2011).

O resultado com os Ativos Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 379 (R\$ 303 de 01/01 a 30/09/2011) refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: R\$ 139 (R\$ 112 de 01/01 a 30/09/2011).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012	31/12/2011
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	147	120
Até um ano	147	120
Não Circulante	3.017	2.985
De um a cinco anos	190	242
De cinco a dez anos	1.093	1.077
Após dez anos	1.734	1.666
Total	3.164	3.105
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82% em Dez/11	1.164	1.144
TOTAL	1.164	1.144

Durante o período findo em 30/09/2012 e de 31/12/2011 a ITAÚSA e suas controladas não reconheceram Perda por Redução ao Valor Recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

NOTA 12 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO- ITAÚ UNIBANCO HOLDING

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING		
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	30/09/2012	31/12/2011
Pessoas Físicas	146.283	148.127
Cartão de Crédito	36.699	38.961
Crédito Pessoal	38.407	35.253
Veículos	54.490	60.463
Crédito Imobiliário	16.687	13.450
Grandes Empresas	103.071	93.229
Micro/Pequenas e Médias Empresas	85.718	85.649
Unidades Externas América Latina	25.555	19.259
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	360.627	346.264
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(25.763)	(23.873)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	334.864	322.391
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	132.654	127.501
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.477)	(8.791)
Total Participação Itaúsa	123.177	118.710
Por setor do devedor	30/09/2012	31/12/2011
Setor Público	927	1.990
Indústria e Comércio	106.193	99.859
Serviços	77.031	70.642
Setor Primário	16.351	16.109
Outros Setores	1.259	1.497
Pessoa Física	158.866	156.167
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	360.627	346.264
Participação da Itaúsa	36,78%	36,82%
	132.654	127.501
Por vencimento	30/09/2012	31/12/2011
Vencidas a partir de 1 dia	5.513	5.479
A vencer até 3 meses	36.206	35.146
A vencer de 3 a 12 meses	34.021	31.460
A vencer acima de um ano	56.914	55.416
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	132.654	127.501
Por Concentração	30/09/2012	31/12/2011
Principal Devedor	1.483	858
10 Maiores Devedores	6.653	5.013
20 Maiores Devedores	9.567	7.955
50 Maiores Devedores	15.068	13.073
100 Maiores Devedores	20.497	17.778

O acréscimo do valor presente líquido das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva provisão para crédito de liquidação duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da receita de juros e rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 580 e R\$ 582 de receita de juros e rendimentos em 30/09/2012 e 30/09/2011, respectivamente, com igual impacto na despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING							
Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo Final/Inicial	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo Final
	31/12/2010	01/01 a 31/12/2011		31/12/2011	01/01 a 30/09/2012		30/09/2012
Pessoas Físicas	10.619	(8.631)	11.641	13.629	(8.960)	10.651	15.320
Cartão de Crédito	3.306	(3.558)	4.077	3.825	(3.688)	3.065	3.202
Crédito Pessoal	3.492	(2.959)	4.810	5.343	(3.510)	5.243	7.076
Veículos	3.709	(2.041)	2.747	4.415	(1.735)	2.308	4.988
Crédito Imobiliário	112	(73)	7	46	(27)	35	54
Grandes Empresas	1.071	(294)	(19)	758	(243)	360	875
Micros/Pequenas e Médias	8.041	(7.001)	8.157	9.197	(6.660)	6.653	9.190
Unidades Externas e América Latina	263	(233)	259	289	(185)	274	378
Total	19.994	(16.159)	20.038	23.873	(16.048)	17.938	25.763
	36,57%			36,82%		36,78%	
Participação Itaúsa	7.312			8.791			9.477

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes.

Por Setor do Devedor	30/09/2012	31/12/2011
Setor Público		1
Indústria e Comércio		6.142
Serviços		3.585
Setor Primário		319
Outros Setores		33
Pessoa Física		15.683
Total	25.763	23.873
	36,78%	36,82%
Participação Itaúsa	9.477	8.791

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa 2.4.g. VIII).

Demonstramos a seguir a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012						31/12/2011					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas (*)	981	479	102.090	396	103.071	875	1.033	430	92.196	328	93.229	758
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	12.819	8.283	133.464	7.037	146.283	15.320	10.986	6.738	137.141	6.891	148.127	13.629
Cartão de Crédito	2.401	1.558	34.298	1.644	36.699	3.202	3.083	1.918	35.878	1.907	38.961	3.825
Crédito Pessoal	5.107	3.262	33.300	3.814	38.407	7.076	3.455	2.087	31.798	3.256	35.253	5.343
Veículos	5.126	3.432	49.364	1.556	54.490	4.988	4.329	2.707	56.134	1.708	60.463	4.415
Crédito Imobiliário	185	31	16.502	23	16.687	54	119	26	13.331	20	13.450	46
Micro / Pequenas e Médias Empresas	6.702	4.850	79.016	4.340	85.718	9.190	6.770	4.808	78.879	4.389	85.649	9.197
Unidades Externas América Latina	133	64	25.422	314	25.555	378	63	36	19.196	253	19.259	289
Total	20.635	13.676	339.992	12.087	360.627	25.763	18.852	12.012	327.412	11.861	346.264	23.873
Participação Itaúsa												
	7.590	5.031	125.064	4.446	132.654	9.477	6.942	4.423	120.559	4.367	127.501	8.791
			36,78%						36,82%			

(*) Conforme detalhamento na nota 2.4.g. VIII, os créditos de grandes empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para grandes empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentado abaixo a análise do Valor Presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	11.957	(1.174)	10.783
Até 1 ano	11.957	(1.174)	10.783
Não Circulante	11.675	(3.278)	8.397
Entre 1 e 5 anos	11.405	(3.221)	8.184
Acima de 5 anos	270	(57)	213
Total	23.632	(4.452)	19.180
Participação Itaúsa		36,78%	
	8.693	(1.638)	7.055

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	15.244	(1.172)	14.072
Até 1 ano	15.244	(1.172)	14.072
Não Circulante	18.133	(5.361)	12.772
Entre 1 e 5 anos	17.901	(5.310)	12.591
Acima de 5 anos	232	(51)	181
Total	33.377	(6.533)	26.844
Participação Itaúsa		36,82%	
	12.290	(2.406)	9.884

Os valores da Provisão para Créditos e Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 639 em 30/09/2012 (R\$ 744 em 31/12/2011), já considerada a participação da Itaúsa.

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A ITAÚSA CONSOLIDADO realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação ou de aquisição de cotas subordinadas de fundos de direitos creditórios. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 30/09/2012:

Natureza da Operação	Ativo		Passivo	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	425	458	425	421
Grandes Empresas - Capital de Giro	55	59	55	59

NOTA 13 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA**a) Arrendamento Mercantil Financeiro**

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 78 (R\$ 125 em 31/12/2011).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012	31/12/2011
Circulante	160	220
Até 1 ano	160	220
Não Circulante	52	120
De 1 a 5 Anos	52	120
Total de Pagamentos Mínimos Futuros	212	340
Juros Futuro	-	1
Valor Presente	212	339
	36,78%	36,82%
Participação Itaúsa	78	125

b) Arrendamento Mercantil Operacional

A ITAÚSA por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis, segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano, eram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012	31/12/2011
Circulante	271	882
Até 1 ano	271	882
Não Circulante	3.928	3.132
De 1 a 5 anos	3.171	2.537
Mais de 5 anos	757	595
Total de Pagamento Mínimos Futuros	4.199	4.014
	36,78%	36,82%
Participação Itaúsa	1.545	1.478

NOTA 14 - ESTOQUES - ÁREA INDUSTRIAL

	30/09/2012	31/12/2011
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	356	397
Produtos Acabados	327	259
Produtos em elaboração	74	74
Almoxarifado Geral	78	77
Adiantamento a Fornecedores	30	20
Provisão para perdas nos estoques	(50)	(58)
Outros	-	2
Total	815	771

O custo dos estoques reconhecidos no resultado e incluídos em "Custo dos Produtos Vendidos" totalizou em 30 de setembro de 2012 R\$ 2.495 (R\$ 2.125 em 30 de setembro de 2011).

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 as controladas da ITAÚSA CONSOLIDADO não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 15 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Controladas e Controladas em Conjunto - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em entidades controladas e controladas em conjunto, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis:

E m p r e s a s	Saldos em 31/12/2011	Subscrições / Aquisições /(Vendas)	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos / A Receber (1)	Resultado de Participação em Controladas	Varição do Ajuste ao Valor de Mercado	Ajustes Acumulados de Conversão	Outorga de Opções Reconhecidas	Hedge de Fluxo de Caixa	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido (3)	Saldos em 30/09/2012	Valor de Mercado (2)
Itaú Unibanco Holding S.A.	14.810	-	(1.401)	2.465	274	82	26	(97)	(1.285)	14.874	50.907
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	11.896	-	(74)	1.062	241	73	22	(85)	(1.127)	12.008	-
Duratex S.A.	1.299	5	(22)	110	-	(1)	2	-	-	1.393	2.573
Elekeiroz S.A.	460	-	-	(5)	-	-	-	-	-	455	198
Itautec S.A.	388	-	-	(27)	4	-	-	-	-	365	405
Itaúsa Empreendimentos S.A.	100	-	-	1	-	-	-	-	-	101	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	43	-	-	4	-	-	-	-	-	47	-
TOTAL GERAL	28.996	5	(1.497)	3.610	519	154	50	(182)	(2.412)	29.243	

(1) Em outros ativos, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(2) Valor justo dos investimentos em coligadas e controladas com base nas cotações de ações das empresas.

(3) Principalmente representado pela compra de participação adicional na Redecard junto a acionistas não controladores (Nota 3).

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Itaú Unibanco Holding S.A.	45.000	74.934	10.261	885.142.980	77.193	36,78%	64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	6.000	18.047	1.596	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Duratex S.A.	1.550	3.946	310	194.728.131	-	35,52%	35,52%
Elekeiroz S.A.	320	471	(5)	14.261.761	16.117.360	96,49%	98,23%
Itautec S.A.	280	524	(18)	10.953.371	-	94,01%	94,01%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	52	101	1	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	71	47	-	35.000.000	-	100,00%	100,00%

II - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	% de participação em 30/09/2012		30/09/2012					31/12/2011		30/09/2011		
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a) (b)	42,93	42,93	2.911	272	2.088	92	2.004	2.681	2.014	2.094	216	67
BSF Holding S.A.(c)	49,00	49,00	526	51	841	25	-	-	-	-	-	-
Banco BPI S.A. (d)	-	-	-	-	-	(101)	-	1.151	219	219	(1.809)	(319)
Serasa S.A. (e)	16,14	16,14	1.008	201	246	49	1.565	1.119	273	1.161	384	62
Outros (f)	-	-	-	-	45	11	-	-	38	-	-	23
Total - Itaú Unibanco	-	-	-	-	3.220	76	-	-	2.544	-	-	(167)
Participação Itaúsa												
					1.184	28			36,82%			36,83%
Outros Investimentos (f)					2	30			937			(61)
Tablemac (g)					108	(1)			1			(84)
Total					1.294	57			938			(145)

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 2012 a posição de 31/08/2012, conforme o IAS 27;

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 838 em 30 de setembro de 2012 e R\$ 862 em 31 de dezembro de 2011, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento;

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 30 de setembro de 2012 correspondente ao ágio;

(d) Investimento alienado em 20/04/2012;

(e) Investimento detido indiretamente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em função da sua participação de 66% na controlada BIU Participações S.A. que detém 24% no capital votante da Serasa S.A.;

(f) Em 30/09/2012, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (30,06% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante); Redebanc SRL (20,00% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,81% capital total e votante).

(g) Em agosto de 2012 a Duratex efetivou a subscrição de 25% do capital social da Tablemac S.A.

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

ITAÚSA CONSOLIDADO	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Total de ativos (*)	4.885	107.783	-
Total de passivos (*)	440	102.831	-
Total de receitas (*)	1.351	-	6.312
Total de despesas (*)	(827)	-	(5.850)

(*) Representado substancialmente pelo Banco BPI S.A., no montante de (R\$ 103.696 em 31/12/2011) referente a Ativos, de (R\$ 102.544 em 31/12/2011) referente a Passivos, de (R\$ 5.299 em 30/09/2011) referente a Receitas e de (R\$ 5.250 em 30/09/2011) referente a Despesas. Esse investimento foi alienado em 20/04/2012.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais a Itaúsa Consolidado esteja significativamente exposta.

ITAÚSA	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Total de ativos	888.264	826.977	-
Total de passivos	808.225	746.776	-
Total de receitas	118.231	-	117.283
Total de despesas	(107.690)	-	(104.626)

NOTA 16 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO (1)	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2011			Movimentações				Saldo em 30/09/12		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO (2)	-	3.152	(1.133)	2.019	124	(63)	(116)	20	3.233	(1.249)	1.984
Terrenos	-	1.056	-	1.056	18	(61)	-	(7)	1.006	-	1.006
Edificações	4	1.638	(909)	729	49	(2)	(45)	12	1.697	(954)	743
Benfeitorias	10	458	(224)	234	57	-	(71)	15	530	(295)	235
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	-	6.153	(3.087)	3.066	777	(21)	(445)	(27)	6.866	(3.532)	3.334
Instalações de Uso	5 a 20	773	(450)	323	54	-	(43)	30	857	(493)	364
Móveis e Equipamentos de Uso	10 a 20	2.807	(1.166)	1.641	83	(22)	(157)	37	2.889	(1.323)	1.566
Sistema Processamento de Dados (3)	20 a 50	1.868	(1.253)	615	246	(9)	(219)	1	2.106	(1.472)	634
Outros (Comunicação, Seg., Transp.)	4 a 20	705	(218)	487	394	10	(26)	(95)	1.014	(244)	770
TOTAL IMOBILIZADO		9.305	(4.220)	5.085	901	(84)	(561)	(7)	10.099	(4.781)	5.318

(1) Não há compromisso contratual para compra de Imobilizado;

(2) Inclui o valor de R\$ 1 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 95, sendo de Imóveis de Uso R\$ 58, Benfeitorias R\$ 21 e Equipamentos R\$ 15 e outros R\$ 620;

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 17 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de sua controlada Duraflora S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto suficiência no suprimento de madeira.

Em 30 de setembro de 2012, a Duraflora S.A. possuía aproximadamente 140 mil hectares em áreas de efetivo plantio (138 mil hectares em 31/12/2011) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até dois anos de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), baseado na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2012	31/12/2011
Custo de formação dos ativos biológicos	539	519
Diferencial entre o custo e o valor justo	564	575
Valor justo dos ativos biológicos	1.103	1.094

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	30/09/2012	31/12/2011
Saldo inicial	1.094	1.030
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	105	154
Exaustão	(116)	(138)
Variação do Valor Histórico		
Formação	57	98
Exaustão	(37)	(57)
Aquisição	-	7
Saldo final	1.103	1.094

	30/09/2012	31/12/2011
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(11)	16
Variação do Valor Justo	105	154
Exaustão do Valor Justo	(116)	(138)

A elevação do saldo é decorrente do aumento das áreas plantadas para suportar a expansão das operações da companhia.

O ajuste na variação do valor justo é decorrente dos maiores preços a valor presente da madeira em pé, bem como de sua maior produtividade.

NOTA 18 - ATIVOS INTANGÍVEIS - ITAÚSA CONSOLIDADO (*)

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	31/12/2011			Movimentações					30/09/2012		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa de Amortização	Redução ao Valor Recuperável (1)	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento	0%	607	(330)	277	71	-	(104)	-	-	678	(434)	244
Outros Ativos Intangíveis (*)		3.408	(673)	2.735	406	-	(243)	(1)	14	3.828	(916)	2.912
Associação Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	0%	516	(41)	475	4	-	(38)	(1)	5	525	(79)	446
Gastos com Aquisição de Software	20%	859	(330)	529	383	1	(79)	-	8	1.251	(409)	842
Marcas e Patentes	0 a 50%	85	(8)	77	-	-	(3)	-	-	85	(11)	74
Ágio por Rentabilidade Futura	0%	687	-	687	-	-	-	-	-	687	-	687
Carteira de Clientes	6 a 50%	1.016	(224)	792	-	-	(100)	-	-	1.016	(324)	692
Outros Ativos Intangíveis	10 a 20%	245	(70)	175	19	(1)	(23)	-	1	264	(93)	171
INTANGÍVEL		4.015	(1.003)	3.012	477	-	(347)	(1)	14	4.506	(1.350)	3.156

(1) Nota 2.4.1;

(2) O prazo de amortização é de acordo com o prazo do contrato.

(*) Na ITAÚSA o total de intangíveis refere-se principalmente ao ágio sobre ações de emissão do Itaú Unibanco Holding adquiridas após a data de transição, conforme apresentado na Nota 27.

NOTA 19 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

Depósitos e Captações de Clientes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	129.824	72.278	202.102	130.523	83.181	213.704
Depósitos a Prazo	43.148	72.024	115.172	61.560	82.909	144.469
Depósitos Interfinanceiros	9.262	254	9.516	1.793	272	2.065
Depósitos de Poupança	77.414	-	77.414	67.170	-	67.170
Depósitos não Remunerados	29.817	-	29.817	28.932	-	28.932
Depósitos a Vista	29.817	-	29.817	28.932	-	28.932
Total	159.641	72.278	231.919	159.455	83.181	242.636
		36,78%			36,82%	
Participação Itaúsa	58.723	26.587	85.310	58.714	30.629	89.343
Eliminações	(116)	-	(116)	(17)	-	(17)
TOTAL	58.607	26.587	85.194	58.697	30.629	89.326

NOTA 20 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

ITAU UNIBANCO HOLDING	30/09/2012	31/12/2011
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Notas Estruturadas	662	2.815
Total	662	2.815
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82% em Dez/11	244	1.037
TOTAL	244	1.037

O valor da variação dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ (792) (R\$ 545 em 31/12/2011).

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 30/09/2012 e 31/12/2011.

O saldo é composto por ações no montante de R\$ 115 (R\$ 613 em 31/12/2011) e títulos de dívida no montante de R\$ 128 (R\$ 115 em 31/12/2011). No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação são os seguintes:

ITAU UNIBANCO HOLDING	30/09/2012	31/12/2011
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante	79	1.803
Até um ano	79	1.803
Não Circulante	583	1.012
De um a cinco anos	536	909
De cinco a dez anos	30	88
Após dez anos	17	15
Total	662	2.815
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82% em Dez/11	244	1.037
TOTAL	244	1.037

NOTA 21 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	108.265	111.147	219.412	78.408	107.005	185.413
Interbancários	53.232	43.855	97.087	47.265	43.233	90.498
Letras Hipotecárias	43	200	243	37	207	244
Letras de Crédito Imobiliário	13.995	1.449	15.444	14.470	1.281	15.751
Letras de Crédito do Agronegócio	2.415	2.465	4.880	1.422	1.862	3.284
Letras Financeiras	6.556	12.700	19.256	2.544	11.764	14.308
Financiamento à Importação e à Exportação	18.554	3.370	21.924	17.755	3.697	21.452
Repasses no país	11.669	23.191	34.860	11.037	24.422	35.459
Outros	-	480	480	-	-	-
Participação Itaúsa		36,78%			36,82%	
Mercado Aberto	39.825	40.885	80.709	28.871	39.401	68.273
Empresas Industriais - Duratex	-	9	9	-	-	-
Mercado Aberto	39.825	40.894	80.718	28.871	39.401	68.273
Mercados Interbancários	19.581	16.132	35.713	17.404	15.919	33.323

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No país	No Exterior
Mercado Aberto	60% CDI a 13,23%	0,15% a 5,00%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,50%
Letras de Crédito Imobiliário	82% a 100% CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 112,75% CDI	-
Letra de Crédito do Agronegócio	20% a 95% CDI	-
Financiamento à Importação e a Exportação	0,40% a 105,25% CDI	0,63% a 11,75%
Repasses no país	0,50% a 16,55% TJLP	-

Em "Mercado Aberto", apresentamos os passivos em transações nas quais a ITAÚSA CONSOLIDADO vende à vista, para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pela ITAÚSA CONSOLIDADO. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 60% CDI a 13,23%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Pela Controladora

Em 01/06/2010 a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,5% do CDI, com amortização em três parcelas anuais e sucessivas, em junho de 2011, 2012 e 2013, podendo a Itaúsa, a seu critério, antecipar estes resgates. Em setembro de 2011 e 2012 a Itaúsa efetuou pagamentos no valor de R\$ 416 e R\$ 432, referente amortização da primeira e segunda parcelas respectivamente.

Em 13/07/12 a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante emissão de Notas Promissórias, no montante de R\$ 400 milhões, com remuneração de 104,40% do CDI, com opção de resgate antecipado, parcial ou integral, a seu exclusivo critério, a partir do 31º dia e vencimento em 28/03/13. Os recursos captados foram destinados ao reforço do capital de giro da Itaúsa. Em 21/08/12 a Itaúsa resgatou 50% do montante emitido.

c) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida subordinada (*)	4.632	44.710	49.342	10.719	28.996	39.715
Obrigações por Emissão de Debêntures	2.617	-	2.617	1.039	-	1.039
Obrigações por TVM no Exterior	7.064	6.791	13.855	8.143	5.910	14.053
Total	14.313	51.501	65.814	19.901	34.906	54.807
		36,78%			36,82%	
Participação Itaúsa	5.265	18.944	24.209	7.328	12.853	20.180
Debêntures e Notas Promissórias Itaúsa	563	-	563	401	350	751
Total	5.828	18.944	24.772	7.729	13.203	20.931

(*) Em 30/09/2012, R\$ 44.980 (R\$ 38.257 em 31/12/2011), com reflexo na Itaúsa Consolidado de R\$ 16.546 e R\$ 14.087, respectivamente, integram o Patrimônio Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.352, de 31/01/2008, do CNM.

Na tabela a seguir, apresentamos a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida subordinada	CDI + 0,35% a IPCA + 7,80%	3,04% a 6,20%
Obrigações por emissão de debêntures	CDI +0,35	-
Obrigações por TVM no exterior	1,40% a 8,00%	0,24% a 16,43%

NOTA 22 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

a) Outros Ativos

	30/09/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros (1)	10.268	4.957	15.225	10.604	4.321	14.925
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	6.425	-	6.425	6.745	-	6.745
Operações de Seguros e Resseguros	1.410	-	1.410	1.322	-	1.322
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	391	4.635	5.026	957	3.915	4.872
Depósitos em Garantia de Captações de Recursos Externos	279	-	279	221	-	221
Negociação e Intermediação de Valores	960	-	960	593	-	593
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32)	174	78	252	77	159	236
Serviços Prestados a Receber	581	-	581	463	-	463
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais (2)	-	245	245	-	247	247
Carteira de Câmbio	(4)	-	(4)	99	-	99
Operações sem Características de Concessão de Crédito	51	-	51	127	-	127
Não Financeiros	4.023	646	4.669	3.522	547	4.069
Despesas Antecipadas	1.006	494	1.500	868	547	1.415
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 28(b) e (c))	948	-	948	735	-	735
Diversos no País	493	143	636	422	-	422
Duplicatas a Receber Empresas Industriais	1.267	9	1.276	1.189	-	1.189
Diversos no Exterior	40	-	40	41	-	41
Outros	269	-	269	267	-	267

(1) Neste período não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado através da Resolução nº 25, de 16.6.67, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Mar/1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros passivos

	30/09/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	16.531	19	16.550	16.202	44	16.246
Operações com Cartões de Crédito	14.343	-	14.343	15.169	-	15.169
Carteira de Câmbio	61	-	61	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	1.876	-	1.876	922	-	922
Obrigações Leasing Financeiro	59	19	78	81	44	125
Recursos de Consorciados	31	-	31	30	-	30
Outros	161	-	161	-	-	-
Não Financeiros	11.183	1.604	12.787	10.015	252	10.267
Obrigações Empresas Industriais	1.340	1.459	2.799	2.498	-	2.498
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.662	-	1.662	320	-	320
Credores Diversos - País e Exterior	1.901	-	1.901	754	-	754
Recursos em Trânsito	1.489	-	1.489	1.420	-	1.420
Provisão para Pagamentos Diversos	766	113	879	768	210	978
Sociais e Estatutárias	1.699	18	1.717	1.488	31	1.519
Relativas a Operações de Seguros	316	-	316	341	-	341
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamentos	204	-	204	555	-	555
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29 b e d)	117	14	131	127	11	138
Provisão de Pessoal	816	-	816	568	-	568
Provisão para Seguro Saúde	233	-	233	229	-	229
Rendas Antecipadas	346	-	346	266	-	266
Outros	294	-	294	681	-	681

NOTA 23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

Em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 26/04/2012, foi aprovada a seguinte proposta do Conselho de Administração:

- Cancelamento das 8.700.000 ações escriturais preferenciais de emissão própria existentes em tesouraria, sem redução do capital social;
- Aumento do capital social em R\$ 2.822, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 1.062 da Reserva para Equalização de Dividendos e R\$ 1.760 da Reserva para Reforço do Capital de Giro;
- Emissão de 440.678.158 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 169.662.686 ordinárias e 271.015.472 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuírem no final do dia 26.04.2012, após o cancelamento de ações de emissão própria proposto no item I acima;

Em decorrência dos itens precedentes, o Capital Social foi elevado para R\$ 16.500, representado por 4.847.459.747 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.866.289.554 ordinárias e 2.981.170.193 preferenciais, sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 10,00 por lote de mil ações, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Também na AGE de 26/04/2012 deliberou-se aumento de Capital social em R\$ 500 milhões com integralização em dinheiro e/ou compensação com créditos originários de juros sobre o capital próprio complementares declarados em 29/02/2012.

Considerada a grande volatilidade do mercado de capitais, reflexo da crise financeira europeia, que provocou a queda generalizada na cotação das ações no mercado de valores mobiliários, incluindo os papéis de emissão da Itaúsa, as sobras de subscrição representaram 17,73% do total de ações a serem emitidas. Em decorrência desse fato, em AGE de 06/07/2012 deliberou-se pelo cancelamento da chamada de capital. A devolução aos subscritores foi efetuada em 16/07/2012, sendo os valores atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2011 e em 30 de setembro de 2012:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 01/01/2011	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266
Residentes no País	1.680.546.641	1.746.312.444	3.426.859.085	10.393
Residentes no Exterior	249.332	947.173.172	947.422.504	2.873
Movimentações das ações do capital integralizado				
AGE de 29/04/2011	15.830.895	25.369.105	41.200.000	412
Aumento de Capital	15.830.895	25.369.105	41.200.000	412
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2011	1.696.626.868	2.718.854.721	4.415.481.589	13.678
Residentes no País	1.696.361.573	1.820.597.595	3.516.959.168	10.895
Residentes no Exterior	265.295	898.257.126	898.522.421	2.783
Ações em Tesouraria em 01/01/2011	-	-	-	-
Aquisição de Ações	-	(8.700.000)	(8.700.000)	(80)
Ações em Tesouraria em 31/12/2011 (*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	(80)
Em Circulação em 31/12/2011	1.696.626.868	2.710.154.721	4.406.781.589	13.598
Ações Representativas do Capital Social em 01/01/2012	1.696.626.868	2.718.854.721	4.415.481.589	13.678
Residentes no País	1.696.361.573	1.820.597.595	3.516.959.168	10.895
Residentes no Exterior	265.295	898.257.126	898.522.421	2.783
Movimentações das ações do capital integralizado				
AGE de 26/04/2012	169.662.686	271.015.472	440.678.158	2.822
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	2.822
Bonificação de 10% em Ações	169.662.686	271.015.472	440.678.158	-
Ações Representativas do Capital Social em 30/09/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Residentes no País	1.865.880.931	1.990.910.859	3.856.791.790	13.128
Residentes no Exterior	408.623	990.259.334	990.667.957	3.372
Ações em Tesouraria em 01/01/2012 (*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	(80)
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 26/04/12	-	8.700.000	8.700.000	80
Ações em Tesouraria em 30/09/2012	-	-	-	-
Em Circulação em 30/09/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação conforme deliberado na AGO/E de 05 de março de 2012.

I. Cálculo

	<i>(Em milhões de Reais)</i>	
Lucro Líquido	3.502	
(-) Reserva Legal	(175)	
Base de Cálculo do Dividendo	3.327	
Dividendo Mínimo Obrigatório	832	
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Proposto	832	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pago	73	-	73
Dividendos	73	-	73
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 02/07/2012	73	-	73
Provisionados	867	(108)	759
Dividendos	145	-	145
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/10/2012	72	-	72
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 02/01/2013	73	-	73
Juros sobre o Capital Próprio	722	(108)	614
Provisão	722	(108)	614
Total em 30/09/2012 - R\$ 0,1716 líquido por ação	940	(108)	832
Total em 30/09/2011 - R\$ 0,1885 líquido por ação ^(*)	945	(114)	831

(*) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	30/09/2012	31/12/2011
RESERVAS DE LUCROS	12.515	15.268
Legal	2.194	2.019
Estatutárias	10.321	13.249
Equalização de Dividendos	2.220	4.501
Reforço do Capital de Giro	2.951	4.313
Aumento de Capital de Empresas Participadas	5.150	4.435
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	551
Outras Reservas	313	264
Total das Reservas na Controladora	12.828	16.083

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais da ITAÚSA CONSOLIDADO.

NOTA 24 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Itaú Unibanco Holding

I – Objetivo e Diretrizes do Plano

O Grupo dispõe de plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Esse plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, por meio da outorga de opções de ações simples ou bonificadas, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações obtidas pelos acionistas na data do balanço de encerramento do exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, do tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos o período de carência para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar desse programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas e funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

II – Características dos Programas

II.1 – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco, antes da associação, dispunham de Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa eram outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anteriores à data de emissão das opções, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar. Não são mais outorgadas opções nesse modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado ainda o ajuste de até 20% para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGPM ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II. II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e ou o direito de receber ações (Instrumentos Baseados em Ações). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidos pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas a variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseados em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento, após o respectivo período de carência, sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseado em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem à fixação do referido preço.

As ações recebidas ao final do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

A média ponderada do valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações na data da concessão foi estimada para as ações adquiridas no período findo em 30/09/2012 – R\$ 36,00 por ação (R\$ 37,00 por ação em 30/09/2011).

O valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding, menos o preço a vista pago pelos beneficiários. O valor recebido na compra de Instrumentos Baseados em Ações foi de R\$ 50 em 30/09/2012 (R\$ 48 em 30/09/2011).

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga Nº	Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 31/12/2011	Quantidade de Ações			
					Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas	Saldo a Exercer em 30/09/2012
Opções Simples											
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	20,07	19,21	33,91	937.275	-	(419.750)	-	517.525
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	20,07	-	-	11.357	-	-	-	11.357
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	29,86	28,25	37,00	6.854.365	-	(1.946.485)	-	4.907.880
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	29,86	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	33,95	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	37,27	-	-	75.901	-	-	(75.901)	-
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	37,23	-	-	29.518	-	-	(29.518)	-
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	46,72	-	-	25.301	-	-	(25.301)	-
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	29,90	-	-	52.707	-	-	(52.707)	-
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	33,36	32,70	38,42	21.083	-	(21.083)	-	-
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	38,02	35,91	38,32	7.732.975	-	(344.650)	(1.048.200)	6.340.125
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	38,02	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	38,02	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	38,24	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	38,19	-	-	29.514	-	-	-	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	47,52	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	39,22	-	-	29.551	-	-	-	29.551
Total de Opções em Aberto					27,86	36,70	16.867.385	-	(2.731.968)	(1.231.627)	12.903.790
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	43,83	-	-	9.266.066	-	-	(1.980.132)	7.285.934
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	43,83	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	43,83	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	47,52	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	28,66	27,12	35,16	14.114.940	-	(1.452.840)	(21.340)	12.640.760
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	28,66	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	46,56	-	-	6.052.223	-	-	(33.005)	6.019.218
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	46,56	-	-	1.163.919	-	-	(36.897)	1.127.022
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	45,48	-	-	9.769.432	-	-	(103.186)	9.666.246
37ª	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	45,48	-	-	-	15.383	-	-	15.383
38ª	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	34,02	-	-	-	15.097	-	-	15.097
38ª	27/04/2012	31/12/2016	31/12/2019	34,02	-	-	-	10.373.657	-	(23.346)	10.350.311
Total de Opções em Aberto					27,12	35,16	40.504.413	10.404.137	(1.452.840)	(2.197.906)	47.257.804
Total de Opções Simples					27,60	36,17	57.371.798	10.404.137	(4.184.808)	(3.429.533)	60.161.594
Opções dos Sócios											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	-	39.906	-	-	(39.906)	-
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	46.710	-	-	(46.710)	-
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	719.023	-	(681.490)	(37.533)	-
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	79.446	-	(79.446)	-	-
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	32,05	309.508	-	(309.294)	(214)	-
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
Total de Opções em Aberto					-	34,79	1.228.067	-	(1.070.230)	(124.363)	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	388.432	-	-	(874)	387.558
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	339.632	-	-	(11.120)	328.512
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	329.711	-	-	(5.285)	324.426
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	449.442	-	-	(6.217)	443.225
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.862.409	-	-	(41.009)	1.821.400
17ª	14/06/2012	27/02/2014	-	-	-	-	-	7.791	-	-	7.791
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	1.558.584	-	-	(25.085)	1.533.499
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	704.604	-	-	(11.390)	693.214
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	-	-	-	509	-	-	-	509
17ª	14/06/2012	18/08/2014	-	-	-	-	-	2.527	-	-	2.527
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	706.397	-	-	(19.628)	686.769
17ª	14/06/2012	23/02/2015	-	-	-	-	-	8.187	-	-	8.187
15ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	1.583.044	-	(6.279)	1.576.765
16ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	69.156	-	(4.673)	64.483
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	338.923	-	-	(11.508)	327.415
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	329.152	-	-	(5.464)	323.688
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.858.518	-	-	(43.042)	1.815.476
17ª	14/06/2012	27/02/2016	-	-	-	-	-	7.790	-	-	7.790
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	1.557.215	-	-	(26.442)	1.530.773
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	508	-	-	-	508
17ª	14/06/2012	18/08/2016	-	-	-	-	-	2.527	-	-	2.527
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	706.338	-	-	(20.011)	686.327
17ª	14/06/2012	23/02/2017	-	-	-	-	-	8.186	-	-	8.186
15ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	1.582.979	-	(6.497)	1.576.482
16ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	69.151	-	(4.751)	64.400
Total de Opções em Aberto					-	-	11.245.248	3.341.338	-	(249.275)	14.337.311
Total Opções dos Sócios					-	37,22	12.473.315	3.341.338	(1.070.230)	(373.638)	14.370.785
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					27,60	35,89	69.845.113	13.745.475	(5.255.038)	(3.803.171)	74.532.379

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação do Plano

Nº	Outorga Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior	Quantidade de Ações			
					Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		31/12/2010	Outorgadas	Exercidas	Canceladas
Opções Simples											
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,22	12,89	38,60	712.942	-	273.943	-	438.999
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	23,79	37,67	12.650	-	12.650	-	-
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,60	18,32	35,10	2.877.600	-	1.682.625	27.500	1.167.475
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,60	18,32	35,10	27.500	-	27.500	-	-
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,60	-	-	11.357	-	-	-	11.357
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	23,79	37,67	16.389	-	16.389	-	-
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,94	-	-	75.901	-	-	75.901	-
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	29.518	-
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,48	28,45	36,48	52.710	-	52.710	-	-
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,59	21,30	38,45	12.650	-	12.650	-	-
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	27,68	27,27	36,51	8.025.250	-	1.076.225	60.500	6.888.525
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	27,68	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	31,47	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	35,94	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	35,89	-	-	29.518	-	-	-	29.518
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	44,66	-	-	25.301	-	-	-	25.301
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	28,48	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	31,54	-	-	21.083	-	-	-	21.083
Total de Opções a Exercer					20,57	35,18	12.949.011	-	3.154.692	193.419	9.600.900
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,24	34,82	36,93	8.546.975	-	507.375	182.875	7.856.725
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,24	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,24	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	35,94	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	35,89	-	-	29.514	-	-	-	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	44,66	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	36,36	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	10.846.487	-	-	1.513.321	9.333.166
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	44,66	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,57	26,49	35,12	15.067.330	-	117.750	147.620	14.801.960
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,57	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,16	-	-	6.126.609	-	-	74.386	6.052.223
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,16	-	-	1.206.340	-	-	42.421	1.163.919
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,16	-	-	-	9.810.523	-	-	9.810.523
Total de Opções em Aberto					33,25	36,59	42.168.443	9.810.523	625.125	1.960.623	49.393.218
Total de Opções Simples					22,67	35,41	55.117.454	9.810.523	3.779.817	2.154.042	58.994.118
Opções dos Sócios											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	37,22	416.487	-	376.581	-	39.906
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	28,80	490.624	-	425.860	12.729	52.035
Total de Opções a Exercer					37,22	37,22	907.111	-	802.441	12.729	91.941
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	740.362	-	-	21.339	719.023
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	329.181	-	-	19.673	309.508
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	415.930	-	-	27.498	388.432
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	376.916	-	-	37.530	339.386
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	359.991	-	-	30.280	329.711
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	490.126	-	-	40.684	449.442
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.940.987	-	-	79.810	1.861.177
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	1.585.541	-	27.511	1.558.030
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	739.608	-	-	35.004	704.604
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	-	706.397	-	-	706.397
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	376.876	-	-	38.574	338.302
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	359.962	-	-	30.810	329.152
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.940.951	-	-	85.007	1.855.944
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	1.585.497	-	29.332	1.556.165
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	-	706.338	-	-	706.338
Total de Opções em Aberto					-	-	8.298.684	4.583.773	-	503.052	12.379.405
Total Opções dos Sócios					-	37,22	9.205.795	4.583.773	802.441	515.781	12.471.346
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					22,67	32,27	64.323.249	14.394.296	4.582.258	2.669.823	71.465.464

Resumo da Movimentação dos Instrumentos Baseados em Ações

Nº	Período de Carência		Saldo Anterior 31/12/2011	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em 30/09/2012
1ª	17/08/2010	16/08/2012	110.588	-	(109.069)	(1.519)	-
1ª	17/08/2010	16/08/2013	110.577	-	-	(3.206)	107.371
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	(10.216)	-	-
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	(3.971)	-	-
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	(5.533)	(11.834)	406.796
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	(11.834)	412.320
3ª	28/02/2011	27/02/2011	444.040	-	(444.040)	-	-
3ª	28/02/2011	27/02/2012	444.030	-	-	(8.679)	435.351
3ª	28/02/2011	27/02/2013	444.020	-	-	(8.678)	435.342
4ª	24/02/2012	24/02/2013	-	468.852	-	(4.671)	464.181
4ª	24/02/2012	24/02/2014	-	468.836	-	(4.671)	464.165
4ª	24/02/2012	24/02/2015	-	468.821	-	(4.671)	464.150
Total			2.429.941	1.406.509	(572.829)	(59.763)	3.203.858

Nº	Período de Carência		Saldo em 31/12/2010	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em 30/09/2011
1ª	17/08/2010	16/08/2011	114.980	-	(110.598)	(4.382)	-
1ª	17/08/2010	16/08/2012	114.969	-	-	(4.381)	110.588
1ª	17/08/2010	16/08/2013	114.958	-	-	(4.381)	110.577
1ª	30/08/2010	16/08/2011	10.221	-	(10.221)	-	-
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	-	10.216
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2011	3.972	-	(3.972)	-	-
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	-	3.971
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2011	424.172	-	(424.172)	-	-
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	-	-	424.163
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	-	424.154
3ª	28/02/2011	27/02/2011	-	444.040	-	-	444.040
3ª	28/02/2011	27/02/2012	-	444.030	-	-	444.030
3ª	28/02/2011	27/02/2013	-	444.020	-	-	444.020
Total			1.659.958	1.332.090	(548.963)	(13.144)	2.429.941

II.III) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções, utilizando o modelo Binomial para as Opções Simples e Black&Scholes para as Opções dos Sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BMF&BOVESPA na data base de cálculo.

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4.

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção.

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BMF&BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Nº	Outorga Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Opções Simples								
37 ^a	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	35,50	8,85	2,97%	5,25%	30,32%
38 ^a	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	35,50	12,45	2,97%	5,25%	30,32%
38 ^a	27/04/2012	31/12/2016	31/12/2019	29,70	7,82	3,02%	3,91%	29,93%
Opções dos Sócios (*)								
15 ^a	24/02/2012	24/02/2015	-	36,00	32,94	2,97%	-	-
15 ^a	24/02/2012	24/02/2017	-	36,00	31,04	2,97%	-	-
16 ^a	24/02/2012	24/02/2015	-	36,00	32,94	2,97%	-	-
16 ^a	24/02/2012	24/02/2017	-	36,00	31,04	2,97%	-	-
17 ^a	14/06/2012	18/08/2014	-	29,57	27,69	3,02%	-	-
17 ^a	14/06/2012	27/02/2014	-	29,57	28,08	3,02%	-	-
17 ^a	14/06/2012	23/02/2015	-	29,57	27,26	3,02%	-	-
17 ^a	14/06/2012	18/08/2016	-	29,57	26,06	3,02%	-	-
17 ^a	14/06/2012	27/02/2016	-	29,57	26,44	3,02%	-	-
17 ^a	14/06/2012	23/02/2017	-	29,57	25,65	3,02%	-	-

(*) O valor justo das opções dos sócios é mensurado com referência ao valor justo da ação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data das outorgas.

II.IV - Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência, pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01 a 30/09/2012 foi de R\$ (49) (R\$ 46 de 01/01 a 30/09/2011), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido do Itaú Unibanco Holding o efeito foi de:

	30/09/2012	30/09/2011
Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	73	86
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(86)	(84)
Efeito na Venda (*)	(13)	2

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

b) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo comitê de pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só há outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data Vencido.	Prazo para Exercício	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos	
					dez/11	set/12			2007 a 2009	2010	2011	30/09/2012		
						(*)								
30/03/2006	2.659.180	01/07/2007	até 31/12/2016	11,16	48.856	48.856	11,42	1	1	-	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	01/07/2008	até 31/12/2017	11,82	2.535.227	2.504.692	10,36	25	25	-	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	01/07/2009	até 31/12/2018	15,34	2.932.193	2.871.122	8,47	19	19	-	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	01/07/2012	até 31/12/2017	9,86	1.983.285	1.863.592	4,64	9	2	5	2	1	-	-
14/04/2010	1.333.914	01/01/2014	até 31/12/2018	16,33	1.464.818	1.464.818	8,21	9	-	2	2	1	3	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.875.322	1.868.298	5,11	9	-	-	1	2	6	-
02/04/2012	1.315.360	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	-	1.315.360	5,69	7	-	-	-	1	6	-
Soma	15.167.678				10.839.701	11.936.738		79	47	7	5	5	15	15
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	
Valor apurado								77	45	7	5 (1)	5 (2)	15 (3)	

(1) Valor contabilizado contra o resultado de 2011.

(2) Valor contabilizado nos 9 meses de de 2012.

(3) Valor a ser contabilizado contra o resultado até dezembro de 2015.

(*) Contempla bonificação de ações de 20% conforme AGO/E de 29/04/2011.

Em 30 de Setembro de 2012 a Companhia possuía 1.769.993 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

c) Itaotec S.A.

A Companhia, até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações conforme previsto no Estatuto Social com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração, hoje objeto de estudo e revisão pelo Conselho da Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Companhia. O preço de exercício fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê, era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binominal", foram as seguintes:

Premissas

Data da outorga	Plano 2002	Plano 2003	Plano 2004	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	109.835	160.827	125.998	191.666
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) (ii)	49,50	40,50	44,70	45,60
Preço de exercício (em reais R\$) (ii)	31,05	21,45	23,55	36,45
Valor justo da opção (em reais R\$) (ii)	45,30	34,94	38,52	32,88
Prazo de carência	30/06/03	30/06/04	30/06/05	30/06/07
Prazo limite para exercício	31/12/12	31/12/13	31/12/14	31/12/16
Volatilidade	115,7%	80,9%	64,1%	64,6%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	1,8%	2,9%	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	32,6%	48,2%	24,9%	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera agrupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 30 de setembro de 2012 foi reclassificado o montante de R\$ 15.404 da reserva de capital para reserva de lucros decorrente do prazo de exercício das opções terem expirado. O montante registrado como reserva de capital no patrimônio líquido é de R\$ 21.751.

Em 30 de setembro de 2012 o preço de mercado das ações eram de R\$ 37,01 (R\$ 28,00 em 31 de dezembro de 2011) por ação.

d) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

NOTA 25 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

a) Outras Receitas Operacionais

	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
Recuperação de Encargos e Despesas	7	30	9	49
Reversão de Provisões Operacionais	15	48	50	464
Rendas Operacionais	110	240	117	340
Lucros na Alienação de Investimentos	2	6	14	20
Resultado na Alienação de Valores e Bens	(25)	9	62	73
Reversão de Provisões não Operacionais	4	14	8	22
Outras	3	15	112	230
Total	116	362	372	1.198

b) Outras Despesas Operacionais

	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
Despesas Relacionadas a Cartões de Crédito	(196)	(531)	(165)	(543)
Reembolso Relativo à Aquisições	(4)	(11)	(11)	(51)
Perdas com Fraudes com Terceiros	(64)	(203)	(78)	(200)
Prejuízo na Venda de Bens Não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	(11)	(151)	(27)	(59)
Contingências (Nota 32)	(199)	(656)	(721)	(882)
Despesas Operacionais de Empresas Industriais	(202)	(601)	(129)	(564)
Outros	(100)	(363)	283	(520)
Total	(776)	(2.516)	(848)	(2.819)

c) Despesas Gerais e Administrativas

	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
Despesas de Pessoal	(1.450)	(4.292)	(1.686)	(4.184)
Remuneração	(602)	(1.762)	(812)	(1.847)
Encargos	(239)	(710)	(261)	(722)
Benefícios Sociais	(103)	(380)	(199)	(508)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria	(17)	(45)	(11)	(33)
Plano de Opção de Ações	(13)	(49)	(2)	(4)
Treinamento	(20)	(67)	(28)	(72)
Participações de Empregados nos Lucros	(274)	(767)	(302)	(748)
Desligamentos	(296)	(401)	(201)	(230)
Provisão Trabalhista (Nota 32)	114	(111)	130	(20)
Despesas Administrativas	(993)	(3.379)	(1.282)	(3.466)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(142)	(741)	(295)	(865)
Serviços de Terceiros	(326)	(954)	(360)	(886)
Instalações	(83)	(271)	(104)	(257)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(91)	(272)	(120)	(284)
Despesas de Aluguéis	(88)	(263)	(89)	(257)
Transportes	(56)	(175)	(89)	(193)
Materiais	(30)	(110)	(43)	(123)
Despesas com Serviços Financeiros	(45)	(138)	(42)	(126)
Segurança	(45)	(142)	(43)	(131)
Concessionárias de Serviços Públicos	(24)	(80)	(25)	(81)
Despesas de Viagem	(19)	(53)	(20)	(52)
Outros	(44)	(180)	(52)	(211)
Depreciação	(99)	(498)	(234)	(434)
Amortização	(172)	(342)	(127)	(416)
Despesas de Comercialização de Seguros	(123)	(338)	101	(368)
Total	(2.837)	(8.849)	(3.228)	(8.868)

NOTA 26 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas controladas apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido, que é um adicional sobre o imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.789	5.041	1.034	4.577
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(712)	(2.010)	(307)	(1.694)
Acréscimos/Decrécimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:				
(Inclusões) Exclusões Permanentes	266	870	546	1.006
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas Não Consolidadas	9	21	114	87
Varição Cambial de Investimentos no Exterior	54	150	466	299
Juros Sobre o Capital Próprio	(1)	346	116	481
Dividendos, Juros Sobre Títulos da Dívida Externa e Incentivos Fiscais	13	59	26	96
Outras	191	294	(176)	43
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(446)	(1.140)	239	(688)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2011	Realização / Reversão	Constituição	30/09/2012
Refletido no Resultado	11.081	(2.600)	3.850	12.331
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	1.857	(507)	778	2.128
Créditos de Liquidação Duvidosa	4.723	(1.109)	2.118	5.732
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	114	(111)	67	70
Ágio na Aquisição do Investimento	1.700	(425)	-	1.275
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	570	(3)	108	675
Provisões para Passivos Contingentes	1.047	(153)	232	1.126
Ações Cíveis	434	(91)	105	448
Ações Trabalhistas	365	(39)	73	399
Fiscais e Previdenciárias	241	(23)	54	272
Outros	7	-	-	7
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	4	(3)	13	14
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	92	-	1	93
Outros	974	(289)	533	1.218
Refletida no Patrimônio Líquido	149	(58)	1.248	1.339
Aquisição de Participação Adicional junto a Acionistas não Controladores – Redecard (Nota 3c)	-	-	1.248	1.248
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	127	(58)	-	69
Outros	22	-	-	22
Total (*)	11.230	(2.658)	5.098	13.670

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 11.136 (R\$ 9.006 em 31/12/2011) e R\$ 2.656 (R\$ 3.133 em 31/12/2011).

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	30/09/2011
Refletido no Resultado	9.814	(2.782)	4.186	11.218
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	1.336	(370)	1.104	2.070
Créditos de Liquidação Duvidosa	3.814	(1.173)	1.816	4.457
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	94	(91)	124	127
Ágio na Aquisição do Investimento	2.251	(296)	47	2.002
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	499	-	41	540
Provisões para Passivos Contingentes	925	(240)	387	1.072
Ações Cíveis	378	(88)	135	425
Ações Trabalhistas	366	(187)	178	357
Fiscais e Previdenciárias	162	47	74	283
Outros	19	(12)	-	7
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	17	(3)	51	65
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	87	2	2	91
Outros	791	(611)	614	794
Refletida no Patrimônio Líquido	77	(54)	56	79
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	49	(27)	34	56
Outros	28	(27)	22	23
Total (*)	9.891	(2.836)	4.242	11.297

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 8.889 (R\$ 7.646 em 31 de dezembro de 2010) no ativo e R\$ 3.013 (R\$ 3.114 em 31 de dezembro de 2010) no passivo.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2011	Realização / Reversão	Constituição	30/09/2012
Refletido no Resultado	4.861	(1.038)	954	4.777
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.763	(797)	195	2.161
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	29	-	70	99
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	34	-	13	47
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	64	-	122	186
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	298	(64)	97	331
Ganho de Capital - Operação Redecard	-	(56)	-	(56)
Planos de Pensão	220	(1)	59	278
Amortização de Deságio	823	-	4	827
Outros	630	(120)	394	904
Refletida no Patrimônio Líquido	496	(314)	232	414
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	182	-	232	414
Outros	314	(314)	-	-
Total	5.357	(1.352)	1.186	5.191

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 11.136 (R\$ 9.006 em 31/12/2011) e R\$ 2.656 (R\$ 3.133 em 31/12/2011).

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	30/09/2011
Refletido no Resultado	4.758	(874)	1.055	4.939
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	3.011	(629)	501	2.883
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	15	2	4	21
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	15	(9)	2	8
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos	131	(142)	146	135
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	256	(23)	72	305
Ganho de Capital - Operação Redecard	137	(137)	-	-
Planos de Pensão	220	(19)	46	247
Amortização de Deságio	818	1	2	821
Outros	155	82	282	519
Refletida no Patrimônio Líquido	602	(118)	-	483
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	266	(96)	-	170
Outros	336	(22)	-	313
Total	5.360	(992)	1.055	5.422

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 8.889 (R\$ 7.646 em 31 de dezembro de 2010) no ativo e R\$ 3.013 (R\$ 3.114 em 31 de dezembro de 2010) no passivo.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 30/09/2012, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários				Total	%	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%	Tributos Diferidos Líquidos	%
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%						
2012	2.832	25%	76	4%	2.908	21%	(1.151)	22%	1.757	21%
2013	1.582	14%	1.195	56%	2.777	20%	(1.174)	23%	1.604	19%
2014	1.774	15%	685	32%	2.459	18%	(1.069)	21%	1.390	16%
2015	1.204	10%	172	8%	1.376	10%	(437)	8%	939	11%
2016	1.128	10%	-	0%	1.128	8%	(389)	7%	739	9%
Acima de 2016	3.022	26%	-	0%	3.022	22%	(971)	19%	2.051	24%
Total	11.542	100%	2.128	100%	13.670	100%	(5.191)	100%	8.480	100%
Valor Presente (*)	9.997		1.992		11.988		(4.548)		7.440	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e de venda de produtos e serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

NOTA 27 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante os exercícios, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores				
Lucro Líquido	1.210	3.502	1.123	3.499
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(30)	(30)	(30)	(30)
Subtotal	1.180	3.472	1.093	3.469
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(18)	(19)	(19)	(19)
Subtotal	1.162	3.453	1.074	3.450
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	447	1.329	413	1.326
Aos Detentores de Ações Preferenciais	715	2.123	661	2.124
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	465	1.348	432	1.346
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	745	2.153	691	2.152
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	1.866.289.554	1.866.289.554	1.866.289.554	1.856.615.118
Ações Preferenciais	2.981.170.193	2.981.460.193	2.986.073.526	2.973.681.296
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,25	0,72	0,23	0,72
Ações Preferenciais	0,25	0,72	0,23	0,72

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 28 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 e utilizou o período de apuração previsto no CPC 15 (de até um ano após a data de aquisição) para obter as informações necessárias a fim de identificar e mensurar a sua alocação. No segundo trimestre de 2011 o ágio foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2011	Amortizações/ Realizações	30/09/2012
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	330	(65)	265
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	131	(17)	114
Marca Unibanco	3	(3)	-
Outros	4	(1)	3
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	468	(86)	382
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Redecard	4	-	4
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	71	-	71
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	539	(86)	453
Passivo fiscal Diferido (IV)	(216)	35	(181)
Total ágio alocado (V = III + IV)	323	(51)	272
Agio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações

anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

NOTA 29 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do CPC nº 33, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

A ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos abaixo referidos. Os funcionários contratados pelas empresas da Área de Serviços Financeiros após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. Já para os funcionários contratados pela empresas da Área Industrial estes contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Benefícios de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

a) Descrição dos Planos

Os ativos dos planos estão investidos em fundos separados, com o objetivo exclusivo de prover benefícios aos funcionários elegíveis, e são mantidos de forma independente da ITAÚSA CONSOLIDADO. Esses fundos são mantidos por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco- Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaubanco CD (3) Plano de Aposentadoria Itaubank (3)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Fundação Itaúsa Industrial	Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD (3) Plano de Benefícios Definido- BD (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Itaú Fundo Multipatrocinado - IFM	Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2) Plano de Previdência Redecard (3)(4)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido.

(2) Plano de modalidade de contribuição variável (contabilizado como plano de benefício definido).

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

(4) O Plano de Previdência Redecard foi alterado em janeiro de 2011 de Benefício Definido – BD para Contribuição Definida – CD, com adesão de 95% dos funcionários. Esse plano permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal e adicionalmente a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, limitado a 9% dos seus rendimentos.

b) Planos de Benefício Definido**I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria**

	Área de Serviços Financeiros (1)	
	30/09/2012	31/12/2011
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperada dos Ativos	11,32 % a.a.	11,32 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimento Salarial Futuro	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

	Área Industrial (2)	
	30/09/2012	31/12/2011
Taxa de Desconto	9,52% a.a.	9,52% a.a.
Taxa de Retorno Esperada dos Ativos	10,37 % a.a.	10,37 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,43 % a.a.	7,43 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,30 % a.a.	4,30 % a.a.
Inflação	4,30 % a.a.	4,30 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1)Corresponde às premissas adotadas pelos planos administrados pela Fundação Itaú Unibanco, Bemgeprev, Funbep, Prebeg, IFM, Múltipla, UBB Prev e Fundação Banorte;

(2) Corresponde às premissas adotadas pelo plano de Benefício Definido administrado pela Fundação Itaúsa Industrial;

(3) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

A principal diferença entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que os administram, é o método atuarial. Para esta finalidade é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, por meio da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e a meta de alocação para 2012, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Posição		% Alocação		Meta 2012
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	
Títulos de Renda Fixa	11.608	10.574	91,40%	87,96%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	711	1.066	5,60%	8,87%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	15	14	0,12%	0,12%	0% a 10%
Imóveis	341	344	2,69%	2,86%	0% a 6%
Empréstimos a participantes	25	23	0,20%	0,19%	0% a 5%
Total	12.700	12.021	100,00%	100,00%	

Os Ativos do Planos de Benefícios Definidos incluem ações da ITAÚSA e de suas controladas com um valor justo de R\$ 544 (R\$ 545 em 31/12/2011) e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 293 (R\$ 298 em 31/12/2011).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas expectativas conservadoras de retorno anual para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data de fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA:

	30/09/2012	31/12/2011
1- Ativos Líquidos dos Planos	12.700	12.021
2- Passivos Atuariais	(10.757)	(10.545)
3- Superveniência (1-2)	1.943	1.476
4- Restrição do Ativo (*)	(1.512)	(1.379)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	431	97
Valor Reconhecido no Ativo	655	342
Valor Reconhecido no Passivo	(224)	(245)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do CPC 33.

O montante líquido reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA CONSOLIDADO foi o seguinte:

	30/09/2012	31/12/2011
Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (*)	159	36
Valor Reconhecido no Ativo	241	126
Valor Reconhecido no Passivo	(82)	(90)

(*) Considera participação no IUH de 36,78% e 36,82% para 30/09/2012 e 31/12/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	01/01 a 30/09/2012			01/01 a 31/12/2011		
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	12.021	(10.545)	1.476	11.468	(9.997)	1.471
Inclusão Plano CD Itaú	-	-	-	12	(13)	(1)
Efeitos Cisão Parcial Redecard (1)	-	-	-	(44)	42	(2)
Rendimentos Esperados dos Ativos(3)	996	-	996	1.366	-	1.366
Custo Serviço Corrente	-	(64)	(64)	-	(92)	(92)
Custo dos Juros	-	(748)	(748)	-	(941)	(941)
Benefícios Pagos	(512)	512	-	(610)	610	-
Contribuições Patrocinadora	34	-	34	42	-	42
Contribuições Participantes	11	-	11	9	-	9
Ganho/(Perda) Atuarial (2) (3)	150	88	238	(222)	(154)	(376)
Valor Presente Resultado do Exercício	12.700	(10.757)	1.943	12.021	(10.545)	1.476

(1) Durante o exercício de 2011, foi realizado um processo de migração dos participantes do Plano de Aposentadoria Redecard, estruturado na modalidade de benefício definido, para o Plano de Previdência Redecard, estruturado na modalidade de contribuição definida. Para os participantes que migraram para o Plano de Previdência Redecard, a acumulação do benefício futuro passa a ser feita na forma de contribuição definida, não havendo, portanto, substituição por um benefício de mesma natureza.

(2) Os ganhos/ perdas apresentados no Ativo Líquido correspondem aos rendimentos obtidos acima/(abaixo) da taxa de retorno esperado nos ativos.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 1.146 (R\$ 1.144 em 31/12/2011).

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

	30/09/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ativo Líquidos dos Planos	12.700	12.021	11.468	15.045	12.673
Passivos Atuariais	(10.757)	(10.545)	(9.997)	(11.354)	(11.371)
Superveniência	1.943	1.476	1.471	3.691	1.302
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	150	(222)	697	1.086	(993)
Ajustes de Experiência nos Passivos Atuariais	88	(154)	(891)	162	(829)

Os valores relativos a 31/12/2009 e 31/12/2008 são apresentados somente para efeitos de evolução, tendo em vista que conformidade com a isenção prevista no IFRS 1 o reconhecimento dos ativos, dos passivos e dos ganhos e perdas foi efetuado em 01/01/2010.

V- Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Período

O total reconhecido de Planos de Benefício Definido pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 30 de setembro:

	2012	2011
Custo do Serviço Corrente	(64)	(71)
Custo de Juros	(748)	(709)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	996	790
Efeito na restrição do Ativo	(132)	(112)
Ganho/(Perda) no Exercício	238	144
Contribuições Participantes	11	7
Total reconhecido no Resultado do Exercício	301	49

O total reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

Total reconhecido no Resultado do Exercício (*)	111	18
--	-----	----

(*) Considera participação no IUH de 36,78% e 36,83% para 30/09/2012 e 30/09/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 13 (R\$ 8 em 30/09/2011). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2012, considerando a participação societária da ITAÚSA, esperamos contribuir com R\$ 14 para os planos de aposentadoria patrocinados.

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	238
2013	248
2014	257
2015	265
2016	275
2017 a 2022	1.517

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido considerando a participação societária da ITAÚSA em 30/09/2012 no ativo é de R\$ 707 (R\$ 686 em 31/12/2011).

O total reconhecido dos Planos de Contribuição Definida pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 30 de setembro:

	2012	2011
Aportes/Contribuições	(105)	(104)
Ganho/Perda Atuarial	182	28
Efeito na Restrição do Ativo	(29)	94
Total reconhecido no Resultado do período	48	18

O total reconhecido de Planos de Contribuição Definida em função da participação societária da ITAÚSA foi a seguinte:

Total reconhecido no Resultado do período (*)	18	7
--	-----------	----------

(*) Considera participação no IUH de 36,78% e 36,83% para 30/09/2012 e 30/09/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 49 (R\$ 47 em 30/09/2011) sendo R\$ 38 (R\$ 40 em 30/09/2011) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

A ITAÚSA e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pela ITAÚSA, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA, são os seguintes:

	30/09/2012	31/12/2011
No Início do período	(120)	(105)
Custo de Juros	(9)	(10)
Benefícios Pagos	4	6
Ganho/(Perda) Atuarial	-	(11)
No Final do Exercício	(125)	(120)

O valor de Outros Benefícios Pós Emprego reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

Total reconhecido no Passivo (*)	(46)	(44)
---	-------------	-------------

(*) Considera participação no IUH de 36,78% e 36,82% para 30/09/2012 e 31/12/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	2
2013	3
2014	3
2015	3
2016	3
2017 a 2022	18

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (28b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	2	(1)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	17	(14)

NOTA 30 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através de suas controladas, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Banco Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que busca gerar valor para os clientes e promover diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos observa a seguinte cadeia de eventos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica;
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança;
- Criação das parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novas implementações;
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência há ainda fluxos de abertura de fundos junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e etapas de obtenção de aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para posterior comercialização. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada negócio. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de Despesas Administrativas, Operacionais e de Comercialização, onde as Despesas Administrativas, partindo da contabilização por Centros de Custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As despesas Operacionais e de Comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

b) Principais Produtos

I- Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personnalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes visa garantir a proteção dos bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado se garante de proteção através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as Seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida;
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01 01 a 30/09/2012	01 01 a 30/09/2011	01 01 a 30/09/2012	01 01 a 30/09/2011
Danos Pessoais causados por Veículos				
Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	88,2	87,0	1,5	1,5
Compreensivo Empresarial	49,5	43,7	15,3	17,5
Vida em Grupo	48,2	41,5	11,0	11,6
Prestamista	22,3	22,5	23,2	24,7
Extensão de Garantia - Patrimonial	18,7	20,8	64,4	65,3
Acidentes Pessoais Coletivo	8,5	7,9	38,2	45,8

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração,

mas representa uma obrigação da ITAÚSA. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas Diretos				Resseguros				Prêmios e Contribuições Retidas			
	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
VGBL	4.002	11.096	2.553	7.075	-	-	-	-	4.002	11.096	2.553	7.075
PGBL	327	1.016	265	920	-	-	-	-	327	1.016	265	920
Extensão de Garantia - Patrimonial	334	992	324	997	-	-	-	-	334	992	324	997
Vida em Grupo	339	980	291	839	(8)	(30)	(4)	(12)	331	950	287	827
Acidentes Pessoais Coletivo	171	489	167	490	-	(1)	-	(1)	171	488	167	489
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	100	327	74	250	-	-	-	-	100	327	74	250
Prestamista	121	316	113	340	-	-	-	-	121	316	113	340
Tradicional	86	288	75	245	-	-	-	-	86	288	75	245
Riscos Diversos	80	169	69	160	(36)	(40)	(23)	(32)	44	129	46	128
Compreensivo Empresarial	55	164	49	139	(15)	(37)	(14)	(28)	40	127	35	111
Doenças Graves ou Terminais	37	102	32	83	-	-	-	-	37	102	32	83
Riscos Nomeados e Operacionais	200	382	180	319	(158)	(287)	(153)	(259)	42	95	27	60
Acidentes Pessoais Individual	25	83	29	85	-	-	-	-	25	83	29	85
Responsabilidade Civil Geral	26	86	18	65	(8)	(32)	(5)	(21)	18	54	13	44
Riscos de Petróleo	25	264	59	214	(15)	(221)	(59)	(186)	10	43	-	28
Vida Individual	5	14	2	12	-	-	-	-	5	14	2	12
Riscos de Engenharia	17	65	18	54	(12)	(55)	(17)	(48)	5	10	1	6
Demais Ramos	253	777	247	732	(40)	(181)	(41)	(146)	213	596	206	586
Total	6.203	17.610	4.565	13.019	(292)	(884)	(316)	(733)	5.911	16.726	4.249	12.286
Participação Itaúsa	36,78%		36,83%		36,78%		36,83%		36,78%		36,83%	
	2.282	6.477	1.681	4.795	(107)	(325)	(116)	(270)	2.174	6.153	1.565	4.525

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora;
- **Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.
- **Outras Provisões** – Constituída basicamente pela provisão técnica da modalidade extensão de garantia do seguro garantia estendida e o cálculo é efetuado durante o prazo compreendido entre a data de início de vigência do contrato e a data de início da cobertura do risco, sendo que o valor a ser constituído deverá ser igual ao prêmio comercial retido.

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão, Pecúlio e Vida Individual e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada a insuficiência de prêmios ou contribuições;
- **Provisão de Riscos Não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- **Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR** - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;
- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a Provisão para Despesas Administrativas constituídas de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões das operações de seguros e previdência privada:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012				31/12/2011			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	7.609	20.893	42.402	70.904	5.527	18.296	33.041	56.864
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	5.169	1.301	10.943	17.413	16.681	1.706	9.936	28.323
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(4.830)	-	-	(4.830)	(15.694)	-	-	(15.694)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(1.624)	(84)	(5)	(1.713)	(1.508)	(103)	(6)	(1.617)
(+) Sinistros Avisados	1.904	-	-	1.904	2.020	-	-	2.020
(-) Resgates	(3)	(766)	(3.820)	(4.589)	(152)	(917)	(3.745)	(4.814)
(+/-) Portabilidades líquidas	-	166	66	232	(115)	152	(14)	23
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	2	1.449	3.216	4.667	1	1.658	3.362	5.021
(+/-) Outras (constituição/reversão)	314	(25)	104	393	849	101	(172)	778
Provisão de Seguros e Previdência Privada	8.541	22.934	52.906	84.381	7.609	20.893	42.402	70.904
Participação Itaúsa	3.142	8.436	19.461	31.039	2.802	7.693	15.613	26.108

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	SEGUROS		PREVIDENCIA		TOTAL	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	19	17	74.398	61.953	74.417	61.970
Prêmios não Ganhos	3.368	3.026	-	-	3.368	3.026
Sinistros a Liquidar (*)	2.650	2.297	-	-	2.650	2.297
IBNR (*)	828	712	12	10	840	722
Insuficiência de Prêmios	357	313	8	-	365	313
Insuficiência de Contribuição	-	-	729	692	729	692
Excedente Financeiro	1	2	494	475	495	477
Outras	1.318	1.242	199	165	1.517	1.407
TOTAL	8.541	7.609	75.840	63.295	84.381	70.904
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%	36,78%	36,82%	36,78%	36,82%
	3.142	2.802	27.897	23.306	31.039	26.108

(*) A provisão de Sinistros a Liquidar e IBNR estão demonstrados na nota 30e.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir.

ITAU UNIBANCO HOLDING	Seguro
Saldo em 01/01/2012	2.064
Constituições	4
Amortizações	(20)
Saldo em 30/09/2012	2.048
Saldo a amortizar até 12 meses	1.515
Saldo a amortizar após 12 meses	533
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12	753
Saldo em 01/01/2011	1.649
Constituições	583
Amortizações	(168)
Saldo em 31/12/2011	2.064
Saldo a amortizar até 12 meses	1.495
Saldo a amortizar após 12 meses	569
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	760

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstradas na nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela a seguir demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço de 31/12/2011.

A Provisão de Sinistros a Liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento de 30/09/2012:

I - Bruto de Resseguro - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	2.793
Operações DPVAT	461
Retrocessão e Outras Estimativas	224
Total da Provisão (*)	3.478
Participação Itaúsa	36,78%
	1.279

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR.

Data de Ocorrência	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2012	Total
No final do ano de divulgação	994	1.903	1.298	2.211	1.562	1.868	1.845	1.916	
1 ano depois	994	1.909	1.353	2.368	1.655	1.860	1.957		
2 anos depois	1.000	1.919	1.397	2.309	1.615	1.776	-		
3 anos depois	1.010	2.035	1.386	2.288	1.604	-	-		
4 anos depois	1.029	2.002	1.381	2.351	-	-	-		
5 anos depois	1.023	1.996	1.378	-	-	-	-		
6 anos depois	1.013	1.992	-	-	-	-	-		
7 anos depois	998	-	-	-	-	-	-		
Estimativa corrente	998	1.992	1.378	2.351	1.604	1.776	1.957	1.916	13.972
Pagamentos acumulados até a data base	949	1.929	1.312	2.153	1.443	1.463	1.476	795	11.520
Passivo reconhecido no balanço	49	63	66	198	161	313	481	1.121	2.452
Passivo em relação a anos anteriores a 2005									341
Total do passivo incluído no balanço									2.793
Participação Itaúsa									36,78%
									1.027

II - Líquido de Resseguro - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	1.347
Operações DPVAT	461
Resseguros, Retrocessão e Outras Estimativas	1.670
Total da Provisão	3.478
Participação Itaúsa	36,78%
	1.279

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR.

Data de Ocorrência	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2012	Total
No final do ano de divulgação	774	811	923	1.052	1.150	1.174	1.303	1.344	
1 ano depois	774	832	968	1.118	1.219	1.188	1.241	-	
2 anos depois	779	839	994	1.122	1.189	1.170	-	-	
3 anos depois	786	867	997	1.112	1.050	-	-	-	
4 anos depois	796	873	978	1.000	-	-	-	-	
5 anos depois	801	858	894	-	-	-	-	-	
6 anos depois	792	845	-	-	-	-	-	-	
7 anos depois	782	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa corrente	782	845	894	1.000	1.050	1.170	1.241	1.344	8.326
Pagamentos acumulados até a data base	751	804	840	930	952	1.060	1.055	725	7.117
Passivo reconhecido no balanço	31	41	54	70	98	110	186	619	1.209
Passivo em relação a anos anteriores a 2005									138
Total do passivo incluído no balanço									1.347
Participação Itaúsa									36,78%
									495

Os valores apresentados nas tabelas, expressam a posição de 30/06/2012, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente.

As variações observadas nas estimativas dos sinistros ocorridos no ano de 2010 devem-se principalmente à ocorrência de sinistros atípicos, com valores brutos muitas vezes superiores à média até então observada. Porém, como os percentuais de resseguros são elevados, a análise líquida não sofre interferência deste fator. Além disso em face da grande volatilidade inerente às análises dos dados brutos de resseguro, principalmente na operação de grandes riscos, recomenda-se a análise dos valores líquidos de resseguro.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no CPC 11 a seguradora deve realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência neste período.

As Premissas utilizadas no teste foram:

- a) Os critérios de agrupamento de riscos para os planos de seguros seguem a Circular SUSEP 410; enquanto que, para os planos de previdência os critérios de agrupamento de riscos foram modificados neste exercício e consideram grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira. Se aplicássemos este mesmo critério de agrupamento no exercício anterior, o resultado do teste teria indicado R\$ 13,6 milhões de insuficiência e não os R\$ 24 milhões apresentados.
- b) A relevante estrutura a termos de taxa de juros livre de risco foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna da companhia
- c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de chain ladder com periodicidade trimestral
- d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes
- e) Mortalidade: tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da escala G.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas premissas atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Foram efetuados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes com base em variações nas principais premissas atuariais. Os resultados da análise de sensibilidade do TAP - Teste de Adequação dos Passivos foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	30/09/2012		31/12/2011	
	Impacto no Resultado do TAP (*)		Impacto no Resultado do TAP	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	1	1	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	14	14	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 10bp na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 10bp na Taxa de Juros Livre de Risco	2	2	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência

(*) Os valores apresentados na tabela, expressam a posição de 30/06/2012, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	01/07 a 30/09/2012			01/01 a 30/09/2012			01/07 a 30/09/2011			01/01 a 30/09/2011		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
DANOS												
Extensão de Garantia	334	334	100,0	992	992	100,0	324	324	100,0	997	997	100,0
Prestamista	121	121	100,0	316	316	100,0	113	113	100,0	340	340	100,0
DPVAT	100	100	100,0	327	327	100,0	74	74	100,0	250	250	100,0
PESSOAS												
Vida em Grupo	339	331	97,6	980	950	96,9	291	287	98,6	839	827	98,6
Acidentes Pessoais Coletivo	171	171	100,0	489	488	99,8	167	167	100,0	490	489	99,8
Acidentes Pessoais Individual	25	25	100,0	83	83	100,0	29	29	100,0	85	85	100,0
Vida Individual	5	5	100,0	14	14	100,0	2	2	100,0	12	12	100,0
GRANDES RISCOS												
Riscos Nomeados e Operacionais	200	42	21,0	382	95	24,9	180	27	15,0	319	60	18,8
Riscos de Petróleo	25	10	40,0	264	43	16,3	59	-	0,0	214	28	13,1
Riscos de Engenharia	17	5	29,4	65	10	15,4	18	1	5,6	54	6	11,1

i) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

• Controle Centralizado do Risco de Subscrição

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.

• Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

j) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpra a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição.
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência.
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência.
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição.
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência.
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição.
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Responsável pela definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional.
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos supervisores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO..
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras do ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.

- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que abordem todo o ciclo de subscrição.
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição.
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos Órgãos Reguladores Brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de Provisões e Reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO. Envio dos relatórios gerenciais à Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações demandadas devidamente conciliadas contabilmente.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos.
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de Seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração das unidades de seguros e previdência privada trabalham em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de Asset Liability Management para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez**Risco de Mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após discussões e deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado. A revisão dessa estrutura é realizada no mínimo anualmente.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos (Nota 34);
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Sensibilidade (*DV01 – Delta Variation Risk*): em relação às operações de seguros, impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Classe	30/09/2012		31/12/2011	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Títulos Públicos				
NTN-C	2.890	(3,33)	2.766	(2,70)
NTN-B	1.514	(2,02)	1.400	(1,30)
NTN-F	7	(0,00)	28	-
LTN	176	(0,02)	-	-
Futuro DI	34	(0,00)	-	-
Títulos Privado				
Indexado a IGPM	75	(0,04)	141	-
Indexado a IPCA	288	(0,16)	224	(0,20)
Indexado a PRE	13	(0,00)	93	-
Ativos pós-fixados	5.711	-	5.607	-
Compromissadas Over	4.900	-	6.433	-
Total	15.609	(5,57)	16.692	(4,20)
Participação da Itaúsa	36,78%		36,82%	
	5.742	(2,05)	6.146	(1,55)

A coluna DV01 é o impacto para um movimento de + 0,01% (1 ponto-base) na taxa do indexador. No caso como as posições são ativas, o impacto positivo na taxa contribui negativamente para o resultado.

Risco de Liquidez

A ITAÚSA CONSOLIDADO identificam o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo dos pagamentos relativo aos seus passivos vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela sua carteira de ativos financeiros. Além disso, seguindo os princípios de conservadorismo e prudência, a ITAÚSA CONSOLIDADO mantém recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Passivo	30/09/2012		31/12/2011		Ativo	30/09/2012		31/12/2011	
	Valor	DU (*)	Valor	DU (*)		Valor	DU (*)	Valor	DU (*)
Provisão Técnica					Ativo Garantidor				
PPNG, PPNG-RVNE, PCP e OPT (1)	1.665	16	1.690	12	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.665	4	1.690	7
Provisão de Insuficiência de Prêmio	276	189	233	187	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	276	4	233	7
IBNR e Provisões de Sinistros a Liquidar (2)	1.383	16	1.401	19	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.383	4	1.401	7
Outras Provisões	351	-	303	-	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	351	-	303	-
Sub Total	3.675	-	3.627		Sub Total	3.675		3.627	
Provisões									
Despesas Administrativas	50	121	43	125	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	50	4	43	7
Matemática de Benefícios Concedidos	1.058	121	977	126	LFT, Operações Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.058	162	977	124
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL/VGBL	69.769	99	57.626	109	LFT, Operações Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures (3)	69.769	16	57.626	8
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	3.588	117	3.365	116	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	3.588	128	3.365	109
Insuficiência de Contribuição	737	118	692	109	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	737	156	692	109
Excedente Financeiro	496	118	477	109	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	496	127	477	109
Sub Total	75.698		63.180		Sub Total	75.698		63.180	
Total Reservas Técnicas	79.373		66.807		Total Ativos Garantidores	79.373		66.807	

(*) DU = Duration em meses

(1) Valor Líquido de Direito Creditório

(2) Líquido de Depósitos Judiciais e de Provisões Retidas IRB

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável

Risco de Crédito

Em relação às operações de resseguro, faz parte da política interna não haver concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detêm a maior parcela de nossas operações não excede 35,37% do total. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”, com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standard & Poor's	BBB-
Fitch	BBB-
Moody's	Baa3
AM Best	B+

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo a necessidades atuais mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual. A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito das empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual de 40% foi obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O Itaú Unibanco Holding cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em outros ativos e amortizados em outras despesas operacionais de acordo diferimento do prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Créditos		Débitos	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	214	176	313	106
Contratos Emitidos	-	-	-	926
Sinistros a Recuperar	22	52	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	(25)	32	-	(751)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	-	32
Outras Constituições / Reversões	2	(46)	-	-
Saldo Final	213	214	313	313
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%	36,78%	36,82%
	78	79	115	115

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012	31/12/2011
Sinistros de Resseguros	1.543	1.394
Prêmios de Resseguros	675	535
Comissão de Resseguros	(44)	(58)
	2.174	1.871
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%
	800	689

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	1.394	1.185
Sinistros Avisados	632	615
Sinistros Pagos	(472)	(101)
Outras Constituições / Reversões	(11)	(305)
Saldo Final	1.543	1.394
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%
	568	513

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	535	404
Constituições	808	814
Reversões	(669)	(683)
Saldo Final	674	535
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%
	248	197

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	(58)	(59)
Constituições	(47)	(50)
Reversões	61	51
Saldo Final	(44)	(58)
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%
	(16)	(21)

m) Entidades Reguladoras

As operações de Seguros e Previdência são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua

criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

n) Requerimentos de Capital para a Atividade de Seguros

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou a resolução CNSP nº 227 de 06/12/2010 (que revogou as Resoluções nºs 178 de 28/12/2007 e 200 de 16/12/2008), e a circular nº 411 de 22/12/2010. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) individual das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido. As seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresentam capital excedente em relação ao mínimo regulatório em R\$ 1.631 (R\$ 2.049 em 31/12/2011) na Itaú Seguros S.A. e R\$ 488 (R\$ 1.565 em 31/12/2011) na Itaú Vida e Previdência S.A..

NOTA 31 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	30/09/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	28.529	28.529	40.099	40.099
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.680	6.694	10.244	10.255
Aplicações no Mercado Aberto	54.463	54.463	35.001	35.001
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	48.110	48.110	45.049	45.049
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	136	136	69	69
Derivativos (*)	3.766	3.766	3.240	3.240
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	24.289	24.289	17.805	17.805
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	1.164	1.606	1.144	1.367
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	123.177	123.915	118.710	118.942
Outros Ativos Financeiros	15.225	15.225	14.925	14.925
Passivos Financeiros	-	-		
Depósitos	85.194	85.155	89.326	89.296
Captação no Mercado Aberto	80.718	80.718	68.273	68.273
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	244	244	1.037	1.037
Derivativos (*)	3.341	3.341	2.486	2.486
Recursos de Mercados Interbancários	35.713	35.645	33.323	33.269
Recursos de Mercados Institucionais	24.772	24.475	20.931	20.935
Passivos de Planos de Capitalização	1.067	1.067	1.045	1.045
Outros Passivos Financeiros	16.550	16.550	16.246	16.246

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

(1) Os valores no quadro acima já reflete a participação da Itaúsa

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 35) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 57.792 (R\$ 51.530 em 31/12/2011), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente R\$ 21.258 (R\$ 18.974 em 31/12/2011), com valor justo estimado R\$ 704 (R\$ 695 em 31/12/2011) e R\$ 259 em 2012 (256 em 31/12/2011) no Consolidado da Itaúsa, respectivamente.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros** – O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- **Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&F, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).
- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*;
- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PDD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais da ITAÚSA CONSOLIDADO para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Passivos Financeiros remunerados e não remunerados incluem: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Passivos Financeiros Mantidos para Negociação, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais, Passivos de Planos de Capitalização e Outros Passivos Financeiros.

- **Passivos Financeiros não remunerados (à vista)** - O valor justo dos depósitos à vista é igual ao valor contábil.
- **Passivos Financeiros remunerados** – O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo de seu valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa fixa foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros oferecidos pela ITAÚSA CONSOLIDADO na data do balanço patrimonial respectivo. O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproxima-se do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado por instrumentos semelhantes. Essas taxas de juros são obtidas de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg) das quais são derivadas a curva de rentabilidade sem risco e o *spread* sem risco negociado por instrumentos semelhantes.

f) Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial - O valor justo dos compromissos para a concessão de crédito foi estimado com base nas taxas atualmente cobradas para firmar contratos similares, levando em consideração o prazo remanescente dos contratos e a qualidade de crédito das contrapartes. O valor justo das cartas de crédito em aberto ("*standby*") e cartas comerciais e garantias foi baseado nas comissões atualmente cobradas em contratos similares ou no custo estimado para encerrar os contratos, ou de qualquer outra forma liquidar as obrigações com as contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em ativos / passivos financeiros a valor justo através do resultado ou em outros passivos, conforme descrito na Nota 2.4.f e apresentado nas Notas 7 e 8. Consulte a Nota 8 e 31 para o valor referencial e o valor justo estimado de nossos instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o CPC, a ITAUSA CONSOLIDADO classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração:

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo e ações negociadas em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures e alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. A ITAUSA CONSOLIDADO não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Nos casos em que não há informações de precificação em um mercado ativo, a ITAUSA CONSOLIDADO usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados (principalmente NTN-I, NTN-A1, CRI, TDA e CCI com vencimentos após 2025, CVS e notas promissórias) e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, a ITAUSA CONSOLIDADO estima o valor justo por meio da adoção de uma série de técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pela ITAUSA CONSOLIDADO são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada à partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, a ITAÚSA CONSOLIDADO acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/09/2012 e de 31/12/2011 para nossos ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012				31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	-	2.008	-	2.008	-	1.339	-	1.339
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	94.174	174	-	94.348	93.727	187	-	93.914
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.729	-	-	1.729	910	-	-	910
Títulos Públicos - Outros Países	1.287	175	-	1.462	722	80	-	802
Argentina	141	-	-	141	225	-	-	225
Estados Unidos	316	-	-	316	292	-	-	292
México	618	-	-	618	205	-	-	205
Chile	-	136	-	136	-	50	-	50
Uruguai	-	39	-	39	-	27	-	27
Colômbia	171	-	-	171	-	-	-	-
Outros	41	-	-	41	-	3	-	3
Títulos de Empresas	4.838	25.824	305	30.967	4.682	19.952	290	24.924
Ações negociáveis	2.489	-	-	2.489	2.241	56	-	2.297
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	29	-	29	-	24	-	24
Certificado de Depósito Bancário	-	5.483	-	5.483	-	7.820	-	7.820
Debêntures	2.349	1.489	-	3.838	2.434	1.092	-	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	-	1.635	-	1.635	7	1.424	-	1.431
Notas Promissórias	-	-	305	305	-	-	290	290
Letras Financeiras	-	16.381	-	16.381	-	8.973	-	8.973
Outros (basicamente Letras Financeiras)	-	807	-	807	-	563	-	563
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	102.028	28.181	305	130.514	100.041	21.558	290	121.889
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82% em Dez/11	37.530	10.366	112	48.009	36.837	7.938	107	44.882
Itaúsa e empresas industriais	101	-	-	101	-	-	-	167
TOTAL	37.631	10.366	112	48.110	36.837	7.938	107	45.049
Fundos de investimento	-	873	-	873	-	806	-	806
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	8.046	25	305	8.376	12.120	45	259	12.424
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	14.384	-	-	14.384	5.906	-	-	5.906
Títulos Públicos - Outros Países	606	5.790	-	6.396	11	4.306	-	4.317
Estados Unidos	511	-	-	511	-	-	-	-
Dinamarca	-	1.721	-	1.721	-	1.949	-	1.949
Espanha	-	-	-	-	-	418	-	418
Coréia	-	1.672	-	1.672	-	295	-	295
México	-	-	-	-	11	-	-	11
Chile	-	1.806	-	1.806	-	995	-	995
Paraguai	-	288	-	288	-	344	-	344
Uruguai	-	303	-	303	-	268	-	268
Belgíca	68	-	-	68	-	-	-	-
França	27	-	-	27	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	37	-	37
Títulos de Empresas	4.890	27.871	2.616	35.377	2.951	19.769	1.337	24.057
Ações negociáveis	2.178	1.817	-	3.995	808	3.170	-	3.978
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.455	1.207	8.662	-	7.323	691	8.014
Certificado de Depósito Bancário	-	449	-	449	-	274	-	274
Debêntures	2.708	7.902	-	10.610	2.103	5.133	-	7.236
Euro Bonds e Assemelhados	4	5.296	-	5.300	40	3.598	-	3.638
Notas Promissórias	-	-	1.376	1.376	-	-	646	646
Letras Financeiras	-	3.937	-	3.937	-	-	-	-
Outros	-	1.015	33	1.048	-	271	-	271
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	27.926	34.559	2.921	65.406	20.988	24.926	1.596	47.510
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82% em Dez/11	10.272	12.712	1.074	24.059	7.728	9.178	588	17.494
Itaúsa e empresas industriais	-	230	-	230	-	-	-	311
TOTAL	10.272	12.942	1.074	24.289	7.728	9.178	588	17.805
Títulos públicos do governo brasileiro	-	368	-	368	-	186	-	186
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	368	-	368	-	186	-	186
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82% em Dez/11	-	136	-	136	-	69	-	69
TOTAL	-	136	-	136	-	69	-	69
Notas Estruturadas	-	662	-	662	-	2.815	-	2.815
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	-	662	-	662	-	2.815	-	2.815
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82% em Dez/11	-	244	-	244	-	1.037	-	1.037
TOTAL	-	244	-	244	-	1.037	-	1.037

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/09/2012 e de 31/12/2011 para nossos Derivativos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2012				31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Opções	-	1.365	187	1.552	-	1.755	688	2.443
Termo	-	2.997	2	2.999	-	2.326	4	2.330
Swaps - Diferencial a Receber	-	3.471	25	3.496	-	2.732	18	2.750
Verificação de Swap	-	38	-	38	-	4	-	4
Derivativos de Crédito	-	255	-	255	-	399	-	399
Futuros	-	-	-	-	17	9	-	26
Outros Derivativos	-	1.651	150	1.801	-	607	195	802
Derivativos - Ativo	-	9.777	364	10.141	17	7.832	905	8.754
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82% em Dez/11	-	3.596	134	3.730	6	2.884	333	3.224
Itaúsa e empresas industriais	-	36	-	36	-	-	-	16
TOTAL	-	3.632	134	3.766	6	2.884	333	3.240
Opções	-	(1.565)	(194)	(1.759)	-	(1.930)	(676)	(2.606)
Termo	-	(1.672)	-	(1.672)	-	(1.136)	(8)	(1.144)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(4.406)	(17)	(4.423)	-	(2.782)	(16)	(2.798)
Swap c/ Verificação	-	(33)	-	(33)	-	(2)	-	(2)
Derivativos de Crédito	-	(89)	-	(89)	-	(110)	-	(110)
Futuros	(93)	(1)	(1)	(95)	-	-	-	-
Outros Derivativos	-	(1.006)	-	(1.006)	-	(87)	-	(87)
Derivativos - Passivo	(93)	(8.772)	(212)	(9.077)	-	(6.047)	(700)	(6.747)
Participação Itaúsa - 36,78% em Set/12 e 36,82% em Dez/11	(34)	(3.227)	(78)	(3.339)	-	(2.227)	(258)	(2.484)
Itaúsa e empresas industriais	-	(2)	-	(2)	-	-	-	(2)
TOTAL	(34)	(3.229)	(78)	(3.341)	-	(2.227)	(258)	(2.486)

Mensuração de Valor justo de Nível 2 baseado em serviços de precificação e corretoras

Quando informações de precificação não estão disponíveis para os títulos classificados como nível 2, são utilizados serviços de precificação, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de precificação que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 23.214 milhões de instrumentos financeiros classificados como nível 2, em 30 de setembro de 2012, foi usado o serviço de precificação ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 5.784 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos globais e corporativos:** O processo de precificação destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do Itaú Unibanco fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de valor justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do balanço patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pela ITAUSA CONSOLIDADO no nível 3 da hierarquia de avaliação.

Distribuição dos Níveis

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 30/09/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	290	17	51	(53)	-	305	-
Títulos de Dívidas de Empresas	290	17	51	(53)	-	305	-
Notas Promissórias	290	17	51	(53)	-	305	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.596	153	1.637	(465)	-	2.921	583
Títulos públicos do governo brasileiro	259	46	-	-	-	305	(88)
Títulos de Dívidas de Empresas	1.337	107	1.637	(465)	-	2.616	671
Certificado de Recebíveis Imobiliários	691	150	366	-	-	1.207	570
CVS	-	99	(99)	-	-	-	99
Notas Promissórias	646	(144)	1.339	(465)	-	1.376	-
Outros	-	2	31	-	-	33	2
Participação Itaúsa	36,82%	694	63	621	(191)	1.187	214
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 30/09/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	905	96	298	(935)	-	364	33
Opções	688	75	213	(789)	-	187	41
Swap - Diferencial a receber	18	(4)	12	(1)	-	25	4
Termo	4	-	5	(7)	-	2	1
Futuros	-	-	3	(3)	-	-	-
Outros Derivativos	195	25	65	(135)	-	150	(13)
Derivativos - Passivo	(700)	64	(269)	693	-	(212)	(64)
Opções	(676)	68	(266)	680	-	(194)	(54)
Termo	(8)	-	(2)	10	-	-	6
Swaps - Diferencial a Pagar	(16)	(2)	-	1	-	(17)	(16)
Futuros	-	(2)	(1)	2	-	(1)	-
Participação Itaúsa	36,82%	75	59	11	(89)	56	(18)
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Títulos de Dívidas de Empresas	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	85	562	(804)	-	-	-
Notas Promissórias	-	3	697	(410)	-	290	-
Outros	2	1	163	(177)	11	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.647	767	3.217	(3.530)	(505)	1.596	266
Títulos públicos do governo brasileiro	320	-	38	(64)	(35)	259	(100)
Títulos de Dívidas de Empresas	1.327	767	3.179	(3.466)	(470)	1.337	366
Ações Negociáveis	-	-	227	-	(227)	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	62	686	1.125	(1.103)	(79)	691	366
Notas Promissórias	1.265	78	1.666	(2.363)	-	646	-
Outros	-	3	161	-	(164)	-	-
Participação Itaúsa	36,57%	661	315	1.706	(1.810)	695	98
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	485	811	835	(1.226)	-	905	(93)
Opções	56	89	690	(147)	-	688	(63)
Swap - Diferencial a receber	5	(15)	28	-	-	18	3
Termo	-	-	4	-	-	4	-
Derivativos de Crédito	261	57	104	(422)	-	-	-
Outros Derivativos	163	680	9	(657)	-	195	(33)
Derivativos - Passivo	(335)	130	(166)	(329)	-	(700)	(316)
Opções	(188)	82	(110)	(460)	-	(676)	(302)
Termo	-	-	(8)	-	-	(8)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	(13)	(16)	19	-	(16)	(14)
Derivativos de Crédito	(119)	55	(5)	69	-	-	-
Futuros	(9)	6	(27)	30	-	-	-
Outros Derivativos	(13)	-	-	13	-	-	-
Participação Itaúsa	36,57%	55	346	246	(572)	75	(150)

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 como Outros Derivativos correspondem basicamente a CDS indexadas a Ações.

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante os períodos findos em 30/09/2012 e 31/12/2011.

Houve transferências de Nível 3 para Nível 2, devido ao alongamento das curvas verificadas no mercado.

Análise de sensibilidade de operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas de avaliação que incorporam premissas não evidenciadas por preços de transações correntes em mercados ativos. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, no preço de ativos ou em cenários que combinam choques nos preços com choques de volatilidades para ativos não lineares (volatilidades decorrentes da ausência de linearidade entre os preços dos derivativos e dos ativos-objetos):

Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,00)	(1,0)
	II	(0,9)	(24,5)
	III	(1,7)	(48,4)
Moedas, Commodities e Índices	I	(1,4)	-
	II	(2,9)	-
Não Lineares	I	(2,4)	-
	II	(3,3)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, Commodities e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, commodities e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

NOTA 32 – PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

Provisões	30/09/2012	31/12/2011
Cíveis	1.214	1.186
Trabalhistas	1.630	1.549
Fiscais e Previdenciárias	3.839	3.425
Outros	65	61
Total	6.748	6.221
Circulante	1.300	1.156
Não Circulante	5.448	5.065

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências.

Os dados estão sendo apresentados, considerando a participação da Itaúsa no Itaú Unibanco Holding proporcional, conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingencia: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O Itaú Unibanco Holding também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no STF é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, recentemente foi decidido no STJ que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 610 (R\$ 222 em 31/12/2011), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico que precifica as ações, acrescido do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não há contingências trabalhistas não incluídas no balanço.

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Provisões	01/01 a 30/09/2012			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	1.186	1.549	61	2.796
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(50)	(342)	-	(392)
Subtotal	1.136	1.207	61	2.404
Atualização/Encargos	39	36	-	75
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>462</u>	<u>339</u>	<u>3</u>	<u>804</u>
Constituição	653	359	3	1.015
Reversão	(191)	(20)	-	(211)
Pagamento	(474)	(260)	-	(734)
Subtotal	1.163	1.322	64	2.549
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	51	308	-	359
Saldo Final	1.214	1.630	64	2.908
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/09/2012 - (Nota 22a)	772	906	-	1.678

Provisões	01/01 a 30/09/2011			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	1.108	1.518	63	2.689
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(114)	(410)	-	(524)
Subtotal	994	1.108	63	2.165
Atualização/Encargos	23	35	-	58
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>410</u>	<u>205</u>	<u>(2)</u>	<u>613</u>
Constituição	530	265	-	795
Reversão	(120)	(60)	(2)	(182)
Pagamento	(314)	(172)	-	(486)
Subtotal	1.113	1.176	61	2.350
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	50	392	-	442
Saldo Final	1.163	1.568	61	2.792
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/09/2011	718	619	-	1.337

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2011
Saldo Inicial	3.425	2.892
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(21)	(16)
Subtotal	3.404	2.876
Atualização/Encargos ⁽¹⁾	261	155
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>180</u>	<u>297</u>
Constituição ⁽¹⁾	284	1.366
Reversão ^{(1) (2)}	(104)	(1.069)
Pagamento ⁽²⁾	(28)	(62)
Subtotal	3.817	3.266
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	22	4
Saldo Final ⁽³⁾	3.839	3.270

(1) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009. No 1º semestre/2010 foram incluídos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, sendo que a principal tese refere-se ao alargamento da base de cálculo de PIS e Cofins, previsto pelo § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718 de 27/11/1998.

(3) Contempla valores decorrentes de participações em Joint Ventures no montante de R\$ 4.

Depósitos em Garantias	01/01 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2011
Saldo Inicial	2.029	1.806
Apropriação de Rendas	112	113
Movimentação do Período	<u>(271)</u>	<u>109</u>
Depositados	(243)	130
Levantamentos Efetuados	(15)	(11)
Conversão em Renda	(13)	(10)
Outros ajustes	3	-
Saldo Final (Nota 22a)	1.873	2.028

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R\$ 1.216: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 405.
- CSLL - Isonomia – R\$ 693: a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, mantendo a alíquota de 9% para as demais pessoas jurídicas, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 135.

- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R\$ 188: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 173.
- PIS – R\$ 141 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento com base na Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 40.

Contingências não reconhecidas no Balanço – não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.762, sendo as principais descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 528: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 369: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.
- IRPJ, CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 320: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.
- IRPJ, CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos - R\$ 165: dedutibilidade das perdas efetivas a título de despesa operacional – cessão de crédito e renegociação.
- IRPJ, CSLL – Lucros disponibilizados no exterior R\$ 117: Aplicação da norma fiscal brasileira (lucro real) – IN 213/2002 e a não disponibilização de lucros com a mera transferência de capital entre investidas da Holding
- ISS Atividades Bancárias – R\$ 113: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.
- Outros Impostos – processos tributários das empresas industriais R\$ 135.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 247 (R\$ 236 em 31/12/2011) (Nota 22a), representado principalmente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Ativos dados em garantia de contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	30/09/2012	30/09/2011
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	603	619
Depósitos em Garantia (Nota 22a)	1.487	1.257

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais da Itaúsa são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Em virtude desse fato, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com a relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, a Itaúsa não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

A ITAÚSA e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

NOTA 33 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentadas ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itautec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa tem autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding e detém uma participação de 36,78%, em 30/09/2012 (36,82% em 31/12/2011).

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga) que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive a revenda de tais produtos adquiridos de terceiros, importação e exportação, bem como a participação em outras sociedades. Os produtos fabricados pela Elekeiroz são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: atua no mercado de informática, sendo especializada no desenvolvimento de produtos e soluções de computação, automações e serviços tecnológicos.

	Janeiro a Setembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS		ÁREA INDUSTRIAL		CONSOLIDADO IFRS (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	
Ativos Totais	2012	878.838	7.485	685	1.083	334.701
	2011	789.670	6.695	644	1.176	301.529
Receitas Operacionais (3)	2012	93.942	2.458	658	1.167	39.973
	2011	92.283	2.201	563	1.074	38.544
Lucro Líquido	2012	9.715	310	(5)	(18)	3.901
	2011	10.186	295	17	30	3.889
Patrimônio Líquido	2012	74.610	3.946	471	524	32.192
	2011	71.364	3.638	478	538	31.200
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2012	17,2%	10,9%	-1,3%	-4,6%	15,9%
	2011	19,8%	11,1%	4,9%	7,6%	17,3%
Geração Interna de Recursos (5)	2012	36.233	700	30	0	13.998
	2011	29.672	635	33	52	10.966

(1) O conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas e a consolidação proporcional à participação detida das empresas controladas em conjunto.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa em setembro de 2012 de 36,78% (36,83% em setembro de 2011).

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e Comercialização e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun + set)/4)

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Abaixo seguem informações das Receitas por área geográfica da área de serviços financeiros, já na proporção da participação da ITAÚSA.

As controladas da área industrial não têm transações externas relevantes no consolidado.

	01/07 a 31/09/2012			01/07 a 30/09/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira (*)	17.987	1.259	19.246	18.995	675	19.670
Ativos não Correntes	3.357	283	3.640	3.139	243	3.382

(*) Inclui receita de juros e rendimentos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

	01/01 a 31/09/2012			01/01 a 30/09/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira (*)	26.836	1.807	28.643	27.517	1.177	28.694
Ativos não Correntes	3.357	283	3.640	3.139	243	3.382

(*) Inclui receita de juros e rendimentos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Informações adicionais

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total da ITAÚSA CONSOLIDADO em 2012 e em 2011.

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaúbanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar, Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, o Instituto Assistencial Pedro Di Perna, o Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os Investimentos nas Empresas Não Consolidadas (Nota 15) - Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., SERASA S.A. e Banco CSF S.A..

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	ATIVO/(PASSIVO)		RECEITAS/(DESPESAS)			
	30/09/2012	31/12/2011	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	(126)	(107)	-	-	-	-
Fundação BEMGEPREV	(8)	(3)	-	-	-	-
UBB Prev Previdência Complementar	(25)	(19)	-	-	-	-
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	(87)	(76)	-	-	-	-
Caixa de Prev. Dos Func. Do Banco BEG - PREBEG	(7)	(9)	-	-	-	-
Fundação Itaúbanco	1	-	-	-	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	8	26	-	(1)
Fundação Itaúbanco	-	-	6	18	-	-
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	2	4	-	-
Outras	-	-	-	4	-	(1)
Receita (Despesas) com Aluguéis	-	-	(3)	(19)	(16)	(24)
Fundação Itaúbanco	-	-	(2)	(16)	(16)	(20)
Itaútec	-	-	1	2	-	1
Duratex	-	-	1	2	-	1
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	(3)	(7)	-	(6)
Despesas com Doações	-	-	(12)	(48)	(16)	(91)
Instituto Itaú Cultural	-	-	(12)	(47)	(16)	(43)
Associação Clube "A"	-	-	-	(1)	-	-

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/09/2012	31/12/2011
Duratex S.A.	435	382
Elekeiroz S.A.	71	46
Itautec S.A.	138	164
Total	644	592

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores da ITAÚSA são compostos conforme segue:

	30/09/2012	30/09/2011
Remuneração	4	3
Participações no Lucro	4	3
Total	8	6

NOTA 35 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, que refletem principalmente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação das debêntures emitidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 372 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Conforme nota 20c, as debêntures remuneram 106,5% do CDI e a amortização dar-se-á em três parcelas anuais e sucessivas em junho de 2011, 2012 e 2013.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Como forma de gerenciar melhor sua exposição, a ITAÚSA possui o controle dos seus investimentos com maior propensão ao risco, notadamente aqueles da área financeira. As entidades nas quais a ITAÚSA participa direta ou indiretamente, mas não controla, não estão sujeitas a riscos relevantes. Esta nota de riscos prioriza a gestão da controlada em conjunto que concentra o maior nível de riscos de mercado, crédito e liquidez, o Itaú Unibanco Holding. Desta forma, estamos apresentando as suas informações de gestão de risco pelos valores integrais, sem aplicar a proporcionalidade da participação da ITAÚSA.

ÁREA FINANCEIRA

1. Mensuração do Risco de Crédito

Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, ou (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou devido aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa à criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, *market share*, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

A área de controle centralizado avalia o impacto da criação ou modificação de políticas de crédito ou produtos, antes da sua implementação, de forma a permitir a identificação e a quantificação de incertezas inerentes a cada unidade de negócio. O processo de avaliação de política e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING

identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de validação e aprovação das políticas e modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e definição de limites.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e impairment) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%
<i>Impairment</i>	Operações Corporate com PD maior que 31,84%
	Operações em Atraso >90 dias
	Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas, subordinadas à Comissão Superior de Crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour score*. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados, por estrutura independente. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando administrar suas exposições.

2. Controle do limite de risco de crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o controle do risco de crédito de forma centralizada e independente, segregada das demais unidades de negociação e da auditoria interna, conforme exigido pela regulamentação. A gestão do risco de crédito é descentralizada, realizada por cada unidade de negócio.

O monitoramento centralizado das carteiras é realizado por área executiva independente responsável pelo controle de risco de crédito, que utiliza indicadores de risco e desempenho para analisar a carteira de crédito em nível agregado, por linha de negócio, segmento, produto e demais variáveis que considera relevante.

Quanto pertinente, são utilizados no monitoramento outros processos de análise, como o teste retroativo de efetividade (*backtest*), garantindo-se o alinhamento permanente entre as estratégias definidas pela organização e eventuais mudanças no cenário de crédito.

O monitoramento descentralizado das carteiras, com foco na gestão, é realizado por todas as áreas de crédito das unidades de negócio. O monitoramento para fins de gestão avalia a carteira detalhadamente podendo ser realizado de forma agregada (preferencialmente de acordo com os mesmos parâmetros utilizados nas políticas de crédito) ou em nível cliente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

Como forma de controle do risco de crédito, o Itaú Unibanco possui um normativo institucional que define as diretrizes gerais e responsabilidades relativas à utilização de garantias, além disso, cada unidade de negócio, responsável pela gestão do risco de crédito, formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de melhorar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência;

Para que as garantias sejam consideradas como instrumento de redução de risco é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING assegura que qualquer garantia que gera impacto em mitigação, alocação de capital e provisionamento é juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de suas carteiras de empréstimos e títulos; estes instrumentos são precificados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo do Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se *impairment* principalmente os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna menor a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou 540 dias após vencido no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao risco de crédito

	30/09/2012			31/12/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.856	7.305	18.161	9.820	18.001	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	144.421	852	145.273	91.643	605	92.248
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	123.737	6.777	130.514	116.615	5.274	121.889
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	3	365	368	-	186	186
Derivativos	6.288	3.853	10.141	5.864	2.890	8.754
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10.979	54.427	65.406	7.323	40.187	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.625	539	3.164	2.500	605	3.105
Operações de Crédito	290.973	43.891	334.864	251.034	71.357	322.391
Off Balance	269.504	15.567	285.071	254.711	14.830	269.541
Avais e Fianças	54.315	3.477	57.792	48.908	2.622	51.530
Cartas de Crédito	17.057	-	17.057	11.172	-	11.172
Compromissos a Liberar	198.132	12.090	210.222	194.631	12.208	206.839
Crédito Imobiliário	13.672	-	13.672	14.308	-	14.308
Cheque Especial	94.208	-	94.208	91.904	-	91.904
Cartão de Crédito	82.708	596	83.304	83.767	489	84.256
Outros Limites Pré-Aprovados	7.544	11.494	19.038	4.652	11.719	16.371
Total	859.386	133.576	992.962	739.510	153.935	893.445

A tabela apresenta a exposição máxima em 30/09/2012 e 31/12/2011, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos mantidos para negociação, Aplicações em Instituições financeiras, além de Avais, Fianças e outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 78,1% das operações de crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna, além de que;
- somente 7,3% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda; e
- 5,7% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	30/09/2012	%	31/12/2011	%
Setor Público	927	0,3%	1.990	0,6%
Indústria e Comércio	106.193	29,4%	99.859	28,8%
Serviços	77.031	21,4%	70.642	20,4%
Setor Primário	16.351	4,5%	16.109	4,7%
Outros Setores	1.259	0,3%	1.497	0,4%
Pessoa Física	158.866	44,1%	156.167	45,1%
Total	360.627	100,0%	346.264	100,0%

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	30/09/2012	%	31/12/2011	%
Setor Primário	1.810	0,5%	1.029	0,3%
Setor Público	136.615	36,6%	88.174	29,2%
Indústria e Comércio	9.045	2,4%	5.381	1,8%
Serviços	58.508	15,7%	72.281	24,0%
Outros Setores	3.572	1,0%	14.574	4,8%
Pessoa Física	43	0,0%	5	0,0%
Financeiras	163.434	43,8%	120.069	39,8%
Total	373.027	100,0%	301.513	100,0%

(*) inclui Ativos financeiros mantidos para negociação, derivativos, ativos designados a valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros mantidos até o vencimento, Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

- c) Os riscos de créditos dos "Off Balance" (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	30/09/2012				31/12/2011			
	Créditos não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	239.023	7.155	-	246.178	221.315	5.800	-	227.115
Médio	59.988	10.761	-	70.749	63.763	10.921	-	74.684
Alto	14.544	8.521	-	23.065	16.910	8.703	-	25.613
Impairment	-	-	20.635	20.635	-	-	18.852	18.852
Total	313.555	26.437	20.635	360.627	301.988	25.424	18.852	346.264
%	87,0%	7,3%	5,7%	100,0%	87,3%	7,3%	5,4%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de créditos por portfólio de segmentos e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito.

	30/09/2012					31/12/2011				
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoas Físicas	75.770	43.790	13.904	12.819	146.283	73.354	49.320	14.467	10.986	148.127
Cartão de Crédito	20.282	11.243	2.773	2.401	36.699	19.332	13.061	3.485	3.083	38.961
Crédito Pessoal	9.083	15.998	8.219	5.107	38.407	7.765	15.985	8.048	3.455	35.253
Veículos	31.266	15.305	2.793	5.126	54.490	33.934	19.357	2.843	4.329	60.463
Crédito Imobiliário	15.139	1.244	119	185	16.687	12.323	917	91	119	13.450
Grandes Empresas	98.757	3.211	122	981	103.071	88.353	3.500	343	1.033	93.229
Micros/Pequenas e Médias Empresas	49.739	20.660	8.617	6.702	85.718	51.548	17.444	9.887	6.770	85.649
Unidades Externas América Latina	21.912	3.088	422	133	25.555	13.860	4.420	916	63	19.259
Total	246.178	70.749	23.065	20.635	360.627	227.115	74.684	25.613	18.852	346.264
%	68,3%	19,6%	6,4%	5,7%	100,0%	65,6%	21,6%	7,4%	5,4%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito por portfólio de segmentos e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	30/09/2012				31/12/2011			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	97.810	3.168	121	101.099	86.992	3.423	314	90.729
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	71.820	35.210	8.193	115.223	70.501	40.321	8.952	119.774
Cartão de Crédito	20.112	10.575	1.867	32.554	19.245	12.580	2.503	34.328
Crédito Pessoal	8.995	15.087	5.675	29.757	7.648	14.893	5.870	28.411
Veículos	28.810	8.797	633	38.240	31.516	12.248	565	44.329
Crédito Imobiliário	13.903	751	18	14.672	12.092	600	14	12.706
Micros/Pequenas e Médias Empresas	48.824	18.873	5.921	73.618	50.774	15.899	6.828	73.501
Unidades Externas América Latina	20.569	2.737	309	23.615	13.048	4.120	816	17.984
Total	239.023	59.988	14.544	313.555	221.315	63.763	16.910	301.988

6.1.1 As operações de crédito vencidas, por portfólio de segmentos e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	30/09/2012				31/12/2011			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	12.156	4.617	1.468	18.241	11.764	4.112	1.491	17.367
Cartão de Crédito	1.058	371	316	1.745	805	344	401	1.550
Crédito Pessoal	2.084	1.059	400	3.543	2.056	871	460	3.387
Veículos	7.463	2.980	680	11.123	8.456	2.760	589	11.805
Crédito Imobiliário	1.551	207	72	1.830	447	137	41	625
Grandes Empresas	795	82	114	991	1.232	185	51	1.468
Micros/Pequenas e Médias Empresas	3.504	1.327	567	5.398	3.433	1.349	596	5.378
Unidades Externas América Latina	1.621	114	72	1.807	1.144	41	26	1.211
Total	18.076	6.140	2.221	26.437	17.573	5.687	2.164	25.424

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

30/09/2012							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	163.434	118.211	368	5.858	36.016	3.141	327.028
Médio	-	12.207	-	4.099	29.116	23	45.445
Alto	-	96	-	184	274	-	554
Total	163.434	130.514	368	10.141	65.406	3.164	373.027
%	43,8%	35,0%	0,1%	2,7%	17,5%	0,8%	100,0%

31/12/2011							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	120.069	111.938	186	4.750	26.849	3.101	266.893
Médio	-	9.197	-	3.742	20.580	4	33.523
Alto	-	754	-	262	81	-	1.097
Total	120.069	121.889	186	8.754	47.510	3.105	301.513
%	39,8%	40,4%	0,1%	2,9%	15,8%	1,0%	100,0%

6.1.3 Garantias de operações de crédito

Efeito financeiro da garantia	30/09/2012				31/12/2011			
	(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia		(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia	
	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia
Pessoas Físicas	60.440	138.766	10.103	8.744	67.786	146.078	7.608	6.924
Crédito Pessoal	315	977	48	43	635	1.607	88	70
Veículos	43.496	70.987	9.837	8.568	54.062	82.309	7.216	6.638
Crédito Imobiliário	16.629	66.802	218	133	13.089	62.162	304	216
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	111.046	320.563	48.880	30.604	115.349	238.458	61.710	42.887
Unidades Externas América Latina	4.874	7.759	20.681	11.853	-	-	19.259	13.497
Total	176.360	467.088	79.664	51.202	183.135	384.536	88.577	63.308

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos de R\$ 104.603 (R\$ 74.553 em 31/12/2011).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantias.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de renegociação incluem acordos de pagamentos prorrogados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a situação do cliente (anteriormente inadimplente) retorna à situação de não vencida e é classificada nos *ratings* internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda em 30 de setembro de 2012, caso não tivessem sido renegociadas, totalizam R\$ 19.524 (R\$ 14.570 em 31/12/2011).

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período de 01/01 a 30/09/2012 e 2011:

	01/07 a 30/09/2012	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2011
Imóveis Não de Uso	4	2	4	5
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	20	12	46	29
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	-	1	1	4
Outros (veículos/móveis/equipamentos) - Dação	-	-	-	1
Total	24	15	51	39

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O processo de gerenciamento de riscos de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, e cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco até limites granulares, garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo legal, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas Comissões competentes.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após discussões e deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado. A revisão dessa estrutura é realizada no mínimo anualmente.

Essa estrutura de controle de limites tem a função de:

- Proporcionar mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, promovendo o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco e sua evolução;

- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio;
- Evitar a concentração de riscos.

Os limites são monitorados e os alertas de atingimento acionam discussões deliberativas sobre as posições.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*). Atualmente, está em análise o uso de soluções de mercado para complementar a arquitetura tecnológica de risco como parte do processo evolutivo para atendimento das futuras exigências regulatórias e gerenciais.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

O controle de risco de mercado realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, o normativo institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN e alterações posteriores, constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.italu-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação, análise e reporte de risco às áreas e pessoas responsáveis de acordo com a governança estabelecida e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e/ou nível de risco. Para isto, o Itaú Unibanco conta com um processo estruturado de comunicação e informações, que fornece subsídios para acompanhamento das Comissões Superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

A mensuração de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Novo Acordo de Basileia II e pelos normativos Resolução 3.464, de 26 de junho de 2007 do CMN e Circular 3.354, de 27 de junho de 2007 do BACEN.

A Carteira de Negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação no curto prazo ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços, efetivos ou esperados no curto prazo, ou realização de arbitragens.

A Carteira de Não Negociação é formada pelas operações não classificadas na Carteira de Negociação. Consiste de operações destinadas à gestão ativa de riscos financeiros e detidas sem intenção de negociação no curto prazo. Sua composição pode incluir derivativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de seus investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedges*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As exposições a risco de mercado dos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda das operações sujeitas às variações nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons indexados a determinadas taxas de juros;

- Cupons Cambiais: risco de perda das operações sujeitas às taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Moedas Estrangeiras: risco de perda das operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda das operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Ações: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de ações.

O tratamento de risco de mercado para taxa de juros da Carteira de Não Negociação adota a metodologia de marcação a mercado dos diversos produtos, apurando a sensibilidade às variações e choques das taxas de juros, *Value at Risk* (VaR) e *Earning at Risk* (EaR); conforme estabelecido nos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para avaliação de posições em ações das Carteiras de Negociação e de Não Negociação, utiliza-se o VaR, além de aplicar testes de estresse, conforme apresentado no parágrafo abaixo sobre métricas.

A estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear os objetivos de negócio da empresa, considerando dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade para atuar em mercados específicos.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - *Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado em Risco (EaR - *Earnings at Risk*): medida que quantifica o impacto no resultado a realizar de uma dada carteira, considerando condições normais de mercado, horizonte de tempo relacionado a operação mais longa da Carteira de Não Negociação e um intervalo de confiança pré determinado.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01- *Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo;
- Perda Máxima (*Stop Loss*): prejuízo máximo que um portfólio classificado na Carteira de Negociação está autorizado a atingir.

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O modelo interno de VaR utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de VaR Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Banco Itaú BBA International S.A., Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A. e Banco Itaú Paraguai S.A.).

Com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade das informações quantitativas de Risco de Mercado, no segundo trimestre de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetuou na tabela de VaR uma realocação dos fatores de risco dentro de seus respectivos grupos. Esta realocação não afeta a exposição de risco de mercado da instituição, o que pode ser observado pela ausência de alterações nos valores de VaR Global Total. Os números apresentados nesta publicação referentes ao acumulado nos anos atual e anterior já refletem essa realocação dos fatores de risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital.

Neste período, o VaR Global Médio foi de R\$ 294 milhões ou 0,39% do patrimônio total (em todo o ano de 2011 foi de R\$ 142 milhões ou 0,19%).

	VaR Global (*)							
	Média	Mínimo	Máximo	30/09/2012	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2011
	(em milhões de R\$)				(em milhões de R\$)			
Grupo de Fatores de Risco								
Taxa de Juros	176,8	71,8	328,5	175,4	100,9	24,6	222,6	104,8
Cupons Cambiais	22,7	11,7	49,6	12,1	29,5	12,6	59,0	23,6
Moedas Estrangeiras	26,7	5,0	53,9	5,4	19,1	5,2	38,8	18,0
Índices de Preços	123,2	14,8	325,0	62,6	17,7	2,5	41,6	21,1
Renda Variável	25,3	13,6	43,5	26,3	36,9	17,4	57,1	25,2
Unidades Externas (**)								
Itaú BBA <i>International</i>	1,8	0,7	5,1	1,4	2,9	0,4	6,5	1,5
Itaú Argentina	2,9	1,7	5,3	4,3	4,0	1,6	9,4	3,7
Itaú Chile	5,6	3,2	9,6	6,0	5,3	1,9	10,3	5,3
Itaú Uruguai	1,5	0,3	2,9	2,1	0,5	0,2	1,1	0,7
Itaú Paraguai	0,3	0,2	1,0	0,6	0,6	0,2	1,7	0,2
Efeito de diversificação				(78,4)				(53,4)
Total	294,2	118,0	601,4	217,8	142,0	74,0	278,5	150,9

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

Análise de Sensibilidade (Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação)

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estava exposto. Cada fator de risco de mercado foi sensibilizado com aplicações de choques de 25% e 50%, tanto de crescimento quanto de queda. As maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários, foram apresentadas com impacto no resultado, líquido de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Valores em reais mil

Carteira de Negociação		Exposições	30/09/2012 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários			
		I	II	III	
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(71)	(1.734)	(3.373)	
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(191)	(4.898)	(9.750)	
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	51	(1.264)	(2.527)	
Índices de Preços	Taxas dos cupons de inflação	(641)	(15.890)	(31.527)	
TR	Taxa do cupom de TR	370	(9.326)	(18.815)	
Ações	Preços de ações	4.850	(121.247)	(242.494)	
Total sem correlação		4.368	(154.359)	(308.486)	
Total com correlação		3.512	(124.127)	(248.068)	

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Valores em reais mil

Carteira de Negociação e Não Negociação		Exposições	30/09/2012 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários			
		I	II	III	
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(1.456)	(36.252)	(72.224)	
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.065)	(26.295)	(51.897)	
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	2.925	(73.130)	(146.260)	
Índices de Preços	Taxas dos cupons de inflação	(3.375)	(82.430)	(160.998)	
TR	Taxa do cupom de TR	(5.425)	(132.481)	(258.608)	
Ações	Preços de ações	6.674	(166.852)	(333.704)	
Total sem correlação		(1.722)	(517.440)	(1.023.691)	
Total com correlação		(1.384)	(416.097)	(823.195)	
Total sem correlação - área industrial (**)			(1.173)	(1.479)	

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

(**) Inclui exposições em moeda estrangeira, taxa de juros e preços.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que têm como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&FBOVESPA, Anbima, etc);

Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Taxa de Juros

O gerenciamento de risco de taxas de juros é realizado com base na marcação a mercado dos diversos produtos, apurando a sensibilidade às variações de juros, e aplicando choques nas taxas de juros. Já a tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros apresenta uma visão diferente, agrupando, por produtos, o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo mais utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros (1)

	30/09/2012						31/12/2011					
	0-30	31-180	181-365	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30	31-180	181-365	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	252.939	154.127	81.585	226.912	82.450	798.013	236.921	142.241	90.272	221.640	54.756	745.830
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.289	3.763	5.662	447	-	18.161	18.911	3.226	3.247	2.177	260	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	112.516	32.757	-	-	-	145.273	50.131	40.462	1.655	-	-	92.248
Depósitos Compulsórios no Banco Central	64.359	-	-	-	-	64.359	98.053	-	-	-	-	98.053
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	5.529	11.802	11.705	80.213	21.265	130.514	7.188	3.369	27.149	72.088	12.095	121.889
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor	368	-	-	-	-	368	186	-	-	-	-	186
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.459	7.659	5.190	17.850	28.248	65.406	6.139	3.997	3.768	17.042	16.564	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2	3	142	190	2.827	3.164	87	-	33	190	2.795	3.105
Derivativos	1.059	4.110	1.112	3.044	816	10.141	2.277	2.199	1.473	2.315	490	8.754
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	54.358	94.033	57.774	125.168	29.294	360.627	53.949	88.988	52.947	127.828	22.552	346.264
Passivos Remunerados	190.524	69.650	53.469	229.419	53.992	597.054	167.707	69.188	47.978	220.222	51.727	556.822
Depósitos de Poupança	77.414	-	-	-	-	77.414	67.170	-	-	-	-	67.170
Depósitos a Prazo	16.602	16.434	10.112	69.164	2.860	115.172	30.918	19.167	11.475	79.542	3.367	144.469
Depósitos Interfinanceiros	3.271	4.385	1.606	246	8	9.516	665	683	445	272	-	2.065
Mercado Aberto	82.404	10.884	14.977	90.338	20.809	219.412	55.866	11.403	11.139	89.261	17.744	185.413
Mercado Interbancário	4.546	26.731	21.955	39.562	4.293	97.087	5.904	24.588	16.773	38.781	4.452	90.498
Mercado Institucional	2.845	8.188	3.280	26.466	25.035	65.814	2.772	11.248	5.881	9.565	25.341	54.807
Derivativos	542	3.001	1.487	3.107	940	9.077	1.526	1.245	1.364	2.104	508	6.747
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	27	52	536	47	662	48	854	901	697	315	2.815
Passivos de Planos de Capitalização	2.900	-	-	-	-	2.900	2.838	-	-	-	-	2.838
Diferença ativo/passivo (2)	62.415	84.477	28.116	(2.507)	28.458	200.959	69.214	73.053	42.294	1.418	3.029	189.008
Diferença Acumulada	62.415	146.892	175.008	172.501	200.959		69.214	142.267	184.561	185.979	189.008	
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	7,8%	18,4%	21,9%	21,6%	25,2%		9,3%	19,1%	24,7%	24,9%	25,3%	

(1) Prazos contratuais remanescentes.

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre os vencimento de todos os ativos e passivos remunerados, na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

30/09/2012					
ATIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Disponibilidades	5.975	335	59	2.634	9.003
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	-	2.402	2.402
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.855	1.026	-	1.424	7.305
Aplicações em Mercado Aberto	593	-	-	259	852
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	5.805	667	-	305	6.777
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	365	-	-	365
Derivativos	2.850	670	-	333	3.853
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	50.353	126	-	3.948	54.427
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	539	-	-	-	539
Operações de Crédito, líquida	8.263	4.631	1	30.996	85.523
TOTAL DO ATIVO	79.233	7.820	60	42.301	129.414

30/09/2012					
PASSIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Depósitos	34.764	2.200	480	26.094	63.538
Captações no Mercado Aberto	11.997	-	-	414	12.411
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	748	-	-	748
Derivativos	2.654	562	-	208	3.424
Recursos de Mercados Interbancários	26.122	99	2	2.392	28.615
Recursos de Mercados Institucionais	51.599	3.385	-	2.063	57.047
TOTAL DO PASSIVO	127.136	6.994	482	31.171	165.783
POSIÇÃO LIQUÍDA	(47.903)	826	(422)	11.130	(36.369)

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

31/12/2011					
ATIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Disponibilidades	2.560	323	64	2.221	5.168
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	13	-	2.098	2.111
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.681	1.274	2	1.044	18.001
Aplicações em Mercado Aberto	478	-	-	127	605
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.327	643	-	304	5.274
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	186	-	-	186
Derivativos	2.018	614	-	258	2.890
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	37.880	98	-	2.209	40.187
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	605	-	-	-	605
Operações de Crédito, líquida	40.494	5.338	2.832	22.693	71.357
TOTAL DO ATIVO	104.043	8.489	2.898	30.954	146.384

31/12/2011					
PASSIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Depósitos	36.830	2.390	409	19.438	59.067
Captações no Mercado Aberto	7.228	-	-	176	7.404
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	2.815	-	-	2.815
Derivativos	1.684	537	-	137	2.358
Recursos de Mercados Interbancários	28.022	643	2	2.015	30.682
Recursos de Mercados Institucionais	47.643	3.530	-	1.230	52.403
TOTAL DO PASSIVO	121.407	9.915	411	22.996	154.729
POSIÇÃO LIQUÍDA	(17.364)	(1.426)	2.487	7.958	(8.345)

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 6, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 9, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local e estrangeira.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução 2.804 de dezembro de 2000 do CMN e da Circular 3.393 de 03 de junho de 2008 do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez.
- Planos de contingência para situações de crise.
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco.
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação.
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de *Funding*

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 460,1 bilhões (R\$ 448,1 bilhões 31/12/2011), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 29,2% do total, ou R\$ 134,3 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	30/09/2012			31/12/2011		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	127.105	231.920		127.686	242.638	
Recursos à Vista	29.818	29.818	6,5	28.933	28.933	6,5
Recursos de Poupança	77.414	77.414	16,8	67.170	67.170	15,0
Recursos a Prazo	16.602	115.172	25,0	30.917	144.469	32,2
Outros Recursos	3.271	9.516	2,1	666	2.066	0,5
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	3.711	57.044	12,4	4.862	51.557	11,5
Recursos de Emissão Própria (2)	2.298	121.777	26,5	2.913	114.155	25,5
Dívida Subordinada	1.167	49.342	10,7	60	39.715	8,9
Total	134.281	460.083		135.521	448.064	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto – Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros – Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 110,5 bilhões e representavam 82,3% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 24,0% do total de recursos e 17,7% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo Itaú Unibanco Holding na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	30/09/2012	31/12/2011
	%	%
Ativos Líquidos / Recursos em até 30 dias	82,3	59,6
Ativos Líquidos / Recursos Totais	24,0	18,0
Ativos Líquidos / Ativos Totais	17,7	15,4

Adicionalmente, apresentamos os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

R\$ Milhões

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	30/09/2012					31/12/2011				
	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total
ATIVO (1)										
Disponibilidades	13.104	-	-	-	13.104	10.633	-	-	-	10.633
Aplicações em Instituições Financeiras	122.166	30.399	409	116	153.090	68.277	36.721	2.295	287	107.580
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (2)	50.507	-	-	-	50.507	25.438	-	-	-	25.438
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	63.370	20.561	-	-	83.931	23.948	29.706	-	-	53.654
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.289	9.838	409	116	18.652	18.891	7.015	2.295	287	28.488
Títulos e Valores Mobiliários	52.706	8.878	8.555	96.254	166.393	50.127	5.368	3.979	54.096	113.570
Títulos Públicos - Livres	46.899	-	-	-	46.899	44.741	-	-	-	44.741
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	-	3.209	1.936	59.862	65.007	686	1.779	916	23.210	26.591
Títulos Privados - Livres	5.790	4.999	6.550	34.580	51.919	4.693	3.299	2.332	28.648	38.972
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	17	670	69	1.812	2.568	7	290	731	2.238	3.266
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.079	5.202	905	2.955	10.141	2.277	3.672	960	1.845	8.754
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil (3)	47.636	143.298	72.386	133.388	396.708	48.966	133.015	78.609	110.750	371.340
	236.691	187.777	82.255	232.713	739.436	180.280	178.776	85.843	166.978	611.877

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 64.359 (R\$ 98.053 em 31/12/2011) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBl e VGBl não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 8.868 (R\$ 7.227 em 31/12/2011), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista de R\$ 24.203 (R\$ 25.749 em 31/12/2011).

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	30/09/2012					31/12/2011				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
PASSIVO										
Depósitos	121.632	39.314	21.809	77.216	259.971	122.173	38.410	33.101	67.913	261.597
Depósito a Vista	29.818	-	-	-	29.818	28.933	-	-	-	28.933
Depósito Poupança	77.414	-	-	-	77.414	67.170	-	-	-	67.170
Depósito a Prazo	10.372	32.592	21.676	77.082	141.722	25.423	37.239	32.903	67.806	163.371
Depósito Interfinanceiros	4.028	6.722	133	134	11.017	647	1.171	198	107	2.123
Outros Depósitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Compulsórios	(33.356)	(9.265)	(5.829)	(15.909)	(64.359)	(39.562)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(98.053)
Depósito a Vista	(8.230)	-	-	-	(8.230)	(9.939)	-	-	-	(9.939)
Depósito Poupança	(21.943)	-	-	-	(21.943)	(18.843)	-	-	-	(18.843)
Depósito a Prazo	(3.183)	(9.265)	(5.829)	(15.909)	(34.186)	(10.780)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(69.271)
Captações no Mercado Aberto (1)	96.240	27.574	63.431	79.385	266.630	56.618	24.205	45.139	91.587	217.549
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	3.601	28.657	12.682	17.576	62.516	4.365	25.714	12.998	13.274	56.351
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	3.053	26.287	11.345	23.650	64.335	3.339	25.276	10.617	24.484	63.716
Dívidas Subordinadas (4)	1.285	5.301	5.713	55.082	67.381	69	11.338	3.174	40.941	55.522
Instrumentos Financeiros Derivativos	563	4.467	1.015	3.032	9.077	1.526	2.609	885	1.727	6.747
	193.018	122.335	110.166	240.032	665.551	148.528	111.762	91.963	211.176	563.429

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

O quadro acima não inclui o efeito financeiro sobre a liquidez dos avais, fianças e outros compromissos de crédito, uma vez que esses possuem uma probabilidade de 0,11% de concretização, de acordo com dados históricos em relação aos valores de referencia (*notional*) (Nota 35.5).

NOTA 36 – EVENTOS SUBSEQUENTES**REDECARD**

Em outubro de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu por meio de sua subsidiária Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda., 17.568.200 ações ordinárias da Redecard pelo valor ofertado na OPA de 24 de setembro de 2012 de R\$ 35,00 acrescido da variação da SELIC do período, aumentando a sua participação no capital social de 94,4% para 97,0%. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a expectativa de concluir a compra da participação minoritária remanescente até o final de 2012.

SERASA

Em 23 de outubro de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING anunciou a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações com a Experian Brasil Ltda. (EXPERIAN), por meio do qual compromete-se alienar a totalidade de sua participação na Serasa S.A. A EXPERIAN pagará R\$ 1,7 bilhão em dinheiro por 601.403 ações da SERASA, representativas de 16,14% do capital da companhia. O resultado antes dos impostos, decorrente dessa alienação, é estimado em R\$ 1,5 bilhão no quarto trimestre de 2012.

LUPATECH

A Duratex S.A. (“Duratex”) concluiu em 02 de outubro de 2012 a aquisição da totalidade das quotas sociais da Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda. (MIPEL), unidade de válvulas industriais da Lupatech S.A. especializada na fabricação de válvulas industriais de bronze, por R\$ 45 milhões.

Esta aquisição permitirá aumentar a oferta de produtos da Divisão Deca no segmento de válvulas industriais de bronze, além de agregar uma capacidade de fabricação anual equivalente a 780 mil peças por turno.

THERMOSYSTEM

A Duratex S.A. assinou, em 24 de setembro de 2012, Proposta Vinculativa de aquisição da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda., especializada na fabricação de chuveiros eletrônicos e sistemas de aquecimento solar pelo valor de R\$ 63 milhões. Empresa inovadora, tendo lançado a primeira “ducha eletrônica” do país e vem crescendo nos últimos anos como um fabricante de design, inovação e valor agregado.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis Intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (a "Companhia") em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Revisamos também o balanço patrimonial consolidado da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de setembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de nove meses findos nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de outubro de 2012

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron

Contador CRC 1SP173647/O-5

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ. 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE. 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., após procederem ao exame das demonstrações contábeis referentes ao 3º trimestre de 2012, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório de revisão emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período.

São Paulo (SP), 29 de outubro de 2012.

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI
Presidente

JOSÉ CARLOS DE BRITO E CUNHA
Conselheiro

PAULO RICARDO MORAES AMARAL
Conselheiro

